

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os primeiros sinais de 2014 já apontavam para um ano desafiador. A desaceleração do crescimento econômico combinado com as incertezas em relação à copa do mundo e ao cenário eleitoral criaram um ambiente de cautela excessiva em nossos canais de distribuição que, ao longo do ano, procuraram minimizar os riscos em detrimento de crescimento de vendas. Nesse cenário, apresentamos vendas e lucro praticamente estáveis em relação à 2013, resultado abaixo de nossas expectativas e que ainda não reflete os avanços implementados no ano a partir da nova estrutura organizacional. Desenvolvemos novas frentes de crescimento com o lançamento da marca Hering for you e a elaboração de um novo plano de negócios para a DZARM., além das melhorias implementadas na proposta de valor e comunicação das demais marcas. Tudo isso reforça nossa confiança no potencial de crescimento de nossas marcas e em nossa estratégia de negócios.

O ano de 2014 foi marcado pela evolução na proposta de valor de nossas marcas com foco na melhoria da oferta de produtos e na estratégia de comunicação. Na marca Hering, o plano de melhoria de sortimento foi implementado com o relançamento dos básicos e evolução na oferta de produtos, reforçando a proposta de conforto com estilo em uma excelente relação de custo-benefício. Também evoluímos na comunicação da marca com a atualização do logotipo e novas campanhas que buscam explorar os laços emocionais dos consumidores com a Hering; que segue como uma das marcas mais notórias do país tendo ocupado a 15ª colocação no ranking das 'Marcas Brasileiras mais Valiosas', segundo a Interbrand. As marcas infantis também passaram por importantes melhorias. A Hering Kids também teve seu logotipo renovado e evoluiu no sortimento de produto e estratégia de comunicação. Já a PUC reforçou sua proposta de valor a partir do estilo *trendy*, colorido e alegre que norteia sua oferta de produtos e comunicação. Trabalhamos também no desenvolvimento e implementação de novas frentes de crescimento. Lançamos a marca Hering for you, união entre conforto e estilo com uma proposta de valor diferenciada para o público feminino, inaugurando no Brasil o estilo *loungewear*. Inauguramos 2 lojas conceito da marca com *feedback* positivo das consumidoras já nos primeiros meses de operação. Ademais, foi desenvolvido um novo plano estratégico para a marca DZARM., com evolução na proposta de valor da marca e em seu modelo de negócios, que começa a ser implementado no início de 2015.

Mantivemos a estratégia de crescimento de nossa rede de distribuição, porém em menor velocidade que anos anteriores. Reduzimos o ritmo de expansão das redes de forma a privilegiar lojas com maior rentabilidade. Foram adicionadas 78 no ano, sendo 53 Hering Stores, 19 Hering Kids, 4 PUC e 2 Hering for you. Implementamos uma nova plataforma de TI para as *webstores*, o que nos permitirá lidar com muito mais transações simultâneas, além de novas funcionalidades nos sites. O primeiro grande teste ocorreu durante a Black Friday, no final de novembro, onde tivemos um bom desempenho tanto nas vendas quanto no nível de serviço.

Continuamos a evoluir em nosso modelo de gestão e no desenvolvimento de lideranças. Dentre as diversas iniciativas destacamos o lançamento da nossa Universidade Corporativa - Universo Cia. Hering, o desdobramento de metas e a ampliação do processo de Gestão Integrada de Performance (GIP) para 1.200 colaboradores que auxiliará na avaliação de competências e de desempenho. Também implementamos em 2014 três programas de porta de entrada: Jovem Gerente, Jovem Estilista e Meu Primeiro Emprego, com a finalidade de identificar e formar talentos para diversas áreas da Companhia.

Avaliamos que os resultados da Companhia permanecem sólidos, a despeito das dificuldades do ano. Geramos R\$ 318,9 milhões de lucro líquido (+0,2%) dos quais R\$ 157,7 milhões revertidos aos acionistas, sendo R\$ 145,8 milhões em dividendos (+5%) e R\$ 11,9 milhões em recompra de ações. As dificuldades no ambiente de negócios prejudicaram nossos resultados no ano, no entanto, permanecemos com indicadores operacionais superiores, com elevados níveis de margem EBITDA, Lucro e Retornos, além de sólida estrutura de capital.

Por fim, seguimos confiantes em nossa estratégia, a partir de um modelo de negócios diferenciado, marcas fortes, melhores padrões em Governança Corporativa com equipe estável e estrutura de gestão melhor preparada para lidar com os desafios do ambiente de negócios e explorar as oportunidades de crescimento.

A Administração

DESEMPENHO DE VENDAS

	2013	2014	Var. 2014/2013
Receita Bruta (R\$ mil)			
Receita Bruta Total	2.019.433	2.011.023	(0,4%)
Mercado Interno	1.987.642	1.975.960	(0,6%)
Mercado Externo	31.791	35.063	10,3%
Receita Bruta Mercado Interno	1.987.642	1.975.960	(0,6%)
Hering	1.495.701	1.482.569	(0,9%)
Hering Kids	199.083	213.268	7,1%
PUC	156.875	155.832	(0,7%)
DZARM.	101.816	99.543	(2,2%)
Outras	34.167	24.748	(27,6%)
Participação Mercado Interno	2013	2014	Var. 2014/2013
Varejo	930.828	933.326	0,3%
Franquias	767.452	745.551	(2,9%)
Webstore	22.728	25.381	11,7%
Lojas Próprias	232.467	246.954	6,2%
Total	1.953.475	1.951.212	(0,1%)
Varejo	47,6%	47,8%	0,2 p.p.
Franquias	39,3%	38,2%	-1,1 p.p.
Webstore	1,2%	1,3%	0,1 p.p.
Lojas Próprias	11,9%	12,7%	0,8 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

A abertura por canal não considera a linha "outras".

As vendas brutas da Cia. Hering totalizaram R\$ 2,0 bilhões em 2014, retração de 0,4% em comparação ao fechamento de 2013. O ambiente mais desafiador para consumo e a queda de confiança exerceram pressões negativas no setor de vestuário, refletindo-se em menores vendas em lojas que já existiam (base 'mesmas lojas') e em baixo crescimento do varejo multimarcas (+0,3%), possivelmente por maiores estoques e preocupação com o ambiente de consumo.

A marca **Hering**, com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias e que se destaca por sua ampla aceitação a partir do seu posicionamento democrático, com boa relação custo-benefício ao oferecer produtos básicos de qualidade e moda acessível, apresentou queda de 0,9% sobre 2013. O desempenho de 2014 deve-se, principalmente, ao cenário desafiador e eventos no meio do ano, que exerceram pressões negativas no consumo de vestuário.

Em 2014 foi implementado o novo plano de negócios da marca, que envolveu a melhoria de sortimento e a introdução de inovações, além do relançamento dos básicos no 3T14, com novas modelagens, tecidos e lavagens. No final do ano, reformatamos o plano de comunicação da marca, que passou a se endereçar de maneira mais emocional ao consumidor.

A marca **Hering Kids**, extensão da marca Hering com foco no conceito "mini adulto" e com boa relação custo-benefício, continuou sua trajetória de crescimento e apresentou alta de 7,1% em 2014, impulsionada pela abertura de 19 lojas no ano.

A marca **PUC**, focada no público infantil das classes A e B e na oferta de produtos de alta qualidade para ocasiões especiais, apresentou queda de 0,7% nas vendas anuais em função do cenário desafiador e baixa expansão de lojas, atingindo receita de R\$ 155,8 milhões em 2014.

A **Hering for you**, marca lançada em 2014, apresentou boa aceitação no mercado já nos primeiros meses. Com o conceito *Loungewear* - moda confortável e sofisticada - a marca, voltada ao público feminino, divide-se em outras 4 categorias: *Beachwear* (moda praia), *Activewear* (esporte casual), *Sleepwear* (pijamas) e *Underwear* (íntima). Suas duas lojas foram abertas em São Paulo. A receita da Hering for you, em 2014, foi contabilizada junto à receita da marca Hering.

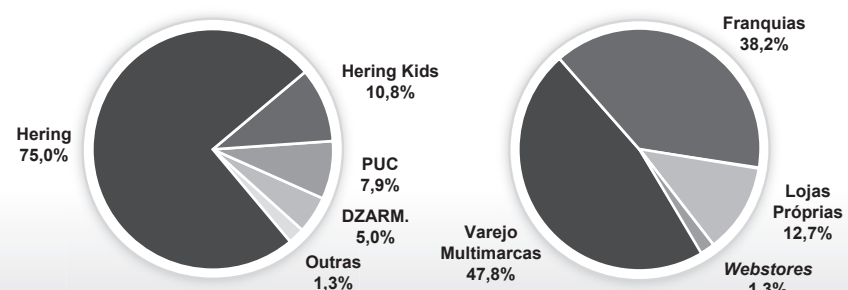
A **DZARM.** registrou queda de 2,2% nas vendas em relação ao ano de 2013. A marca, passou por reformulação em 2014, fechando a única loja que possuía (além da operação em multimarcas). Seu plano de negócios sofreu evoluções em seu posicionamento e em sua estratégia de distribuição. Dentre os destaques, passou a ter foco exclusivo no público feminino e apresentou uma nova proposta de valor.

Na análise por canal as lojas próprias apresentaram crescimento de 6,2%, influenciadas positivamente pela abertura de novas lojas e consolidação de pontos de vendas anteriormente operados por franqueados. As vendas a franqueados regrediram 2,9% em função de menor demanda especialmente das coleções outono e inverno, influenciadas pelas incertezas que a Copa do Mundo ocasionou no setor, além da transferência das três lojas acima mencionadas. O canal de varejo apresentou crescimento de 0,3%, com melhor desempenho na primeira metade do ano.

No canal eletrônico, as vendas pelas *webstores* apresentaram crescimento de 11,7% em 2014 após significativas melhorias na infraestrutura de TI e melhorias na experiência de compra dos consumidores. O Black Friday, em novembro, favoreceu o bom desempenho do canal no último trimestre do ano.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Cia. Hering possui um modelo de distribuição híbrido, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final através de 827 lojas, 18.233 varejistas multimarcas e 4 *webstores*. Em 2014, as vendas brutas no mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



REDE DE LOJAS

Em 2014, foram abertas 78 lojas no Brasil, sendo 53 Hering Store, 19 Hering Kids e 4 PUC. Adicionalmente, as duas primeiras lojas da nova marca Hering for you foram inauguradas nos shoppings Morumbi e Center Norte, em São Paulo. Ao longo do ano foram encerradas operações de 5 Hering Store, 3 Kids, 2 PUC e da única loja DZARM. em operação, totalizando 11 fechamentos. Nos demais países da América do Sul onde a Companhia possui operações, encerramos o ano com 17 lojas, mesmo número que possuíamos ao final de 2013.

Quantidade de Lojas	2012	2013	2014
Própria	50	52	57
Franquia	465	540	583
Hering Store	515	592	640
Própria	-	-	2
Hering for you	-	-	2
Própria	8	7	7
Franquia	70	73	75
PUC	78	80	82
Própria	6	11	12
Franquia	21	59	74
Hering Kids	27	70	86
Própria	1	1	-
DZARM.	1	1	-
Brasil	621	743	810
Total Mercado Internacional	17	17	17
TOTAL	638	760	827

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

As vendas totais da Hering Store, que considera apenas o desempenho da marca Hering na rede de lojas (próprias e franquias), apresentaram crescimento de 0,7% no ano, atingindo R\$ 1,6 bilhão, e foram favorecidas pela abertura líquida de 48 lojas no período. As vendas medidas pela Companhia realizadas das lojas aos consumidores finais (critério 'sell-out') foram, ao longo de todo ano, permeadas por maior volatilidade comparada há anos anteriores, em função da deterioração do ambiente de consumo e menor confiança do consumidor. Houve também influência negativa dos efeitos que a Copa do Mundo causou no setor de vestuário, especialmente no segundo e terceiro trimestres do ano. As vendas medidas em lojas comparáveis (critério das 'mesmas lojas' existentes há pelo menos 12 meses) retraíram 5,8%, essencialmente em razão da queda de 8,6% (ainda no critério 'mesmas lojas') no número de atendimentos, a despeito do aumento do *ticket médio* para R\$ 112,25.

Os ajustes que a Companhia promoveu na marca Hering ao longo do ano também tiveram reflexos nas lojas. O *visual merchandising*, maneira que o produto é exposto no ponto de venda e que visa coordenar melhor a oferta de produtos da loja, a fim de potencializar vendas, evoluiu significativamente.

O novo projeto da loja Hering Store, desenhado em anos anteriores, passou a ser adotado nas aberturas e conversões em 2014 e dispõe de iluminação LED, novos equipamentos, seções remodeladas para básicos e jeans, além de outras melhorias. Ao final do ano, 51 das 640 lojas já se encontravam nesse formato, que será gradualmente estendido a outras lojas existentes nos próximos períodos.

Desempenho da Rede Hering Store	2013	2014	Var.
Número de Lojas	592	640	8,1%
Franquias	540	583	8,0%
Próprias	52	57	9,6%
Faturamento da Rede (R\$ mil) ⁽¹⁾	1.572.020	1.582.655	0,7%
Franquias (R\$ mil)	1.359.635	1.358.611	(0,1%)
Próprias (R\$ mil)	212.385	224.045	5,5%
Crescimento Same Store Sales ⁽²⁾	(0,6%)	(5,8%)	-5,2 p.p.
Área de Vendas (m²)	82.350	87.426	6,2%
Faturamento (R\$ por m²)	20.786	18.493	(11,0%)
Atendimentos	14.435.921	14.098.960	(2,3%)
Peças	30.193.211	29.394.293	(2,6%)
Peças por Atendimento	2,09	2,08	(0,5%)
Preço Médio (R\$)	52,07	53,84	3,4%
<i>Ticket Médio</i> (R\$)	108,90	112,25	3,1%

⁽¹⁾ Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*).

⁽²⁾ Comparado a igual período do ano anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)	2014/2013	Var.
Receita Bruta de Vendas	2.019.433	120,2%	2.011.023	119,8%	(0,4%)	(0,4%)
Deduções de Venda	(339.654)	(20,2%)	(332.729)	(19,8%)	(2,0%)	(2,0%)
Deduções de Venda						
Impostos	(416.038)	(24,8%)	(410.591)	(24,5%)	(1,3%)	(1,3%)
Ajuste a Valor Presente	(38.110)	(2,3%)	(36.130)	(2,2%)	(5,2%)	(5,2%)
Deduções de Venda						
Incentivos	114.494	6,8%	113.992	6,8%	(0,4%)	(0,4%)
Receita Líquida de Vendas	1.679.779	100,0%	1.678.294	100,0%	(0,1%)	(0,1%)
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(902.962)	(53,8%)	(923.646)	(55,0%)	2,3%	2,3%
Custo dos Produtos						
Vendidos	(931.786)	(55,5%)	(959.431)	(57,2%)	3,0%	3,0%
Ajuste a Valor Presente	17.170	1,0%	16.523	1,0%	(3,8%)	(3,8%)
Subvenção para Custeio	11.654	0,7%	19.262	1,1%	65,3%	65,3%
Depreciação e Amortização	(18.272)	(1,1%)	(20.887)	(1,2%)	14,3%	14,3%
Lucro Bruto	758.545	45,2%	733.761	43,7%	(3,3%)	(3,3%)
Despesas Operacionais	(353.542)	(21,0%)	(376.495)	(22,4%)	6,5%	6,5%
Vendas	(261.977)	(15,6%)	(292.126)	(17,4%)	11,5%	11,5%
Empresa	(185.126)	(11,0%)	(208.166)	(12,4%)	12,4%	12,4%
Fixa	(76.518)	(4,6%)	(100.597)	(6,0%)	31,5%	31,5%
Variável	(108.608)	(6,5%)	(107.569)	(6,4%)	(1,0%)	(1,0%)
Lojas	(76.851)	(4,6%)	(83.960)	(5,0%)	9,3%	9,3%
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(53.172)	(3,2%)	(53.280)	(3,2%)	0,2%	0,2%
Depreciação e Amortização	(15.719)	(0,9%)	(17.682)	(1,1%)	12,5%	12,5%
Participação nos Resultados	(17.125)	(1,0%)	(668)	0,0%	(96,1%)	(96,1%)
Outras Receitas (Despesas)						
Operacionais	(5.549)	(0,3%)	(12.739)	(0,8%)	129,6%	129,6%
Lucro Antes das Financeiras	405.003	24,1%	357.266	21,3%	(11,8%)	(11,8%)
Receitas financeiras	59.941	3,6%	64.765	3,9%	8,0%	8,0%
Despesas financeiras	(31.182)	(1,9%)	(30.418)	(1,8%)	(2,5%)	(2,5%)
Total resultado financeiro	28.759	1,7%	34.347	2,0%	19,4%	19,4%

continua...

...continuação

R\$ mil	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)	2014/2013	Var.
Lucro Operacional	433.762	25,8%	391.613	23,3%	(9,7%)	(9,7%)
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	(116.654)	(6,9%)	(74.042)	(4,4%)	(36,5%)	(36,5%)
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	1.064	0,1%	1.296	0,1%	21,8%	21,8%
Lucro Líquido	318.172	18,9%	318.867	19,0%	0,2%	0,2%
Atribuível aos acionistas controladores	318.172	18,9%	318.858	19,0%	0,2%	0,2%
Atribuível aos acionistas não controladores	-	N.D.	9	-	N.D.	N.D.
EBITDA	438.994	26,1%	395.835	23,6%	(9,8%)	(9,8%)

EBITDA E MARGEM EBITDA

O lucro operacional antes de juros, depreciação e amortização e impostos ('LAJIDA' ou 'EBITDA') apresentou queda de 9,8% em 2014, enquanto que a margem EBITDA oscilou 2,5 p.p. para baixo. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento modesto de vendas, que impossibilitou a Companhia diluir parte dos custos e despesas fixas;
- Maior volume de produtos vendidos com descontos e remarcações ('saldos') devido (i) a estoques elevados em consequência do fraco desempenho de vendas ao longo do ano e (ii) a intensificação de atividades promocionais na marca Hering a fim de eliminar estoque de produtos antigos e preparar as lojas para a introdução da nova linha de básicos;
- Maior nível de despesas com vendas, gerais e administrativas em função do aumento de pessoal ocasionado pela mudança organizacional ocorrida ao longo de 2013 que resultou no aumento dos times de suporte e gestão de marcas.

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)

	2013	2014	Var.
Lucro Líquido	318.172	318.867	0,2%
(+) IR e CSLL	115.590	72.746	(37,1%)
(-) Receita Financeira Líquida	(28.759)	(34.347)	19,4%
(+) Depreciações e Amortizações	33.991	38.569	13,5%
(=) EBITDA	438.994	395.835	(9,8%)
Margem EBITDA	26,1%	23,6%	-2,5 p.p.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

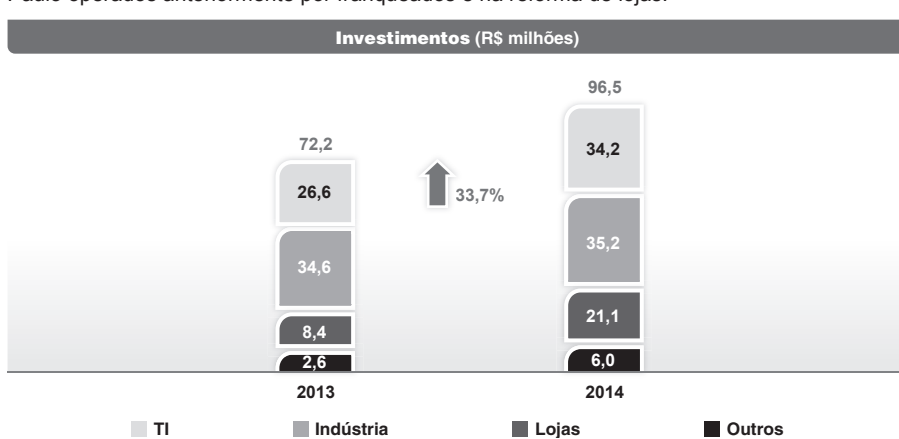
O lucro líquido da Companhia apresentou crescimento de 0,2% em 2014, totalizando R\$ 318,9 milhões. A despeito da retração do resultado operacional ('EBITDA'), contribuíram para o crescimento do lucro:

- R\$ 34,3 milhões em receitas financeiras líquidas, 19,4% superior ao ano anterior, consequência do maior volume de receita financeira proveniente de aplicações, resultado de maior caixa médio ao longo do ano e aumento da taxa DI/Selic;
- Novo Termo de Acordo de Regime Especial ('TARE') pactuado com o Governo do Estado de Goiás, relativo ao incentivo denominado Lei do Vestuário, que teve como objetivo assegurar a manutenção e captação do referido benefício até o ano de 2020 e doravante os consequentes benefícios de IR/CSLL associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos e geração de atividade econômica no estado de Goiás. Tal benefício gerou economias no imposto de renda de R\$ 30,7 milhões no ano.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 96,5 milhões no ano, destacando-se o montante destinado à infraestrutura de TI, principalmente relacionados à implementação do sistema SAP, a ser estendido para as áreas de vendas e logística, além da reformulação das *webstores* que foram relançadas em nova plataforma no 2º semestre do ano.

Os investimentos em lojas, que apresentaram crescimento de 151%, totalizando R\$ 21,1 milhões, foram essencialmente dedicados à abertura de 5 lojas próprias no ano, incluindo as lojas da recém lançada Hering for you, a aquisição de três pontos estratégicos no estado de São Paulo operados anteriormente por franqueados e na reforma de lojas.



continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2014, foram gerados R\$ 166,8 milhões de caixa, um aumento de R\$ 43,1 milhões na geração de caixa livre em comparação ao ano anterior. A maior geração de caixa proveniente das atividades operacionais foi compensada pela melhor gestão de capital de giro.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	2013	2014	Var.
EBITDA	438.994	395.835	(43.159)
Itens Não caixa	8.876	18.106	9.230
IR&CS Corrente	(116.654)	(74.042)	42.612
Investimento em Capital de Giro	(135.314)	(76.561)	58.753
(Aumento) em contas a receber de clientes	(54.324)	(37.623)	16.701
(Aumento) nos estoques	(83.163)	(3.736)	79.427
Aumento (redução) em fornecedores	(1.550)	18.235	19.785
(Redução) em obrigações tributárias	(1.132)	(50.704)	(49.572)
Outros	4.855	(2.733)	(7.588)
CapEx	(72.217)	(96.553)	(24.336)
Geração de Caixa Livre	123.685	166.785	43.100

Conciliação DFC Gerencial e

Contábil (R\$ mil)	2013	2014	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	224.638	297.688	73.050
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(28.736)	(34.350)	(5.614)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(1.421)	(1.774)	(353)
Resultado Financeiro	(28.759)	(34.347)	(5.588)
Juros pagos por empréstimos	1.444	1.771	327
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(72.217)	(96.553)	(24.336)
Geração de Caixa Livre	123.685	166.785	43.100

(*) O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para gerenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

ENDIVIDAMENTO

Por mais um ano a Cia. Hering encerra o exercício fiscal com caixa líquido. Ao final de 2014 havia R\$ 182,0 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R\$ 158,6 milhões. A elevação do caixa da Companhia esteve alinhada à política conservadora de gestão financeira adotada.

Endividamento (R\$ mil)	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)
Curto Prazo	(2.092)	9%	(23.422)	100%
Longo Prazo	(22.339)	91%	-	-
Total da Dívida	(24.431)	100%	(23.422)	100%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	140.710		182.036	
(=) Caixa Líquido	116.279		158.614	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos referentes ao exercício de 2014 totalizaram R\$ 145,8 milhões, sendo que R\$ 95,8 milhões já foram pagos, conforme demonstrado abaixo:

- Em Reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2014 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 22,9 milhões (R\$ 0,1393 por ação). O pagamento foi realizado em 27 de junho de 2014.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 15 de outubro de 2014 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 50,0 milhões (R\$ 0,3037 por ação) com base na posição acionária de 15/10/2014. O pagamento foi realizado em 29 de outubro de 2014.
- Em Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2014 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 22,9 milhões (R\$ 0,1395 por ação) com base na posição acionária de 12/12/2014. O pagamento foi realizado em 22 de dezembro de 2014.

Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 50,0 milhões, correspondente a destinação do lucro líquido de 2014, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito à deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2015.

Proposta de Distribuição de Dividendos	R\$ milhões	R\$ por ação ⁽¹⁾	Declaração em	Pago em
Dividendos totais propostos ⁽²⁾	145,8	0,8873	-	-
(-) Proventos já pagos	95,8	0,5825		
Juros Sobre o Capital Próprio	22,9	0,1393	21/05/14	27/06/14
Dividendos	50,0	0,3037	15/10/14	29/10/14
Juros Sobre o Capital Próprio	22,9	0,1395	12/12/14	22/12/14
= Dividendos complementares ⁽²⁾	50,0	0,3048	A definir ⁽²⁾	A definir ⁽²⁾
Lucro líquido do exercício - controladora	318,9			
Payout ratio	45,7%			

⁽¹⁾ Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.

⁽²⁾ A ser ratificado em Assembleia Geral de Acionistas.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em reunião realizada em 24/07/2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura do Programa de Recomprou de Ações, com vigência até 25/07/2015 e que permite a aquisição de até 5 milhões de ações, correspondendo a 3,88% do total de ações em circulação (*free float*).

No 4T14 foram adquiridas 577 mil ações ao preço médio de R\$ 20,59 por ação, totalizando R\$ 11,9 milhões.

RECONHECIMENTOS

Em 2014, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação:

- 15ª colocada no *ranking* das Marcas Mais Valiosas do País (Interbrand)
- 2ª Marca que mais se valorizou em 2014 (Interbrand)
- Marcas Mais Amadas do Brasil - Categoria moda feminina para classe média (Revista Novarejo)
- 500 Maiores do Sul (Revista Amanhã)
- As Empresas mais Admiradas do Brasil (Revista Carta Capital)
- As Melhores da Dinheiro 2014 (Revista IstoÉ Dinheiro)
- As Melhores Empresas para o Consumidor (Revista Época)
- Prêmio Valor 1000 (Jornal Valor Econômico)
- Marcas de Quem Decide (Jornal do Comércio e Qualidata Informações Estratégicas)
- Empresas Mais Conscientes do Brasil (Centro de Inteligência Padrão)
- Os RHs mais Admirados do Brasil (Revista Gestão RH)
- Marca Orgulho de Santa Catarina (IMPAR)
- Melhor Profissional RH do setor têxtil (Editora Abril)
- Selo de Excelência em Franchising 2014 (Associação Brasileira de Franchising - ABF)
- Top Of Mind em Santa Catarina (Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC)

COLABORADORES

Durante o ano de 2014, continuamos a implementação do ciclo de gestão de pessoas, após a reestruturação organizacional ocorrida em 2013, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro. A Companhia finalizou o ano com 7.768 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2015, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital (R\$ mil)

Investimentos	101.189
Lojas	29.850
Industrial	25.000
Logística	14.629
Tecnologia da Informação	30.177
Outros	1.533
Total Geral	101.189
Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)	52.328
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	48.861

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2014, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	171.535	135.061	182.036	140.710					
Contas a receber de clientes	7	510.630	478.287	510.630	478.287					
Estoques	9	297.008	295.569	297.008	295.569					
Impostos a recuperar	10	11.960	11.459	11.963	11.466					
Instrumentos financeiros derivativos	8	7.504	3.757	7.504	3.757					
Outras contas a receber	8	2.429	4.656	2.429	4.820					
Despesas antecipadas		583	385	583	385					
		1.001.649	929.174	1.012.153	934.994					
Não circulante										
Partes relacionadas	21	337	298	-	-					
Aplicações financeiras restritas	6	2.199	1.069	2.199	1.069					
Impostos a recuperar	10	5.412	5.406	5.412	5.517					
Impostos diferidos	11	14.338	16.447	14.338	16.447					
Outras contas a receber	8	8.139	8.085	8.140	8.145					
Investimentos										
Empresas controladas	13	12.630	7.773	-	-					
Outros Investimentos		-	-	7	-					
Imobilizado	14	300.882	278.117	300.882	278.117					
Intangível	15	88.908	54.669	88.908	54.669					
		432.845	371.864	419.886	363.964					
		1.434.494	1.301.038	1.432.039	1.298.958					
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	23.422	2.092	23.422	2.092					
Fornecedores		171.373	153.138	171.373	153.138					
Salários e encargos sociais		40.354	36.639	40.354	36.641					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	840	3.916	840	3.916					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	8.178	43.637	8.269	43.717					
Obrigações tributárias	18	21.822	18.974	21.836	18.994					
Provisões para riscos	20	1.445	1.245	1.445	1.245					
Outras provisões	20	20.230	28.673	20.230	28.673					
Obrigações por incentivos fiscais	19	16.038	16.840	16.038	16.840					
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		551	500	551	500					
Partes relacionadas	21	4.128	3.651	-	-					
Outras contas a pagar		7.880	5.468	9.309	7.029					
		316.261	314.773	313.667	312.785					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	-	22.339	-	22.339					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	7.758	11.697	7.758	11.697					
Provisões para riscos	20	7.546	6.935	7.546	6.935					
Outras provisões	20	3.030	2.880	3.030	2.880					
Benefícios a empregados	22	10.616	9.507	10.616	9.507					
Obrigações por incentivos fiscais	19	13.215	25.417	13.215	25.417					
Passivo a descoberto	13	-	232	-	-					
Outras contas a pagar		-	-	130	140					
		42.165	79.007	42.295	78.915					
Patrimônio líquido	24									
Capital social		313.086	239.435	313.086	239.435					
Reserva de capital		14.996	10.209	14.996	10.209					
Ações em tesouraria		(11.882)	-	(11.882)	-					
Reservas de lucros		697.538	597.557	697.538	597.557					
Ajuste de avaliação patrimonial		12.332	10.064	12.332	10.064					
Dividendos adicionais propostos		49.998	49.993	49.998	49.993					
Atribuído aos acionistas controladores		1.076.068	907.258	1.076.068	907.258					
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	9	-					
		1.076.068	907.258	1.076.077	907.258					
		1.434.494	1.301.038	1.432.039	1.298.958					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	28	1.674.913	1.676.221	1.678.294	1.679.779					
Custo dos produtos vendidos	29	(944.533)	(921.234)	(944.533)	(921.234)					
Lucro bruto		730.380	754.987	733.761	758.545					
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	30	(292.122)	(261.975)	(292.126)	(261.977)					
Administrativas e gerais	31	(44.634)	(45.598)	(44.965)	(45.626)					
Honorários da Administração	21	(8.293)	(7.527)	(8.315)	(7.546)					
Depreciação e amortização		(17.682)	(15.719)	(17.682)	(15.719)					
Participação nos resultados	26	(668)	(17.125)	(668)	(17.125)					
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	32	(12.700)	(5.549)	(12.739)	(5.549)					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		354.281	401.494	357.266	405.003					
Receitas financeiras	33	64.291	59.820	64.765	59.941					
Despesas financeiras	33	(31.205)	(31.887)	(30.418)	(31.182)					
Receitas (despesas) financeiras líquidas		33.086	27.933	34.347	28.759					
Equivalência patrimonial	13	5.750	3.921	-	-					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		393.117	433.348	391.613	433.762					
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(73.634)	(116.240)	(74.042)	(116.654)					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	(625)	1.064	1.296	1.064					
Lucro líquido do exercício		318.858	318.172	318.867	318.172					
Atribuível aos:										
Acionistas controladores		318.858	318.172	318.858	318.172					
Acionistas não controladores		-	-	9	-					
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$										
Básico	35	1,9374	1,9347	1,9374	1,9347					
Diluído	35	1,9163	1,9246	1,9163	1,9246					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício		318.858	318.172	318.867	318.172
Outros resultados abrangentes					
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	23	2.496	2.121	2.496	2.121
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	22	217	1.307	217	1.307
Benefícios a empregados - plano de saúde	22	170	2.984	170	2.984
		2.883	6.412	2.883	6.412
Resultado abrangente do exercício		321.741	324.584	321.750	324.584
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		321.741	324.584	321.741	324.584
Acionistas não controladores		-	-	9	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

Controladora

	Reservas de lucros					Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumu- lados	Ajuste de avaliação patrimonial	Partici- pação de acionistas não con- troladores	Total do patrimônio líquido	
	Capital social	Reserva de capital	Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				Outros resultados abrangentes			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	235.974	6.602	184.841	47.196	181.334	-	119.883	-	8.170	784.000	-	784.000
Aumento de capital (nota explicativa 24.a)	3.461	-	-	-	-	-	-	-	-	3.461	-	3.461
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.307	1.307	-	1.307
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	1.307	(1.307)	-	-	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.984	2.984	-	2.984
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	2.984	(2.984)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	3.607	-	-	-	-	-	-	-	3.607	-	3.607
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	227	(227)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	2.121	2.121	-	2.121
Dividendos adicionais propostos 2012	-	-	-	-	-	-	(119.883)	-	-	(119.883)	-	(119.883)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	318.172	-	318.172	-	318.172
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	691	-	-	-	(691)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	26.417	-	-	-	-	(26.417)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(88.511)	-	(88.511)	-	(88.511)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	49.993	(49.993)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	99.951	-	-	(99.951)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	57.127	-	-	(57.127)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	239.435	10.209	211.258	47.887	338.412	-	49.993	-	10.064	907.258	-	907.258
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	217	217	-	217
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	217	(217)	-	-	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	170	170	-	170
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	170	(170)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	4.787	-	-	-	-	-	-	-	4.787	-	4.787
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(11.882)	-	-	-	(11.882)	-	(11.882)
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	228	(228)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.723)	(1.723)	-	(1.723)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - <i>hedge accounting</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	4.219	4.219	-	4.219
Dividendos adicionais propostos 2013	-	-	-	-	-	-	(49.993)	-	-	(49.993)	-	(49.993)
Transferência de reservas de retenção de lucros	57.127	-	-	-	(57.127)	-	-	-	-	-	-	57.127
Transferência de reserva legal	16.305	-	-	(16.305)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva de incentivos fiscais	219	-	(219)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	1.488	-	(1.488)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	318.858	-	318.858	9	318.867
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	15.943	-	-	-	(15.943)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	105.361	-	-	-	-	(105.361)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(95.843)	-	(95.843)	-	(95.843)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	49.998	(49.998)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	52.328	-	-	(52.328)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	313.086	14.996	317.888	47.525	332.125	(11.882)	49.998	-	12.332	1.076.068	9	1.076.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)					DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)				
	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais					Receitas				
Lucro líquido do exercício	318.858	318.172	318.867	318.172	Vendas de mercadoria (receita bruta)	2.007.440	2.015.662	2.011.023	2.019.433
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.280)	(5.519)	(5.280)	(5.519)
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	625	(1.064)	(1.296)	(1.064)		2.002.160	2.010.143	2.005.743	2.013.914
Variações monetária, cambial e juros não realizados	2.260	1.882	1.774	1.421	Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Depreciação e amortização	38.569	33.991	38.569	33.991	Matérias-primas consumidas	(321.457)	(316.879)	(321.659)	(317.092)
Provisão créditos liquidação duvidosa	5.280	5.519	5.280	5.519	Custos das mercadorias vendidas	(360.365)	(345.525)	(360.365)	(345.525)
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	973	1.094	973	1.094	Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(438.378)	(437.134)	(438.772)	(437.185)
Plano de opção de compra de ações	4.787	3.607	4.787	3.607		(1.120.200)	(1.099.538)	(1.120.796)	(1.099.802)
Provisão para ajuste a valor de realização estoques	2.297	(1.410)	2.297	(1.410)	Retenções				
Provisão para contingências	3.404	3.373	3.404	3.373	Depreciação e amortização	(38.569)	(33.991)	(38.569)	(33.991)
Benefícios a empregados	1.365	(3.307)	1.365	(3.307)	Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	843.391	876.614	846.378	880.121
Equivalência patrimonial	(5.750)	(3.921)	-	-	Valor adicionado recebido em transferência				
Variações nos ativos e passivos					Equivalência patrimonial	5.750	3.921	-	-
(Aumento) em contas a receber de clientes	(37.623)	(54.621)	(37.623)	(54.324)	Receitas financeiras	64.291	59.820	64.765	59.941
(Aumento) nos estoques	(3.736)	(83.163)	(3.736)	(83.163)	Aluguéis	208	272	208	272
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(508)	5.448	(392)	5.447		70.249	64.013	64.973	60.213
(Aumento) redução em outros ativos	2.011	(3.100)	2.235	(3.098)	Valor adicionado total a distribuir	913.640	940.627	911.351	940.334
Aumento (redução) em fornecedores	18.235	(1.550)	18.235	(1.550)	Distribuição do valor adicionado				
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(4.430)	2.371	(4.576)	2.506	Pessoal				
Aumento em IRPJ e CSLL	69.606	113.001	69.957	113.345	Remuneração direta	203.525	198.033	203.525	198.033
IRPJ e CSLL pagos	(105.065)	(99.160)	(105.405)	(99.504)	Benefícios	14.949	14.043	14.949	14.043
(Redução) em obrigações tributárias	(17.171)	(14.976)	(15.256)	(14.973)	FGTS	14.632	14.126	14.632	14.126
Juros pagos por empréstimos	(1.771)	(1.444)	(1.771)	(1.444)		233.106	226.202	233.106	226.202
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	292.216	220.742	297.688	224.638	Tributos				
Fluxos de caixa das atividades de investimento					Federais	239.569	279.542	238.056	279.955
Dividendos recebidos	661	4.030	-	-	Estaduais	55.195	56.817	55.195	56.817
Aquisições de investimento	-	-	(7)	-	Municipais	1.463	1.321	1.463	1.321
Aquisições de ativo imobilizado	(54.625)	(49.655)	(54.625)	(49.655)		296.227	337.680	294.714	338.093
Aquisições de ativo intangível	(41.921)	(22.562)	(41.921)	(22.562)	Remuneração do capital de terceiros				
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(95.885)	(68.187)	(96.553)	(72.217)	Juros	1.777	1.625	1.777	1.625
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					Aluguéis	37.109	31.935	37.109	31.935
Aumento de capital	-	3.461	-	3.461	Outros	26.563	25.013	25.778	24.307
Aplicações financeiras	(1.130)	(53)	(1.130)	(53)		65.449	58.573	64.664	57.867
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(145.785)	(208.337)	(145.785)	(208.337)	Remuneração de capitais próprios				
Empréstimos tomados	964	25.278	964	25.278	Juros sobre capital próprio	45.850	38.518	45.850	38.518
Pagamentos de empréstimos	(1.976)	(25.530)	(1.976)	(25.530)	Dividendos	49.993	49.993	49.993	49.993
Aquisição de ações para tesouraria	(11.882)	-	(11.882)	-	Dividendos adicionais propostos	49.998	49.993	49.998	49.993
Partes relacionadas	(48)	(51)	-	-	Lucros retidos	173.017	179.668	173.017	179.668
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(159.857)	(205.232)	(159.809)	(205.181)	Lucros retidos acionistas não controladores	-	-	9	-
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	36.474	(52.677)	41.326	(52.760)		318.858	318.172	318.867	318.172
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa					Valor adicionado total distribuído	913.640	940.627	911.351	940.334
No início do exercício	135.061	187.738	140.710	193.470					
No fim do exercício	171.535	135.061	182.036	140.710					
	36.474	(52.677)	41.326	(52.760)					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral.

As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2015.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido, do plano de pagamentos baseados em ações e instrumentos financeiros.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido

Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões

Nota 22 - Benefícios a empregados

Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros

Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações

Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2014	2013
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100,00	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100,00	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada e nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge accounting*, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

A Companhia designa certos instrumentos de para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo circulante.

A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	29,89
Instalações e equipamentos de produção	10,63
Móveis e utensílios	9,01
Bens de informática	5,23
Veículos	4,43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,84

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Fundo de comércio	5 anos
<i>Software</i>	5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico.

Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador.

k) Benefícios a empregados

(i) Planos de benefício definido

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui planos de assistência médica e plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Para ambos os casos, os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. No caso do plano de pensão quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*).

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Transações de pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,64% a.m., que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 88 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 50 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, quando aprovados em Assembleia Geral.

(i) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

o) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidos de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registradas no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto diferido referente ao passivo atuarial de benefícios a empregados é reconhecido no resultado abrangente quando refere-se ao passivo referente a ganhos ou perdas atuariais. O imposto diferido referente ao instrumento financeiro derivativo designado como "hedge accounting" é reconhecido em outros resultados abrangentes, quando refere-se à parcela designada e qualificada como "hedge accounting" reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ser tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (anteriormente MP nº 627/13), que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 é facultada às empresas. A Administração da Companhia avaliando as disposições contidas na Lei, o cenário de normatizações e controles fiscais alternativos à evidência contábil a serem disciplinados pela Receita Federal do Brasil, optou pela não adoção das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 7º da Lei nº 12.973/14 para o ano calendário de 2014.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na (nota explicativa 37).

u) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v) Adoção das IFRS novas e revisadas

(i) Alterações às IFRSs e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia avaliou diversas emendas e novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014. Essas normas não afetaram a Companhia.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de *hedge* dos instrumentos financeiros.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2017, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos

Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(iv) Transações de pagamentos baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 8º programa.

Variações de mensuração incluem preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Rendimentos em 2014	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos		18.541	7.095	22.099	7.436
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		2.599	3.083	7.743	7.714
Aplicações financeiras:					
Renda fixa - CDB	100,0% a 102,0% da variação do CDI	63.995	43.772	65.794	44.449
Renda fixa - Operações compromissadas	100,0% a 102,1% da variação do CDI	86.400	81.111	86.400	81.111
		171.535	135.061	182.036	140.710

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Refere-se a aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 99,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações estão vinculadas a operações de incentivos fiscais (redução por reinvestimento - IRPJ) realizadas pela Companhia que, uma vez comprovados os investimentos realizados na unidade industrial incentivada (Parnamirim - RN), os valores são liberados para a Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
No país	517.352	484.827
No exterior	11.547	10.504
	528.899	495.331
Ajuste a valor presente	(6.511)	(6.276)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.758)	(10.768)
	510.630	478.287

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(6.276)	(5.886)
Adições	(36.327)	(38.300)
Baixas	36.092	37.910
Saldo no final do exercício	(6.511)	(6.276)

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 88 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Circulante Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Adiantamento a fornecedores internos	169	773	169	773
Adiantamento a funcionários	2.049	3.709	2.049	3.709
Contas a receber pela venda de imobilizado	144	144	144	144
Valor justo de instrumentos financeiros de <i>hedge</i>	7.504	3.757	7.504	3.757
Outros	67	30	67	194
	9.933	8.413	9.933	8.577
			Não Circulante Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fomentar - Bolsa Garantia	838	837	838	837
Produzir - Bolsa Universitária	395	1.006	395	1.006
Depósitos Judiciais				
INSS	1.741	1.652	1.741	1.652
IPTU	955	892	955	892
Outros	752	685	752	685
Depósitos trabalhistas				
Garantia para reclamações trabalhistas	2.357	1.895	2.357	1.895
Contas a receber pela venda de imobilizado	646	789	646	789
Outros	455	329	456	389
	8.139	8.085	8.140	8.145

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Produtos acabados	96.594	86.570
Produtos para revenda	71.492	76.850
Produtos em elaboração	45.501	39.060
Estoque em poder de terceiros	21.045	22.787
Matérias-primas e almoxarifado	48.105	38.773
Importações em andamento	16.312	30.431
Adiantamento a fornecedores	1.888	2.730
Provisão para ajuste a valor de realização	(3.929)	(1.632)
	297.008	295.569

O leve aumento nos estoques em dezembro de 2014 deu-se, principalmente, em decorrência do desempenho abaixo do planejado do quarto trimestre de 2014, variação cambial desfavorável na entrada de produtos para revenda e aquisição de matérias-primas para as próximas coleções. Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(1.632)	(3.042)
Constituição provisão	(7.707)	(1.602)
Reversão provisão por venda	5.410	3.012
Saldo no final do exercício	(3.929)	(1.632)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IPI ^(a)	500	1.139	500	1.139
ICMS a recuperar	6.442	5.666	6.442	5.666
ICMS a recuperar - CIAP	2.341	3.025	2.341	3.025
INSS a recuperar ^(b)	491	911	491	911
Outros	2.186	718	2.189	725
	11.960	11.459	11.963	11.466
	Não circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IPTU ^(c)	1.975	1.855	1.975	1.855
ICMS a recuperar - CIAP	3.437	3.551	3.437	3.551
Outros	-	-	-	111
	5.412	5.406	5.412	5.517

^(a) IPI - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/ quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.

^(b) INSS a recuperar - trata-se de ação que questionava o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores e que transitou em julgado em favor da Companhia em 8 de julho de 2011, no montante de R\$ 3.705, cujo saldo, atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2014, após as compensações, é de R\$ 145. Em novembro de 2012 transitou em julgado em favor da Companhia a ação que questionava o percentual de recolhimento da contribuição previdenciária destinada ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT) e atual Risco de Acidente de Trabalho (RAT), o que resultou em um crédito de R\$ 4.160, cujo saldo atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2014, após as compensações, é de R\$ 346. Durante os exercícios de 2013 e 2014, os montantes foram utilizados para compensação de INSS Contribuição Patronal Parte Empresa.

^(c) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade nas exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011, a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, a partir da data do reconhecimento do crédito, no montante de R\$ 739, cujo saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2014 corresponde ao montante de R\$ 1.975, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Cia. Hering.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Composição

A Companhia registra impostos diferidos sobre as adições e exclusões temporárias como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Ativo		
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.494	1.566
Provisão para contingências fiscais	991	934
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.998	3.661
Provisão para despesas administrativas	1.550	1.191
Provisão para PPR	-	2.260
Provisão para despesas comerciais	1.244	2.400
Provisão para despesas variáveis de vendas	4.447	4.059
Provisão para perda estoques obsoletos	1.336	555
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.066	1.847
Passivo atuarial benefícios a empregados	3.609	3.233
Tributos com exigibilidade suspensa	532	489
Outras diferenças temporárias	33	132
Total do ativo	21.300	22.327
Passivo		
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(509)	(669)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(3.974)	(4.092)
Tributos s/ hedge accounting	(2.379)	(1.093)
Outras diferenças temporárias	(100)	(26)
Total do passivo	(6.962)	(5.880)
Total líquido	14.338	16.447

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2014 são:

2015	11.117
2016	1.020
2017	1.020
2018	938
Acima de 2018	7.205
	21.300

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2013	Reconhecido no resultado ^(*)	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 2014
Ativo				
Tributos com exigibilidade suspensa	489	43	-	532
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.566	(72)	-	1.494
Passivo atuarial benefícios a empregados	3.233	574	(198)	3.609
Provisões temporárias	17.039	(1.374)	-	15.665
	22.327	(829)	(198)	21.300
Passivo				
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(669)	160	-	(509)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.092)	118	-	(3.974)
Tributos s/ hedge accounting	(1.093)	-	(1.286)	(2.379)
Outras diferenças temporárias	(26)	(74)	-	(100)
	(5.880)	204	(1.286)	(6.962)
Total líquido	16.447	(625)	(1.484)	14.338

^(*) Na Demonstração de Resultado Consolidado da Companhia, o montante de IRPJ e CSLL diferidos reconhecido no ano totalizou R\$ 1.296, devido à constituição pelas empresas controladas da receita de R\$ 1.921, referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 21 b.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado					Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 2013		Saldo em 2012	Reconhecido no resultado	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 2013
Ativo					Passivo				
Tributos com exigibilidade suspensa	456	33	-	489	Varição cambial ativa e passiva (líquido)	(743)	74	-	(669)
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.339	227	-	1.566	Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.208)	116	-	(4.092)
Passivo atuarial benefícios a empregados	6.501	(1.253)	(2.015)	3.233	Tributos s/ hedge accounting	-	-	(1.093)	(1.093)
Provisões temporárias	15.176	1.863	-	17.039	Outras diferenças temporárias	(30)	4	-	(26)
	23.472	870	(2.015)	22.327	Total líquido	(4.981)	194	(1.093)	(5.880)
						18.491	1.064	(3.108)	16.447

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia, no ano 2000, relativa ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra à Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Constr. S.A.	Garema Malhas Ltda.	HRG Com. Vest. Internac. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltda.	2014	2013
Total de ativos circulante e não circulante	919	367	606	3.483	9.242	6.498	21.115	15.411
Total de passivos circulante e não circulante	-	239	240	115	7.884	-	8.478	7.872
Patrimônio líquido	919	128	366	3.368	1.358	6.498	12.637	7.539
Receitas líquidas do exercício	-	-	-	3.379	-	-	3.379	3.558
Resultado do exercício	784	160	568	3.108	(38)	279	4.861	3.049
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%		
Saldo no início do exercício	135	(30)	(202)	921	1.233	5.484	7.541	7.650
Dividendos	-	-	-	(661)	-	-	(661)	(4.030)
Equivalência patrimonial	784	151	568	3.108	125	1.014	5.750	3.921
Investimento pela equivalência patrimonial	919	121	366	3.368	1.358	6.498	12.630	7.541

Durante o exercício foram recebidos dividendos da investida HRG. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas somava o montante de R\$ 232 em 2013, foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante.

Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas Ltd. está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. O valor do patrimônio líquido da Hering Overseas Ltd. em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 302.269, e o valor a receber da Cia. Hering (passivo da Companhia) era de R\$ 295.771.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado				Controladora e Consolidado				
	2014		2013		Saldo em 2013	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2014
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido	Depreciação:				
Edifícios e benfeitorias	104.434	(24.969)	79.465	81.434	Edifícios e benfeitorias	(21.669)	(3.300)	-	(24.969)
Instalações e equipamentos de produção	203.219	(95.686)	107.533	110.455	Instalações e equipamentos de produção	(82.998)	(15.039)	2.351	(95.686)
Móveis e utensílios	32.101	(13.516)	18.585	14.720	Móveis e utensílios	(11.757)	(2.537)	778	(13.516)
Bens de informática	32.431	(16.923)	15.508	15.934	Bens de informática	(13.042)	(5.203)	1.322	(16.923)
Veículos	2.149	(1.473)	676	764	Veículos	(1.238)	(300)	65	(1.473)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41.388	(10.015)	31.373	24.005	Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.360)	(4.662)	7	(10.015)
Terrenos	29.114	-	29.114	28.624		(136.064)	(31.041)	4.523	(162.582)
Imobilização em andamento	18.628	-	18.628	2.181		278.117	23.584	(819)	300.882
	463.464	(162.582)	300.882	278.117					

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado					Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2013	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2014	Saldo em 2012	Adições	Transfe-rências	Baixas	Saldo em 2013
	Custo:					Custo:				
Edifícios e benfeitorias	103.103	216	1.115	-	104.434	100.510	15	2.593	(15)	103.103
Instalações e equipamentos de produção	193.453	11.432	1.452	(3.118)	203.219	165.303	24.304	5.807	(1.961)	193.453
Móveis e utensílios	26.477	6.375	59	(810)	32.101	21.355	4.546	1.232	(656)	26.477
Bens de informática	28.976	4.768	24	(1.337)	32.431	24.206	5.438	195	(863)	28.976
Veículos	2.002	211	-	(64)	2.149	1.826	196	-	(20)	2.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29.365	486	11.550	(13)	41.388	21.334	117	7.914	-	29.365
Terrenos	28.624	490	-	-	29.114	28.624	-	-	-	28.624
Imobilização em andamento	2.181	30.647	(14.200)	-	18.628	4.883	15.039	(17.741)	-	2.181
	414.181	54.625	-	(5.342)	463.464	368.041	49.655	-	(3.515)	414.181

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2012	Adições	Transfe-rências	Saldo em 2013
Depreciação:				
Edifícios e benfeitorias	(18.469)	(3.205)	-	5
Instalações e equipamentos de produção	(70.175)	(14.006)	-	1.183
Móveis e utensílios	(10.248)	(2.005)	-	496
Bens de informática	(9.545)	(4.233)	-	736
Veículos	(951)	(288)	-	1
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.167)	(3.193)	-	-
	(111.555)	(26.930)	-	2.421
	256.486	22.725	-	(1.094)
				278.117

c) Revisão de vida útil

A vida útil do ativo imobilizado foi revisada para os bens adquiridos a partir do exercício de 2014. Em 2013 não houve necessidade de alteração da vida útil dos ativos imobilizados, mantendo a avaliação efetuada no ano de 2012 e considerando para cálculo de vida útil média as novas aquisições do exercício. Devido a ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos) - 2014	Vida útil média (em anos) - 2013
Edifícios e benfeitorias	29,89	29,94
Instalações e equipamentos de produção	10,63	10,63
Móveis e utensílios	9,01	9,56
Bens de informática	5,23	5,28
Veículos	4,43	4,39
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,84	10,34

Não foi possível estimar o efeito da alteração da vida útil ocorrida no ano de 2014 para os períodos subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos períodos subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados.

d) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos e incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 16 e nota explicativa 19 respectivamente.

e) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado			
	2014		2013	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida				
Marcas e patentes ⁽ⁱ⁾	2.859	(2.212)	647	596
Fundo de comércio ⁽ⁱⁱ⁾	43.154	(27.844)	15.310	8.685
Software ⁽ⁱⁱⁱ⁾	37.311	(24.543)	12.768	11.491
Intangível em andamento <i>software</i> ^(iv)	60.183	-	60.183	33.897
	143.507	(54.599)	88.908	54.669

⁽ⁱ⁾ Refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

⁽ⁱⁱ⁾ Trata-se do registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

⁽ⁱⁱⁱ⁾ Refere-se ao registro dos *softwares* adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

^(iv) Refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Saldo em 2014
Custo:				
Marcas e patentes	2.689	170	-	2.859
Fundo de comércio	32.527	11.792	(1.165)	43.154
Software	35.052	3.671	(1.412)	37.311
Intangível em andamento <i>software</i>	33.897	26.288	(2)	60.183
	104.165	41.921	(2.579)	143.507
Amortização:				
Marcas e patentes	(2.093)	(119)	-	(2.212)
Fundo de comércio	(23.842)	(5.015)	1.013	(27.844)
Software	(23.561)	(2.394)	1.412	(24.543)
	(49.496)	(7.528)	2.425	(54.599)
	54.669	34.393	(154)	88.908

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado		
	Saldo em 2012	Adições	Saldo em 2013
Custo:			
Marcas e patentes	2.607	82	2.689
Fundo de comércio	31.046	1.481	32.527
Software	33.518	1.534	35.052
Intangível em andamento <i>software</i>	14.432	19.465	33.897
	81.603	22.562	104.165
Amortização:			
Marcas e patentes	(1.972)	(121)	(2.093)
Fundo de comércio	(19.493)	(4.349)	(23.842)
Software	(20.970)	(2.591)	(23.561)
	(42.435)	(7.061)	(49.496)
	39.168	15.501	54.669

c) Valor recuperável de ativos

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

Modalidade:	Encargos anuais	Ano de vencimento	Moeda	Controladora e Consolidado	
				2014	2013
Capital de giro	Juros de 5,5%	2014	R\$	-	1.734
	Juros de 8%	2015	R\$	22.551	22.546
	Juros de 6,5%	2015	R\$	871	-
Investimentos					
	FNE	Juros de 10%	2014	R\$	-
				23.422	24.431
				23.422	2.092
				-	22.339

Parcelas circulante

Parcelas não circulante

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

As captações ocorridas durante os exercícios de 2013 e 2014 não continham custos de transação.

b) Garantias

O saldo do empréstimo captado junto ao FNE era garantido por bens do ativo imobilizado, avais de acionistas e certas aplicações financeiras junto ao Banco Nordeste, conforme previsto originalmente em contrato. Em 11 de março de 2014 houve a liquidação do contrato e posterior desvinculação das garantias de avais dos acionistas e aplicações financeiras, permanecendo vinculados os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade de empréstimo	Garantia	Controladora e Consolidado	
		2014	2013
Banco Nordeste	Terrenos	157	157
Banco Nordeste	Edifícios e benfeitorias	3.580	3.713
Banco Nordeste	Máquinas	1.229	1.229
		4.966	5.099

c) Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros) em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
REFIS IV ^(a)				
Salário Educação	-	343	-	433
INSS	127	2.909	1.439	4.717
PIS/COFINS/IOF	713	664	6.319	6.547
	840	3.916	7.758	11.697

^(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC. No ano de 2014 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 7.764 (R\$ 7.759 em 2013) referente aos impostos parcelados REFIS.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2015	846
2016	846
2017	846
2018	846
2019	846
2020 a 2024	3.528
	7.758

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	Circulante		Circulante	
	2014	2013	2014	2013
ICMS sobre vendas	8.446	7.368	8.446	7.368
PIS e COFINS	10.234	8.980	10.244	8.992
Imposto de renda e contribuição social	8.178	43.637	8.269	43.717
Imposto de renda retido na fonte	2.399	2.166	2.399	2.166
Outros	743	460	747	468
	30.000	62.611	30.105	62.711

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
PRODEC - SC ^(a)	13.015	11.547	6.504	18.422
PRODEC III - SC ^(b)	2.608	4.253	6.221	6.995
PROADI - RN ^(c)	20	34	-	-
Produzir ^(d)	395	1.006	-	-
Outros	-	-	490	-
	16.038	16.840	13.215	25.417

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

^(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuam para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia para fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.

O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGPM-FGV ao mês.

^(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 15.376. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

^(c) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim.

Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.

O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2014 foi de R\$ 9.711 (R\$ 15.009 no mesmo período de 2013) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas.

Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR.

Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

^(d) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.

O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. Este incentivo não foi utilizado em 2014 (R\$ 2.236 no mesmo período de 2013).

A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.

De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano.

Como obrigação pela fruição do benefício a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.526, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Crédito Outorgado (Lei do Vestuário - GO), Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet são reconhecidos no mês de competência e contabilizados diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 113.992 em 2014 e R\$ 114.494 em 2013) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 19.262 em 2014 e R\$ 11.654 em 2013). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS.

Em agosto de 2014, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) de nº 001-155/2014-GSF com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, procedendo à alteração do TARE já firmado de nº 078/2011-GSF, relativo ao incentivo denominado Lei do Vestuário (crédito outorgado), com o objetivo de assegurar a manutenção e captação do referido benefício e doravante os consequentes benefícios de Imposto de Renda e Contribuição Social associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, até o exercício de 2020, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos e geração de atividade econômica no estado de Goiás, a saber:

- adimplência para com as obrigações tributárias estaduais;
- realização de investimentos para ampliação de sua atividade no estado de Goiás que resulte no aumento da capacidade produtiva em 5% (cinco por cento), até 2020, dos estabelecimentos fabris, frente à produção realizada no ano de 2013;
- promoção de treinamento e capacitação de mão de obra prioritariamente local a ser aproveitada nos estabelecimentos fabris;
- manutenção de 1.400 (um mil e quatrocentos) empregos diretos, considerados todos os estabelecimentos da empresa no estado, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Os incentivos de Goiás usufruídos de janeiro a dezembro de 2014 foram assim caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 30.664. O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R\$ 3.302 (R\$ 5.103 em 2013). O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social em 2014, decorrente das subvenções para investimento, foi de R\$ 33.966, demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados.

A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Produzir, Fomentar, Pró-Emprego e Lei do Vestuário) caracterizados como subvenção para investimento, no montante de R\$ 99.901 em 2014 (R\$ 17.245 em 2013) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

20. PROVISÕES PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
Provisões para riscos:				
Trabalhistas ^(a)	1.445	1.245	2.539	2.359
Tributárias ^(b)	-	-	2.915	2.747
Cíveis ^(c)	-	-	2.092	1.829
	1.445	1.245	7.546	6.935
Outras Provisões:				
Despesas comerciais ^(d)	16.738	18.999	-	-
Despesas administrativas ^(e)	3.492	2.525	3.030	2.880
Provisão para participação nos resultados	-	7.149	-	-
	20.230	28.673	3.030	2.880
	21.675	29.918	10.576	9.815

^(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.357 (R\$ 1.895 em 31 de dezembro de 2013).

^(b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, INSS maternidade, Taxa coleta de lixo e ICMS para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante.

^(c) **Cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

^(d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas e provisões referente a campanha de vendas.

^(e) **Provisão para despesas administrativas** - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 196.808 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 156.818 em 31 de dezembro de 2013).

Em relação às contingências possíveis tributárias, a Companhia litiga administrativamente contra as exigências fiscais instauradas pelos processos números 13971.721768.2012-37 e 13971.721769.2012-71, decorrentes de autos de infração de CIDE (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), respectivamente, no montante de R\$ 53.299, cuja opinião dos advogados aponta para perda possível, processo número 13971.723247/2014-76 decorrente de lançamento fiscal exigindo contribuições previdenciárias, no montante de R\$ 23.112, cuja opinião dos advogados aponta para perda possível e contra as exigências da Fazenda do Estado de Goiás, nos processos 4.01.13.015550.41, 4.01.13.015551.22, 4.01.13.019996.08 e 4.01.13.020196.40, decorrentes de Auto de Infração de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, de Telecomunicações e de Energia Elétrica), no montante de R\$ 48.456, o qual a opinião dos advogados também aponta para perda possível.

Adicionalmente às contingências possíveis tributárias citadas, a Companhia através de sua filial de Natal/RN, baixada em 18 de fevereiro de 2010, foi autuada em 05 de janeiro de 2015 pela SET/RN (Secretaria de Estado de Tributação do Rio Grande do Norte) no montante de R\$ 24.687, pela suposta ausência de escrituração de documentos fiscais e diferenças nos estoques em relação ao ano-calendário de 2009, cuja opinião dos advogados aponta para perda possível.

No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito nº 2336991 e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim nº 12.205-5. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por pedido a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim nº 12.205-5 (Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 583.00.2012.195973-0, em trâmite perante a 43ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital). O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003. A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. Em sede de embargos à execução, a Companhia demonstrou que a dívida em questão foi totalmente quitada. Adicionalmente, a Companhia ofertou exceção de pré-executividade arguindo basicamente a ocorrência da prescrição do direito de ação na hipótese. Os embargos à execução ainda não foram processados, aguardando o julgamento definitivo da exceção de pré-executividade. A exceção ofertada foi acolhida pelo juiz da causa, que proferiu sentença extinguindo a execução. A Massa Falida do Banco Santos interpôs recurso contra a sentença. O recurso foi respondido. Por ocasião do julgamento ocorrido em 20 de outubro de 2014, o recurso foi provido pelo Tribunal de São Paulo, que entendeu não ter ocorrido a prescrição. Contra essa decisão a Companhia já interpôs embargos de declaração em 03 de dezembro de 2014, pendente de julgamento, e pretende na sequência interpor recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Por último, o quarto processo tem por pedido a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito n. 2336991 (Ação Monitória nº 2012.189676-0, em trâmite perante a 28ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Aos 09 de abril de 2013, a Companhia foi citada para apresentar defesa, o que foi feito no prazo legal. Em sentença de 01 de agosto de 2014 o juiz da causa julgou procedente a monitoria em favor da Massa Falida do Banco Santos. Aos 29 de agosto de 2014 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a decisão, o qual aguarda processamento e posterior julgamento. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até dezembro de 2014 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R\$ 87.624. A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 56.891 e possível para R\$ 30.733.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

	Circulante e não circulante				Saldo em 2014
	Saldo em 2013	Adições	Reversões	Utilização	
Provisões para riscos:					
Trabalhistas	3.604	2.961	-	(2.581)	3.984
Tributárias	2.747	168	-	-	2.915
Cíveis	1.829	315	(40)	(12)	2.092
	8.180	3.444	(40)	(2.593)	8.991
Outras Provisões:					
Despesas comerciais	18.999	65.159	-	(67.420)	16.738
Despesas administrativas	5.405	29.310	-	(28.193)	6.522
Provisão participação nos resultados	7.149	6.638	(5.970)	(7.817)	-
	31.553	101.107	(5.970)	(103.430)	23.260
	39.733	104.551	(6.010)	(106.023)	32.251

	Saldo em 2012	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2013
	Provisões para riscos:				
Trabalhistas	7.385	1.914	(817)	(4.878)	3.604
Tributárias	496	2.251	-	-	2.747
Cíveis	1.862	138	(113)	(58)	1.829
	9.743	4.303	(930)	(4.936)	8.180
Outras Provisões:					
Despesas comerciais	18.265	56.197	(1.650)	(53.813)	18.999
Despesas administrativas	5.595	18.657	(506)	(18.341)	5.405
Provisão participação nos resultados	177	20.125	(3.000)	(10.153)	7.149
	24.037	94.979	(5.156)	(82.307)	31.553
	33.780	99.282	(6.086)	(87.243)	39.733

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da Administração foram realizadas conforme a seguir:

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, benefícios de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu Conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Honorários da Administração	8.293	7.527	8.315	7.546
Remuneração variável	-	2.277	-	2.277
Benefícios de curto prazo	901	892	901	892
Outros (INSS)	1.659	1.960	1.659	1.960
Remuneração com base em ações	4.162	3.607	4.162	3.607
	15.015	16.263	15.037	16.282

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Controladora			
	Ativo não circulante		Passivo circulante	
	2014	2013	2014	2013
VH Serviços e Construções S.A.	239	226	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	7	16
Garema Malhas Ltda.	98	72	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	4.121	3.635
	337	298	4.128	3.651

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2014, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 2.428 (R\$ 2.129 em 31 de dezembro de 2013), reconhecido no resultado no grupo de custos.

Em 24 de novembro de 2014, a Cia. Hering realizou a compra dos créditos referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, no montante de R\$ 1.921, de suas empresas controladas (Garema Indústria e Comércio Ltda., VH Serviços e Construções S.A., Têxtil Santa Catarina Ltda. e HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.), conforme avençado em Contrato de Cessão de Créditos entre as partes, para serem utilizados na quitação integral da modalidade de parcelamento previsto no art. 3º da Lei nº 11.941/09, com amparo no artigo 33 da Lei nº 13.043/14, observadas as condições ali previstas. A cessão dos referidos créditos ocorreu de forma onerosa, pelo montante registrado contabilmente nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2014, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 25.751 (R\$ 24.442 em 31 de dezembro de 2013), do qual R\$ 6.952 está registrado no contas a receber em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.006 em 31 de dezembro de 2013). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 14.750, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Plano de Previdência Privada	-	-
Plano de Assistência Médica	(10.616)	(9.507)
	(10.616)	(9.507)

Plano de Previdência Privada

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida.

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única.

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2014 era de 256 pessoas, tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 1.051 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em 31 de dezembro de 2014, 8.845 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no exercício totalizou R\$ 52.

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2014, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

a) Saldos do plano de pensão - Benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	22.182	21.492
Valor justo dos ativos do plano	(23.079)	(21.733)
Efeito do teto de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	897	241
Déficit (superávit) para planos cobertos	-	-

A movimentação do passivo atuarial de pensão líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	-	(1.295)
Reconhecido no resultado	(328)	(490)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	328	1.785
Saldo em 31 de dezembro	-	-

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	21.492	23.041
Custos do serviço corrente e juros	328	387
Juros sobre obrigação atuarial	2.515	1.938
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	(313)	(1.933)
Benefícios pagos no ano	(1.840)	(1.941)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	22.182	21.492

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	21.733	21.746
Retorno esperado dos ativos do plano	2.544	1.835
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	285	93
Contribuições de empregados	357	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.840)	(1.941)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	23.079	21.733

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custo do serviço corrente	328	387
Juros sobre as obrigações atuariais	2.515	1.938
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.544)	(1.835)
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	29	-
Total da despesa reconhecida	328	490

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Montante acumulado em 1º de janeiro	638	2.423
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(328)	(1.785)
Montante acumulado em 31 de dezembro	310	638

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de Lucros Acumulados, conforme permitido pelo CPC 33(R1) e IAS19.

f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	348	328
Juros sobre obrigação atuarial	2.516	2.515
Rendimento esperado dos ativos	(2.646)	(2.544)
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	108	29
Remensuração do plano	56	(271)
	382	57

g) Ativos do plano e taxa de retorno

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Instrumentos de patrimônio	23.079	21.733
Retorno médio ponderado esperado	2.544	1.835

A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação.

O retorno dos ativos do plano foi de R\$ 2.515 em 2014.

h) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
	2014	2013	2012	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	22.182	21.492	23.041	19.909	17.129
Valor justo dos ativos do plano	(23.079)	(21.733)	(21.746)	(19.616)	(18.902)
Efeito do <i>asset ceiling</i>	897	241	-	-	-
Déficit (superávit) para planos cobertos	-	-	1.295	293	(1.773)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	313	(1.933)	2.017	2.162	1.203
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	284	93	907	(235)	(892)

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 310 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

i) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	2014	2013
Taxa de desconto nominal	12,04%	12,36%
Taxa de aumento nominal do salário	6,92%	6,92%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%
Taxa de aumento de pensões	5,50%	5,50%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) a ser reconhecida

	2014	2013
Taxa de desconto nominal	12,36%	8,68%
Taxa de aumento nominal do salário	6,92%	6,59%
Taxa estimada de inflação	5,50%	4,50%
Taxa de aumento de pensões	5,50%	4,50%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000	AT-2000

(iii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

	2014	2013
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	19,6	19,6
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	19,6	19,6

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-2000 Male, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade a aposentadoria antecipada.

j) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2014 que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos previdenciários.

	Cenário Base	Cenários Projetados	
		Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Sensibilidade da taxa de descontos			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	22.182	20.516	24.113
Premissa	12,04%	12,54%	11,54%
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	19,60	15,93	17,04

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Cenário	Cenários Projetados	
	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Sensibilidade da taxa de inflação		
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	22.182	22.182
Premissa	5,50%	6,00%
Sensibilidade da tabela de mortalidade		
Impacto nas obrigações do programa previdenciário	22.182	22.561
Premissa de expectativa de vida aos 65 anos	19,60	+ 1

Plano de Assistência Médica

A Companhia possui os planos de assistência médica, Unimed e Sul América para seus funcionários (planos de benefício definido). Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2014 estavam assim apresentados:

Empregados	Planos	
	Unimed	Sul América
Empregados ativos	1.997	321
Empregados aposentados	18	10
Empregados desligados	10	9

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia efetuou a primeira avaliação atuarial do plano de assistência médica e contabilizou um passivo, correspondente à estimativa do incremento futuro no custo dos planos de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou forem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. No período pós emprego, o valor da mensalidade é integralmente custeado pelos beneficiários.

a) Saldos do plano de assistência médica - Benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	10.616	9.507
Déficit (superávit)	10.616	9.507

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 conforme informações abaixo. A movimentação líquida do passivo atuarial do plano de assistência médica no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	(9.507)	(17.826)
Reconhecido no resultado	(1.364)	3.797
Reconhecido em outros resultados abrangentes	255	4.522
Saldo em 31 de dezembro	(10.616)	(9.507)

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	9.507	17.826
Custos do serviço corrente e juros	197	722
Juros sobre obrigação atuarial	1.167	1.547
Custos do serviço passado	-	(6.066)
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	(208)	(4.288)
Benefícios pagos no ano	(47)	(234)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	10.616	9.507

c) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	197	722
Juros sobre obrigação atuarial	1.167	1.547
Custos do serviço passado	-	(6.066)
Total de (receita) ou despesa reconhecida	1.364	(3.797)

d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Montante acumulado em 1º de janeiro	(1.366)	3.156
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(255)	(4.522)
Montante acumulado em 31 de dezembro	(1.621)	(1.366)

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de Lucros Acumulados, conforme permitido pelo CPC 33(R1) e IAS19.

e) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	203	197
Juros sobre obrigação atuarial	1.272	1.167
	1.475	1.364

f) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado			
	2014	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	10.616	9.507	17.826	12.862
Déficit (superávit)	10.616	9.507	17.826	12.862
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(208)	(4.288)	2.505	-

g) Premissas atuariais

A apuração do passivo foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas identificadas a seguir:

	2014	2013
Financeiras		
Taxa de desconto da obrigação atuarial	12,04 % a.a.	12,36 % a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Não Aplicável	Não Aplicável
Health Care Cost Trend Rate	3 % a.a.	3 % a.a.
Fator de Idade (Aging Factor)	0 até 24 anos: 0,05% 25 até 54 anos: 2,0% 55 até 79 anos: 4,5% 80 para cima: 3,0%	0 até 24 anos: 0,05% 25 até 54 anos: 2,0% 55 até 79 anos: 4,5% 80 para cima: 3,0%

Biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT - 2000 Male	AT - 2000 Male
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1944 (MI)	RRB - 1944 (MI)
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (EI)	RRB - 1944 (EI)

h) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2014 que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros de custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenários Projetados		
	Cenário Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Sensibilidade da taxa de descontos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	10.616	9.671	11.497
Premissa	12,04%	12,54%	11,54%
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	19,60	18,65	15,95
Sensibilidade da taxa de inflação			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	10.616	10.616	10.616
Premissa	5,50%	5,00%	6,00%
Sensibilidade da tabela de mortalidade			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	10.616	11.105	10.136
Premissa de expectativa de vida aos 65 anos	19,60	+ 1	- 1

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 11.758 (R\$ 10.768 em 31 de dezembro de 2013) representativos de 2,22% do saldo de contas a receber em aberto (2,17% em 31 de dezembro de 2013), para fazer face ao risco de crédito.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	182.036	140.710
Aplicações financeiras	2.199	1.069
Contas a receber de clientes	528.899	495.331
Outras contas a receber	10.569	12.965
Instrumentos financeiros derivativos	7.504	3.757

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	2014	2013
Contas a receber		
A vencer	511.042	482.863
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.425	4.746
De 31 a 90 dias	3.448	2.084
De 91 a 180 dias	2.826	1.977
De 181 a 360 dias	4.163	2.480
Acima de 360 dias	1.995	1.181
	528.899	495.331

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(10.768)	(9.610)
Adições	(5.280)	(5.519)
Baixas	4.290	4.361
Saldo no final do exercício	(11.758)	(10.768)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber. A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2014	2013
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	154.393	126.629
	154.393	126.629
Instrumentos de taxa fixa		
Passivos financeiros	(23.422)	(24.431)
	(23.422)	(24.431)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2014, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2014:

	Taxa média de juros	Consolidado						Total
		Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Superior a 3 anos	
Caixa e equivalentes de caixa	-	182.036	-	-	-	-	-	182.036
Clientes e outras contas a receber	0,64%	164.304	248.574	105.187	952	195	359	519.571
Empréstimos e financiamentos	0,64%	-	(12.752)	(11.284)	-	-	-	(24.036)
Incentivos fiscais	0,64%	(1.097)	(2.207)	(13.276)	(11.407)	(1.535)	(1.608)	(31.130)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,64%	(107.547)	(49.305)	(25.947)	-	-	(130)	(182.929)
Instrumentos financeiros derivativos	1,00%	1.901	5.687	-	-	-	-	7.588
		239.597	189.997	54.680	(10.455)	(1.340)	(1.379)	471.100

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são USD e Euro (€).

A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2014	2013
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	7.743	7.714
Contas a receber (nota explicativa 7)	11.547	10.504
Fornecedores	(34.653)	(31.889)
Instrumentos financeiros derivativos (nacional value)	74.374	104.714
	59.011	91.043

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantinha o montante de USD 59.638 mil em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	182.036	182.036	140.710	140.710
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras restritas -				
Títulos mantidos até o vencimento	2.199	2.199	1.069	1.069
Clientes e outras contas a receber	513.059	513.059	483.107	483.107
Empréstimos e financiamentos	(23.422)	(23.422)	(24.431)	(24.431)
Fornecedores e outras contas a pagar	(180.812)	(180.812)	(160.307)	(160.307)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	508	508	543	543
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de hedge	6.996	6.996	3.214	3.214

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.
- Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.
- Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas. Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2014 estão abaixo apresentados:

	Consolidado
	2014
Dívida Curto Prazo	(23.422)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	182.036
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	158.614

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,57% (taxa anualizada para o período referência). A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50% para as aplicações financeiras, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, e o rendimento das aplicações financeiras foi projetado para os próximos 12 meses.

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável	Possível	Remoto			
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	R\$ 154.393 ^(*)	Baixa						
		CDI	11,57	17.863	8,68	13.401	5,79	8.939

(*) Saldo em 31 de dezembro de 2014 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações

financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" da tabela acima.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2014 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2014	Provável		Possível		Consolidado Remoto	
		Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	7.743	2,6562	-	3,3203	1,936	3,9843	3,872
Contas a receber	11.547	2,6562	-	3,3203	2,887	3,9843	5,774
Fornecedores	(34.653)	2,6562	-	3,3203	(8.663)	3,9843	(17.327)
Exposição e ganhos e perdas líquidos	(15.363)	-	-	-	(3.840)	-	(7.681)

Operação	Valor		Provável		Possível		Consolidado Remoto	
	Saldo 2014	Nacional 2014	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)
	R\$	USD	Strike					
Instrumentos financeiros derivativos	7.504	28.000	2,3548	2,6562	935	3,3203	11.089	3,9843
Exposição e ganhos e perdas líquidos	7.504	28.000	-	-	935	-	11.089	29.683

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" da tabela acima.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para *hedge* dos fluxos financeiros decorrentes de importações.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

A Companhia mantém operações de "compra" de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, designadas como *hedge accounting* a partir de 01 de novembro de 2013, cujo objeto de *hedge* refere-se às importações e compras futuras de mercadorias para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2014 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Liquidado	Reconhecido em			
						Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes (represado) ^(*)		
						Resultado operacional	Resultado financeiro		
24/06/2014	01/12/2014	4.000	2,3406	-	955	-	603	153	199
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	771	-	-	179
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	835	-	-	115
24/06/2014	02/02/2015	2.000	2,6680	614	-	611	-	-	3
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	372	-	358	202
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	678	-	131	123
20/08/2014	02/03/2015	3.000	2,3496	936	-	936	-	-	-
20/08/2014	02/03/2015	4.000	2,3496	1.248	-	1.248	-	-	-
20/08/2014	01/04/2015	3.000	2,3676	942	-	942	-	-	-
		28.000		7.504	955	6.393	603	642	821

(*) O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes represado, será realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha um nomenclador de instrumentos derivativos em aberto de US\$ 28.000 e, essas operações acumulavam um saldo credor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R\$ 7.504 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R\$ 6.393 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 4.219 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R\$ 622 como Receita Financeira e R\$ 489 como receita em Resultado Operacional. Adicionalmente, o montante de R\$ 955 foi liquidado gerando ganho de R\$ 603 (398 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) repesado em Outros Resultados Abrangentes, R\$ 153 reconhecido em Resultado Operacional e R\$ 199 como Resultado Financeiro.

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 somaram um Nomenclador de USD 96.200, gerando um valor que representou uma perda de R\$ 6.253 para a Companhia, dos quais, R\$ 407 como Despesa Financeira (R\$ 752 em despesa em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 345 em receita no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013), e R\$ 5.846 como despesa em Resultado Operacional (R\$ 6.043 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 198 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2013 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo	Reconhecido em		
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro
24/09/2013	02/01/2014	5.000	2,2600	413	145	198	70
25/09/2013	02/01/2014	5.000	2,2775	326	386	-	(60)
24/09/2013	03/02/2014	5.000	2,2629	587	472	-	115
30/09/2013	03/02/2014	5.000	2,3015	396	490	-	18
02/10/2013	03/02/2014	5.000	2,2600	602	490	-	60
02/10/2013	03/02/2014	2.500	2,2587	304	245	-	47
02/10/2013	05/03/2014	2.500	2,2779	275	227	-	95
02/10/2013	05/03/2014	5.000	2,2779	549	454	-	-
16/12/2013	05/03/2014	2.000	2,3675	43	43	-	-
27/11/2013	01/04/2014	2.300	2,3725	55	55	-	-
27/11/2013	02/05/2014	5.400	2,3885	207	207	-	-
		44.700		3.757	3.214	198	345

Em 31 de dezembro de 2013, a variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações do valor justo foram registradas nas seguintes rubricas: R\$ 3.214 em Ajuste de avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 2.121 líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R\$ 345 em receita financeira, e R\$ 198 em resultado operacional, à contrapartida de Instrumentos Financeiros Derivativos no ativo circulante no montante de R\$ 3.757.

As liquidações das operações de NDF's ocorridas no ano de 2013 foram no montante de USD 4.000, cujo valor justo representou um ganho de R\$ 363 para a Companhia, dos quais R\$ 257 foram reconhecidos como receita financeira, e R\$ 106 em resultado operacional.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado é composto por 164.611.187 ações ordinárias (incluindo as 577.000 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2014		2013
Coronation Fund Managers Ltd. (*)	24.697.759	15,0%	-
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	7,3%	11.964.724
Ivo Hering	11.768.370	7,1%	11.768.370
Arx Investimentos Ltda.	8.345.256	5,1%	-
MFS Investment Management (**)	8.122.117	4,9%	8.419.817
UBS Global Asset Management (**)	7.752.487	4,7%	8.410.087
Outros	91.960.474	55,9%	124.048.189
	164.611.187	100%	164.611.187

(*) Gestor com sede na África do Sul.

(**) Gestor com sede nos Estados Unidos.

Em 2013 foi realizada integralização de capital no montante de R\$ 3.461, pelos detentores de *stock options*, quando de sua decisão de exercer suas opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de maio de 2014, foi aprovado o aumento de capital social de R\$ 239.435, para R\$ 313.086, sem emissão de novas ações, mediante a: (i) capitalização da reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda, do ano-calendário 2008 no valor de R\$ 219; (ii) capitalização da parcela de lucro retido no exercício de 2013 no montante de R\$ 57.127 oriundo da reserva de retenção de lucros; (iii) capitalização de parte do saldo de Reserva Legal no montante de R\$ 16.305.

b) Ações em tesouraria

Em 24 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em

tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2008.

A quantidade a recomprar estará limitada a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 3,88% do total de 128.854.790 das ações ordinárias em circulação. As operações de aquisição serão realizadas a preço de mercado no pregão da BM&FBOVESPA. O prazo máximo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias será de 365 dias, contados a partir de 24 de julho de 2014, encerrando-se em 25 de julho de 2015, cabendo a Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 577.000 ações ao custo médio de R\$ 20,59 por ação, totalizando o montante de R\$ 11.882.

c) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritos na nota explicativa 27 são registrados como reservas de capital.

d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício	318.858
Reserva legal 5%	15.943

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 52.328, destina-se para fazer face a novos investimentos em função do orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2015.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2014	2013
Lei do Vestuário - GO	90.190	-
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	71.236	61.525
Fomentar - GO	31.750	31.750
Produzir - GO	6.562	6.562
Lucro Exploração IRPJ	29.461	24.337
Redução Reinvestimento IRPJ	1.605	-
	317.888	211.258

Em 2014, constitui-se Reserva de Incentivos Fiscais no montante de R\$ 105.361, referente: (i) Subvenção para Investimentos no montante de R\$ 99.901 (Lei do Vestuário - GO e Proadi - GO); (ii) Lucro Exploração IRPJ no montante de R\$ 5.124 e (iii) Redução Reinvestimento no montante de R\$ 336. Adicionalmente, referente à Redução Reinvestimento houve a realocação do montante de R\$ 1.488 de exercícios anteriores de Reserva de Retenção de Lucros para Reserva de Incentivos Fiscais e capitalização do montante de R\$ 219.

e) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	318.858
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(105.361)
(-) Reserva legal	(15.943)
Base de cálculo	197.554
Dividendos obrigatórios (25%) - pagos antecipadamente	49.389
Dividendos adicionais e Juros sobre Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras	46.454
	95.843

Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO 49.998

Durante o exercício de 2014 foi pago o montante de R\$ 95.843, correspondente aos dividendos obrigatórios de R\$ 49.389 e dividendos e juros sobre capital próprio deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 46.454. Do montante total pago, R\$ 49.993 referem-se a dividendos deliberados em reunião do Conselho de 15 de outubro de 2014 para pagamento em 29 de outubro de 2014, e R\$ 45.850 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na (nota explicativa 25). A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, adicionalmente ao montante já pago de R\$ 95.843, a Administração propõe o montante de R\$ 49.998 de dividendos adicionais que representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
22.930	164.611	0,1393
49.993	164.611	0,3037
22.920	164.304 ^(*)	0,1395
49.998	164.034 ^(*)	0,3048 ^(**)
145.841		0,8873

^(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

^(**) O valor do dividendo por ação poderá ser modificado em razão do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações dentro do Plano de Recompra de Ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo das reservas de lucros (exceto reservas de incentivos fiscais) excede o capital social em R\$ 66.564, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei nº 6.404/76 a Administração irá propor à Assembleia a utilização do montante de R\$ 33.282 para aumento de capital, de parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

f) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrevi, Plano de Saúde (nota explicativa 22) e instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23).

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi destinado aos acionistas o montante de: (i) R\$ 19.845 (líquido do IRRF no montante de R\$ 3.085) correspondente ao ano de 2014, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2014; (ii) R\$ 19.941 (líquido do IRRF no montante de R\$ 2.979) correspondente ao ano de 2014, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2014.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2014, o montante correspondente a participação nos resultados reconhecido como despesa totalizou R\$ 668 (R\$ 17.125 em 31 de dezembro de 2013), tendo sido pago no exercício o montante de R\$ 832 como antecipação aos colaboradores em agosto de 2014.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 532.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2009, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 36,67 (trinta e seis reais e sessenta e sete centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 25 de julho de 2013 foi cancelado o equivalente a 13.500 opções de compra de ações (pós-desdobramento), em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

d) Quarto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 04 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quarto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 265.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 31,84 (trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 25 de julho de 2013 foi cancelado o equivalente a 12.500 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

e) Quinto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 08 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quinto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 246.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 45,83 (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 25 de julho de 2013 foi cancelado o equivalente a 21.600 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

f) Sexto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 21 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do sexto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 264.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 38,61 (trinta e oito reais e sessenta e um centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

g) Sétimo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 25 de julho de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do sétimo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 72.872 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 34,24 (trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

h) Oitavo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 21 de maio de 2014, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do oitavo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 953.850 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 25,05 (vinte e cinco reais e cinco centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. O número de ações mencionados nos tópicos (a), (b) e (c), refere-se à quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 29 de outubro de 2010.

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do final do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário. Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções.

Do número total de 4.861.866 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º, 5º, 6º, 7º e 8º programas) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011, 793.785 durante o exercício de 2012, 387.288 durante o exercício de 2013 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009 e 47.600 durante o exercício de 2013. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2014, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,10% (0,52% em 31 de dezembro de 2013).

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º programas, e o modelo Binomial para o 6º, 7º e 8º programas. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R\$ 3.065 para a 1ª opção, R\$ 2.520 para a 2ª opção, R\$ 4.559 para a 3ª opção, R\$ 3.946 para a 4ª opção, R\$ 4.183 para a 5ª opção, R\$ 3.134 para a 6ª opção, R\$ 641 para a 7ª opção e R\$ 5.128 para a 8ª opção. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 4.787 (R\$ 3.607 em 31 de dezembro de 2013).

A partir de 2013 para a definição do valor justo do 6º, 7º e 8º programas, utilizou-se o método Binomial, pois esse método permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características.

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método Black & Scholes para o 1º ao 5º programa e Binominal para o 6º ao 8º programa, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	
Data da avaliação	29/mai/08	28/mai/09	27/mai/10	04/mai/11	08/mai/12	21/mai/13	25/jul/13	21/mai/14	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	R\$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,50	33,50	45,91	43,50	30,56	21,79	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	a.a.
Taxa de desligamento (<i>Exit rate</i>)	-	-	-	-	-	1,01%	1,01%	1,10%	a.a.
MSR (<i>Market to Strike Ratio</i>)	-	-	-	-	-	2,33	2,33	2,25	
Cupom de IPCA ^(*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	11,87	8,80	5,38	R\$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	641	5.128	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento ^(**)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	

^(*) Taxa de juros livre de risco

^(**) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuída, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, 25 de julho de 2013 para o 7º programa e 21 de maio de 2014 para o 8º programa foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º e 8º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economática. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,42 por ação para o 1º programa, R\$ 11,04 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa, R\$ 33,50 para o 4º programa, R\$ 45,91 para o 5º programa, R\$ 43,50 para o 6º programa, R\$ 30,56 para o 7º programa e R\$ 21,79 para o 8º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 04 de maio de 2011, para o 4º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, 25 de julho de 2013 para o 7º programa e 21 de maio de 2014 para o 8º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 à 28 de maio de 2009 para o 2º programa, do período de 28 de maio de 2009 a 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do período de 09 de maio de 2011 a 08 de maio de 2012 para o 5º programa, do período de 30 de setembro de 2010 a 21 de maio de 2013 para o 6º programa, do período de 31 de agosto de 2010 a 25 de julho de 2013 para o 7º programa, do período de 23 de maio de 2011 a 21 de maio de 2014 para o 8º programa, do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economática, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi atualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*. O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	2014		2013	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	858.272	37,97	956.288	24,52
Opções outorgadas	953.850	25,05	336.872	37,61
Opções exercidas	-	-	(387.288)	8,94
Opções canceladas	-	-	(47.600)	39,56
Opções em circulação no final do exercício	1.812.122	32,73	858.272	37,97
Opções exercíveis no final do exercício	433.418	35,08	108.600	43,82

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de venda mercado interno	1.740.446	1.761.043	1.744.029	1.764.814
Receita de venda em lojas próprias	274.257	259.293	274.257	259.293
Receita de venda mercado externo	35.063	31.791	35.063	31.791
Receita de <i>royalties</i>	21.421	22.018	21.421	22.018
Devoluções	(63.747)	(58.483)	(63.747)	(58.483)
Receita bruta de vendas	2.007.440	2.015.662	2.011.023	2.019.433

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ajuste a valor presente - Receita	(36.328)	(38.299)	(36.328)	(38.299)
Ajuste a valor presente - ICMS	197	190	197	190
Abatimentos e Repasse IBCC	(7.919)	(5.869)	(7.919)	(5.869)
Impostos sobre as vendas	(288.477)	(295.463)	(288.679)	(295.676)
Deduções da receita	(332.527)	(339.441)	(332.729)	(339.654)
Receita líquida	1.674.913	1.676.221	1.678.294	1.679.779

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custos dos bens ou serviços vendidos:		
Matéria prima e material de revenda	580.179	563.119
Salários, encargos e benefícios	161.816	153.226
Depreciação	20.887	18.272
Mão-de-obra	141.910	148.549
Energia	6.865	7.683
Outros Custos	32.876	30.385
	944.533	921.234

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas comissões s/ vendas	66.390	63.435	66.390	63.435
Despesas fretes s/ vendas	39.969	42.161	39.969	42.161
Despesas com pessoal	69.925	61.334	69.925	61.334
Despesas com propaganda e publicidade	43.157	35.437	43.157	35.437
Despesas com locação de imóveis	28.641	24.384	28.641	24.384
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.280	5.519	5.280	5.519
Despesas com amostras e desenv. de produtos	12.855	11.311	12.855	11.311
Despesas com viagens e estadias	7.173	5.812	7.173	5.812
Despesas com serviços de terceiros	15.771	8.838	15.771	8.838
Outras despesas	2.961	3.744	2.965	3.746
	292.122	261.975	292.126	261.977

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com pessoal	20.678	17.380	20.678	17.380
Despesas com serviços de terceiros	9.222	12.762	9.222	12.762
Despesas com propaganda institucional	1.771	2.542	1.771	2.542
Despesas com serviços de TI	3.399	3.418	3.399	3.418
Despesas com doações	3.196	3.202	3.196	3.202
Despesas com viagens	1.408	1.174	1.408	1.174
Despesas com locação	2.253	1.639	2.253	1.639
Curso de especialização	490	1.414	490	1.414
Outras despesas	2.217	2.067	2.548	2.095
	44.634	45.598	44.965	45.626

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários	168	765	168	765
Indenização recebida de sinistro	2.264	2.516	2.264	2.516
Reversão outras despesas	-	569	-	569
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	551	580	551	580
Outras	573	944	573	944
	3.556	5.374	3.556	5.374
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões de provisões trabalhistas e cíveis	(2.770)	(646)	(2.770)	(646)
Plano de ações	(4.787)	(3.607)	(4.787)	(3.607)
Avaliação atuarial plano de saúde e previdência	(1.692)	3.307	(1.692)	3.307
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(766)	(1.675)	(766)	(1.675)
Multa Indedutível Auto Infração	-	(6.542)	-	(6.542)
Indenizações trabalhistas ^(a)	(3.768)	-	(3.768)	-
Outras	(2.473)	(1.760)	(2.512)	(1.760)
	(16.256)	(10.923)	(16.295)	(10.923)
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	(12.700)	(5.549)	(12.739)	(5.549)

^(a) Indenização trabalhista referente à reorganização da estrutura industrial.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	20.063	15.300	20.063	15.421
Juros sobre tributos recuperados	717	421	717	421
Ajuste a valor presente	36.092	37.910	36.092	37.910
Receita com derivativos	69	603	69	603
Outras receitas	7.350	5.586	7.824	5.586
	64.291	59.820	64.765	59.941
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(1.779)	(1.625)	(1.779)	(1.625)
Encargos financeiros sobre tributos	(3.849)	(4.590)	(3.849)	(4.590)
Ajuste a valor presente	(16.421)	(17.987)	(16.421)	(17.987)
Outras despesas	(5.899)	(6.739)	(5.112)	(6.034)
Variação cambial passiva líquida	(3.257)	(946)	(3.257)	(946)
	(31.205)	(31.887)	(30.418)	(31.182)
Resultado financeiro líquido	33.086	27.933	34.347	28.759

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício				
Impostos correntes:				
Contribuição social	(21.794)	(34.408)	(22.088)	(34.524)
Imposto de renda	(51.840)	(81.832)	(51.954)	(82.130)
	(73.634)	(116.240)	(74.042)	(116.654)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	(166)	282	331	282
Imposto de renda	(459)	782	965	782
	(625)	1.064	1.296	1.064

b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido antes de impostos	393.117	433.348	391.613	433.762
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(133.660)	(147.338)	(133.148)	(147.479)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	1.955	1.333	-	-
Subvenção para investimento ⁽ⁱ⁾	33.966	5.886	33.966	5.886
Juros sobre capital próprio	15.589	13.096	15.589	13.096
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	4.109	3.879	4.109	3.879
Redução IRPJ Lucro da Exploração	5.527	9.106	5.527	9.106
Outras adições (exclusões) permanentes	(1.745)	(1.138)	1.211	(78)
Imposto de renda e contribuição social	(74.259)	(115.176)	(72.746)	(115.590)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(73.634)	(116.240)	(74.042)	(116.654)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(625)	1.064	1.296	1.064
Alíquota efetiva	19%	27%	19%	27%

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos benefícios fiscais PRODUZIR, PROADI, Pró-Emprego e Crédito Outorgado (Lei do Vestuário), mencionados na nota explicativa 19.

c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Constituição (reversão) sobre adições temporárias	(906)	870	(906)	870
Constituição sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa ⁽ⁱ⁾	-	-	1.921	-
Reversão sobre exclusões temporárias	163	78	163	78
Realização da correção monetária do ativo próprio	118	116	118	116
	(625)	1.064	1.296	1.064

⁽ⁱ⁾ Refere-se à IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL constituído pelas empresas controladas, e comprados pela Cia. Hering para serem utilizados na quitação integral de parcelamento conforme citado na nota explicativa 21b.

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	318.858	318.172
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	164.611	164.456
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(29)	-
	164.582	164.456
Lucro básico por ação - R\$	1,9374	1,9347

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se à opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	318.858	318.172
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	164.582	164.456
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	1.812	858
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	166.394	165.314
Lucro diluído por ação - R\$	1,9163	1,9246

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 87 (80 em 31 de dezembro de 2013) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2014	2013
Até um ano	18.875	17.568
Acima de um ano e até cinco anos	33.960	38.016
Acima de cinco anos	1.650	1.113
	54.485	56.697

continua...

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2014	2013
Despesas com arrendamento mercantil operacional	36.091	30.866

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

Marca	Consolidado	
	2014	2013
Hering	1.482.569	1.495.701
Hering Kids	213.268	199.083
PUC	155.832	156.875
DZARM.	99.543	101.816
Outras	24.748	34.167
Receita bruta mercado interno	1.975.960	1.987.642
Receita bruta mercado externo	35.063	31.791
Receita bruta total	2.011.023	2.019.433

DIRETORIA

Fábio Hering - Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral - Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani - Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos - Diretor Comercial
Edgar de Oliveira Filho - Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi - Diretor de Suprimentos
Alessandra Cristina da Costa Morrison - Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edson Amaro - Diretor de Marcas Hering Kids, PUC e DZARM.
Luis Renato Bueno - Diretor de Marca Hering Adulto

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering - Presidente
Fábio Hering - Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits - Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior - Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri - Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior - Conselheiro
Anderson Lemos Birman - Conselheiro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

Cia. Hering

Blumenau - SC

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Canal	Consolidado	
	2014	2013
Varejo	933.326	930.828
Franquias	745.551	767.452
Webstore	25.381	22.728
Lojas próprias	246.954	232.467
Outras	24.748	34.167
Receita bruta mercado interno	1.975.960	1.987.642
Receita bruta mercado externo	35.063	31.791
Receita bruta total	2.011.023	2.019.433

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
Receita bruta mercado interno	1.975.960	1.987.642
Receita bruta mercado externo	35.063	31.791
Receita bruta	2.011.023	2.019.433
Deduções da receita	(332.729)	(339.654)
Receita líquida	1.678.294	1.679.779

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2014 apenas 2,09% (1,89% em 31 de dezembro de 2013) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado).

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2014, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R\$ 101.325 para danos materiais, R\$ 34.123 para lucros cessantes e R\$ 7.000 para responsabilidade civil.

39. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Nos termos da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

...continuação

Cia. Hering

CNPJ nº 78.876.950/0001-71

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Outros assuntos

apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

Joinville, 13 de fevereiro de 2015

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP-011.609/O-8 F-SC
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3

Deloitte.

DOESC – 3COL X 5CM – PÁG. 25

HORÁRIO MÁXIMO PARA APROVAÇÃO FINAL: DOESC 12H DO DIA ANTERIOR À PUBLICAÇÃO

pefran
11 3885.9696

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Os primeiros sinais de 2014 já apontavam para um ano desafiador. A desaceleração do crescimento econômico combinado com as incertezas em relação à copa do mundo e ao cenário eleitoral criaram um ambiente de cautela excessiva em nossos canais de distribuição que, ao longo do ano, procuraram minimizar os riscos em detrimento de crescimento de vendas. Nesse cenário, apresentamos vendas e lucro praticamente estáveis em relação à 2013, resultado abaixo de nossas expectativas e que ainda não reflete os avanços implementados no ano a partir da nova estrutura organizacional. Desenvolvemos novas frentes de crescimento com o lançamento da marca Hering for you e a elaboração de um novo plano de negócios para a DZARM, além das melhorias implementadas na proposta de valor e comunicação das demais marcas. Tudo isso reforça nossa confiança no potencial de crescimento de nossas marcas e em nossa estratégia de negócios.

O ano de 2014 foi marcado pela evolução na proposta de valor de nossas marcas com foco na melhoria da oferta de produtos e na estratégia de comunicação. Na marca Hering, o plano de melhoria de sortimento foi implementado com o relançamento dos básicos e evolução na oferta de produtos, reforçando a proposta de conforto com estilo em uma excelente relação de custo-benefício. Também evoluímos na comunicação da marca com a atualização do logotipo e novas campanhas que buscam explorar os laços emocionais dos consumidores com a Hering, que segue como uma das marcas mais notórias do país tendo ocupado a 15ª colocação no ranking das 'Marcas Brasileiras mais Valiosas', segundo a Interbrand. As marcas infantis também passaram por importantes melhorias. A Hering Kids também teve seu logotipo renovado e evoluiu no sortimento de produto e estratégia de comunicação. Já a PUC reforçou sua proposta de valor a partir do estilo *trendy*, colorido e alegre que norteia sua oferta de produtos e comunicação.

Trabalhamos também no desenvolvimento e implementação de novas frentes de crescimento. Lançamos a marca Hering for you, união entre conforto e estilo com uma proposta de valor diferenciada para o público feminino, inaugurando no Brasil o estilo *loungewear*. Inauguramos 2 lojas conceito da marca com *feedback* positivo das consumidoras já nos primeiros meses de operação. Ademais, foi desenvolvido um novo plano estratégico para a marca DZARM, com evolução na proposta de valor da marca e em seu modelo de negócios, que começa a ser implementado no início de 2015.

Mantivemos a estratégia de crescimento de nossa rede de distribuição, porém em menor velocidade que anos anteriores. Reduzimos o ritmo de expansão das redes de forma a privilegiar lojas com maior rentabilidade. Foram adicionadas 78 no ano, sendo 53 Hering Stores, 19 Hering Kids, 4 PUC e 2 Hering for you. Implementamos uma nova plataforma de TI para as *webstores*, o que nos permitirá lidar com muito mais transações simultâneas, além de novas funcionalidades nos sites. O primeiro grande teste ocorreu durante a Black Friday, no final de novembro, onde tivemos um bom desempenho tanto nas vendas quanto no nível de serviço.

Continuamos a evoluir em nosso modelo de gestão e no desenvolvimento de lideranças. Dentre as diversas iniciativas destacamos o lançamento da nossa Universidade Corporativa - Universo Cia. Hering, o desdobramento de metas e a ampliação do processo de Gestão Integrada de Performance (GIP) para 1.200 colaboradores que auxiliará na avaliação de competências e de desempenho. Também implementamos em 2014 três programas de porta de entrada: Jovem Gerente, Jovem Estilista e Meu Primeiro Emprego, com a finalidade de identificar e formar talentos para diversas áreas da Companhia.

Avaliamos que os resultados da Companhia permanecem sólidos, a despeito das dificuldades do ano. Geramos R\$ 318,9 milhões de lucro líquido (+0,2%) dos quais R\$ 157,7 milhões revertidos aos acionistas, sendo R\$ 145,8 milhões em dividendos (+5%) e R\$ 11,9 milhões em compra de ações. As dificuldades no ambiente de negócios prejudicaram nossos resultados no ano, no entanto, permanecemos com indicadores operacionais superiores, com elevados níveis de margem EBITDA, Lucro e Retornos, além de sólida estrutura de capital.

Por fim, seguimos confiantes em nossa estratégia, a partir de um modelo de negócios diferenciado, marcas fortes, melhores padrões em Governança Corporativa com equipe estável e estrutura de gestão melhor preparada para lidar com os desafios do ambiente de negócios e explorar as oportunidades de crescimento.

A Administração

DESEMPENHO DE VENDAS

	2013	2014	Var. 2014/2013
Receita Bruta (R\$ mil)			
Receita Bruta Total	2.019.433	2.011.023	(0,4%)
Mercado Interno	1.987.642	1.975.960	(0,6%)
Mercado Externo	31.791	35.063	10,3%
Receita Bruta Mercado Interno	1.987.642	1.975.960	(0,6%)
Hering	1.495.701	1.482.569	(0,9%)
Hering Kids	199.083	213.268	7,1%
PUC	156.875	155.832	(0,7%)
DZARM	101.816	99.543	(2,2%)
Outras	34.167	24.748	(27,6%)
Participação Mercado Interno			
Varejo	930.828	933.326	0,3%
Franquias	767.452	745.551	(2,9%)
Webstore	22.728	25.381	11,7%
Lojas Próprias	232.467	246.954	6,2%
Total	1.953.475	1.951.212	(0,1%)
Varejo	47,6%	47,8%	0,2 p.p.
Franquias	39,3%	38,2%	-1,1 p.p.
Webstore	1,2%	1,3%	0,1 p.p.
Lojas Próprias	11,9%	12,7%	0,8 p.p.
Total	100,0%	100,0%	-

A abertura por canal não considera a linha "outras".

As vendas brutas da Cia. Hering totalizaram R\$ 2,0 bilhões em 2014, retração de 0,4% em comparação ao fechamento de 2013. O ambiente mais desafiador para consumo e a queda de confiança exerceram pressões negativas no setor de vestuário, refletindo-se em menores vendas em lojas que já existiam (base "mesmas lojas") e em baixo crescimento do varejo multimarcas (+0,3%), possivelmente por maiores estoques e preocupação com o ambiente de consumo.

A marca Hering, com ampla aceitação em todas as classes sociais e faixas etárias e que se destaca por sua ampla aceitação a partir do seu posicionamento democrático, com boa relação custo-benefício ao oferecer produtos básicos de qualidade e moda acessível, apresentou queda de 0,9% sobre 2013. O desempenho de 2014 deve-se, principalmente, ao cenário desafiador e eventos no meio do ano, que exerceram pressões negativas no consumo de vestuário.

Em 2014 foi implementado o novo plano de negócios da marca, que envolveu a melhoria de sortimento e a introdução de inovações, além do relançamento dos básicos no 3T14, com novas modelagens, tecidos e lavagens. No final do ano, reformatamos o plano de comunicação da marca, que passou a se endereçar de maneira mais emocional ao consumidor.

A marca Hering Kids, extensão da marca Hering com foco no conceito "mini adulto" e com boa relação custo-benefício, continuou sua trajetória de crescimento e apresentou alta de 7,1% em 2014, impulsionada pela abertura de 19 lojas no ano.

A marca PUC, focada no público infantil das classes A e B e na oferta de produtos de alta qualidade para ocasiões especiais, apresentou queda de 0,7% nas vendas anuais em função do cenário desafiador e baixa expansão de lojas, atingindo receita de R\$ 155,8 milhões em 2014.

A Hering for you, marca lançada em 2014, apresentou boa aceitação no mercado já nos primeiros meses. Com o conceito *Loungewear*-moda confortável e sofisticada - a marca, voltada ao público feminino, divide-se em outras 4 categorias: *Beachwear* (moda praia), *Activewear* (esporte casual), *Sleepwear* (pijamas) e *Underwear* (Íntima). Suas duas lojas foram abertas em São Paulo. A receita da Hering for you, em 2014, foi contabilizada junto à receita da marca Hering.

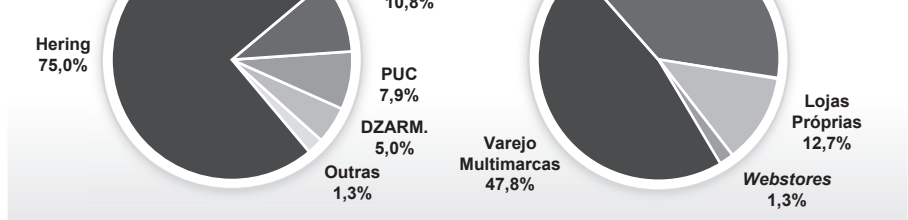
A DZARM, registrou queda de 2,2% nas vendas em relação ao ano de 2013. A marca, passou por reformulação em 2014, fechando a única loja que possuía (além da operação em multimarcas). Seu plano de negócios sofreu evoluções em seu posicionamento e em sua estratégia de distribuição. Dentre os destaques, passou a ter foco exclusivo no público feminino e apresentou uma nova proposta de valor.

Na análise por canal as lojas próprias apresentaram crescimento de 6,2%, influenciadas positivamente pela abertura de novas lojas e consolidação de pontos de vendas anteriormente operados por franqueados. As vendas a franqueados regrediram 2,9% em função de menor demanda especialmente das coleções outono e inverno, influenciadas pelas incertezas que a Copa do Mundo ocasionou no setor, além da transferência das três lojas acima mencionadas. O canal de varejo apresentou crescimento de 0,3%, com melhor desempenho na primeira metade do ano.

No canal eletrônico, as vendas pelas *webstores* apresentaram crescimento de 11,7% em 2014 após significativas melhorias na infraestrutura de TI e melhorias na experiência de compra dos consumidores. O Black Friday, em novembro, favoreceu o bom desempenho do canal no último trimestre do ano.

REDE DE DISTRIBUIÇÃO

A Cia. Hering possui um modelo de distribuição híbrido, que possibilita que seus produtos cheguem ao consumidor final através de 827 lojas, 18.233 varejistas multimarcas e 4 *webstores*. Em 2014, as vendas brutas no mercado interno foram distribuídas da seguinte forma:



REDE DE LOJAS

Em 2014, foram abertas 78 lojas no Brasil, sendo 53 Hering Store, 19 Hering Kids e 4 PUC. Adicionalmente, as duas primeiras lojas da nova marca Hering for you foram inauguradas nos shoppings Morumbi e Center Norte, em São Paulo. Ao longo do ano foram encerradas operações de 5 Hering Store, 3 Kids, 2 PUC e da única loja DZARM, em operação, totalizando 11 fechamentos. Nos demais países da América do Sul onde a Companhia possui operações, encerramos o ano com 17 lojas, mesmo número que possuíamos ao final de 2013.

Quantidade de Lojas	2013	2014	2014
Própria	50	52	57
Franquia	465	540	583
Hering Store	515	592	640
Própria	-	-	2
Hering for you	-	-	2
Própria	8	7	7
Franquia	70	73	75
PUC	78	80	82
Própria	6	11	12
Franquia	21	59	74
Hering Kids	27	70	86
Própria	1	1	-
DZARM	1	1	-
Brasil	621	743	810
Total Mercado Internacional	17	17	17
TOTAL	638	760	827

DESEMPENHO DA REDE HERING STORE

As vendas totais da Hering Store, que considera apenas o desempenho da marca Hering na rede de lojas (próprias e franquias), apresentaram crescimento de 0,7% no ano, atingindo R\$ 1,6 bilhão, e foram favorecidas pela abertura líquida de 48 lojas no período. As vendas medidas pela Companhia realizadas das lojas aos consumidores finais (critério *sell-out*) foram, ao longo de todo ano, permeadas por maior volatilidade comparada há anos anteriores, em função da deterioração do ambiente de consumo e menor confiança do consumidor. Houve também influência negativa dos efeitos que a Copa do Mundo causou no setor de vestuário, especialmente no segundo e terceiro trimestres do ano. As vendas medidas em lojas comparáveis (critério das "mesmas lojas" existentes há pelo menos 12 meses) retrairam 5,8%, essencialmente em razão da queda de 8,6% (ainda no critério "mesmas lojas") no número de atendimentos, a despeito do aumento do *ticket médio* para R\$ 112,25.

Os ajustes que a Companhia promoveu na marca Hering ao longo do ano também tiveram reflexos nas lojas. O *visual merchandising*, maneira que o produto é exposto no ponto de venda e que visa coordenar melhor a oferta de produtos da loja, a fim de potencializar vendas, evoluiu significativamente.

O novo projeto da loja Hering Store, desenhado em anos anteriores, passou a ser adotado nas aberturas e conversões em 2014 e dispõe de iluminação LED, novos equipamentos, seções remodeladas para básicos e jeans, além de outras melhorias. Ao final do ano, 51 das 640 lojas já se encontravam nesse formato, que será gradualmente estendido a outras lojas existentes nos próximos períodos.

Desempenho da Rede Hering Store	2013	2014	Var.
Número de Lojas	592	640	8,1%
Franquias	540	583	8,0%
Próprias	52	57	9,6%
Faturamento da Rede (R\$ mil) ⁽¹⁾	1.572.020	1.582.655	0,7%
Franquias (R\$ mil)	1.359.635	1.358.611	(0,1%)
Próprias (R\$ mil)	212.385	224.045	5,5%
Crescimento Same Store Sales ⁽²⁾	(0,6%)	(5,8%)	-5,2 p.p.
Área de Vendas (m²)	82.350	87.426	6,2%
Faturamento (R\$ por m²)	20.786	18.493	(11,0%)
Atendimentos	14.435.921	14.098.960	(2,3%)
Peças	30.193.211	29.394.293	(2,6%)
Peças por Atendimento	2,09	2,08	(0,5%)
Preço Médio (R\$)	52,07	53,84	3,4%
<i>Ticket Médio</i> (R\$)	108,90	112,25	3,1%

⁽¹⁾ Os valores se referem ao faturamento das lojas para o cliente final (conceito *sell-out*).

⁽²⁾ Comparado a igual período do ano anterior.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

R\$ mil	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)	Var. 2014/2013
Receita Bruta de Vendas	2.019.433	120,2%	2.011.023	119,8%	(0,4%)
Deduções de Venda	(339.654)	(20,2%)	(332.729)	(19,8%)	(2,0%)
Deduções de Venda Impostos	(416.038)	(24,8%)	(410.591)	(24,5%)	(1,3%)
Ajuste a Valor Presente	(38.110)	(2,3%)	(36.130)	(2,2%)	(5,2%)
Deduções de Venda Incentivos	114.494	6,8%	113.992	6,8%	(0,4%)
Receita Líquida de Vendas	1.679.779	100,0%	1.678.294	100,0%	(0,1%)
Total CPV - Sem Depreciação e Amortização	(902.962)	(53,8%)	(923.646)	(55,0%)	2,3%
Custo dos Produtos Vendidos	(931.786)	(55,5%)	(959.431)	(57,2%)	3,0%
Ajuste a Valor Presente	17.170	1,0%	16.523	1,0%	(3,8%)
Subvenção para Custeio	11.654	0,7%	19.262	1,1%	65,3%
Depreciação e Amortização	(18.272)	(1,1%)	(20.887)	(1,2%)	14,3%
Lucro Bruto	758.545	45,2%	733.761	43,7%	(3,3%)
Despesas Operacionais	(353.542)	(21,0%)	(376.495)	(22,4%)	6,5%
Vendas	(261.977)	(15,6%)	(292.126)	(17,4%)	11,5%
Empresa	(185.126)	(11,0%)	(208.166)	(12,4%)	12,4%
Fixa	(76.518)	(4,6%)	(100.597)	(6,0%)	31,5%
Variável	(108.608)	(6,5%)	(107.569)	(6,4%)	(1,0%)
Lojas	(76.851)	(4,6%)	(83.960)	(5,0%)	9,3%
Gerais, Administrativas e Rem. dos Administradores	(53.172)	(3,2%)	(53.280)	(3,2%)	0,2%
Depreciação e Amortização	(15.719)	(0,9%)	(17.682)	(1,1%)	12,5%
Participação nos Resultados	(17.125)	(1,0%)	(668)	0,0%	(96,1%)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(5.549)	(0,3%)	(12.739)	(0,8%)	129,6%
Lucro Antes das Financeiras	405.003	24,1%	357.266	21,3%	(11,8%)
Receitas financeiras	59.941	3,6%	64.765	3,9%	8,0%
Despesas financeiras	(31.182)	(1,9%)	(30.418)	(1,8%)	(2,5%)
Total resultado financeiro	28.759	1,7%	34.347	2,0%	19,4%
Lucro Operacional	433.762	25,8%	391.613	23,3%	(9,7%)
Impostos Correntes - CSLL e IRPJ	(116.654)	(6,9%)	(74.042)	(4,4%)	(36,5%)
Impostos Diferidos - CSLL e IRPJ	1.064	0,1%	1.296	0,1%	21,8%
Lucro Líquido	318.172	18,9%	318.867	19,0%	0,2%
Atribuível aos acionistas controladores	318.172	18,9%	318.858	19,0%	0,2%
Atribuível aos acionistas não controladores	-	N.D.	9	-	N.D.
EBITDA	438.994	26,1%	395.835	23,6%	(9,8%)

EBITDA E MARGEM EBITDA

O lucro operacional antes de juros, depreciação e amortização e impostos ('LAJIDA' ou 'EBITDA') apresentou queda de 9,8% em 2014, enquanto que a margem EBITDA oscilou 2,5 p.p. para baixo. Os principais fatores associados a estes resultados são:

- Crescimento modesto de vendas, que impossibilitou a Companhia diluir parte dos custos e despesas fixas;
- Maior volume de produtos vendidos com descontos e remarcações ("saldos") devido (i) a estoques elevados em consequência do fraco desempenho de vendas ao longo do ano e (ii) a intensificação de atividades promocionais na marca Hering a fim de eliminar estoque de produtos antigos e preparar as lojas para a introdução da nova linha de básicos;
- Maior nível de despesas com vendas, gerais e administrativas em função do aumento de pessoal ocasionado pela mudança organizacional ocorrida ao longo de 2013 que resultou no aumento dos times de suporte e gestão de marcas.

Reconciliação EBITDA (R\$ mil)	2013	2014	Var.
Lucro Líquido	318.172	318.867	0,2%
(+) IR e CSLL	115.590	72.746	(37,1%)
(-) Receita Financeira Líquida	(28.759)	(34.347)	19,4%
(+) Depreciações e Amortizações	33.991	38.569	13,5%
(=) EBITDA	438.994	395.835	(9,8%)
Margem EBITDA	26,1%	23,6%	-2,5 p.p.

LUCRO LÍQUIDO E MARGEM LÍQUIDA

O lucro líquido da Companhia apresentou crescimento de 0,2% em 2014, totalizando R\$ 318,9 milhões. A despeito da retração do resultado operacional ('EBITDA'), contribuíram para o crescimento do lucro:

- R\$ 34,3 milhões em receitas financeiras líquidas, 19,4% superior ao ano anterior, consequência do maior volume de receita financeira proveniente de aplicações, resultado de maior caixa médio ao longo do ano e aumento da taxa DI/Selic;
- Novo Termo de Acordo de Regime Especial ('TARE') pactuado com o Governo do Estado de Goiás, relativo ao incentivo denominado Lei do Vestuário, que teve como objetivo assegurar a manutenção e captação do referido benefício até o ano de 2020 e doravante os consequentes beneficiários de IR/CSLL associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, a título de subvenção para investimentos, mediante o

continua...

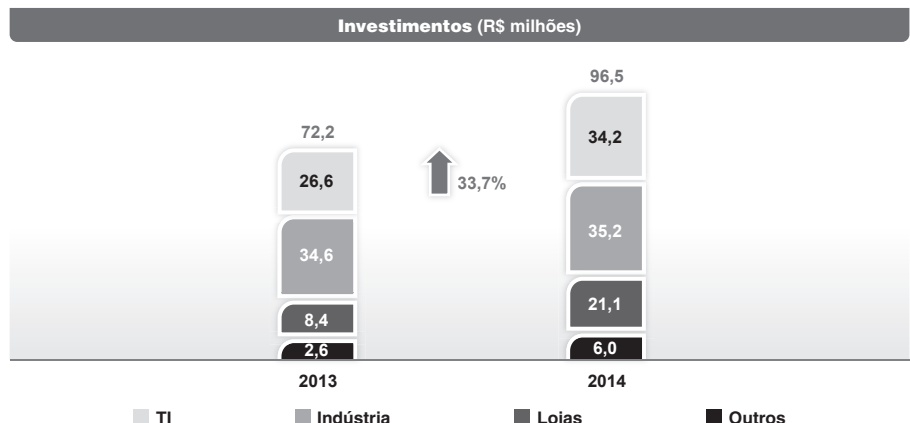
...continuação

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos e geração de atividade econômica no estado de Goiás. Tal benefício gerou economias no imposto de renda de R\$ 30,7 milhões no ano.

INVESTIMENTOS

Os investimentos totalizaram R\$ 96,5 milhões no ano, destacando-se o montante destinado à infraestrutura de TI, principalmente relacionados à implementação do sistema SAP, a ser estendido para as áreas de vendas e logística, além da reformulação das webstores que foram lançadas em nova plataforma no 2º semestre do ano. Os investimentos em lojas, que apresentaram crescimento de 151%, totalizando R\$ 21,1 milhões, foram essencialmente dedicados à abertura de 5 lojas próprias no ano, incluindo as lojas da recém lançada Hering for you, a aquisição de três pontos estratégicos no estado de São Paulo operados anteriormente por franqueados e na reforma de lojas.



GERAÇÃO DE CAIXA

Em 2014, foram gerados R\$ 166,8 milhões de caixa, um aumento de R\$ 43,1 milhões na geração de caixa livre em comparação ao ano anterior. A maior geração de caixa proveniente das atividades operacionais foi compensada pela melhor gestão de capital de giro.

DFC Gerencial - Consolidado (R\$ mil)	2013	2014	Var.
EBITDA	438.994	395.835	(43.159)
Itens Não caixa	8.876	18.106	9.230
IR&CS Corrente	(116.654)	(74.042)	42.612
Investimento em Capital de Giro	(135.314)	(76.561)	58.753
(Aumento) em contas a receber de clientes	(54.324)	(37.623)	16.701
(Aumento) nos estoques	(83.163)	(3.736)	79.427
Aumento (redução) em fornecedores	(1.550)	18.235	19.785
(Redução) em obrigações tributárias	(1.132)	(50.704)	(49.572)
Outros	4.855	(2.733)	(7.588)
CapEx	(72.217)	(96.553)	(24.336)
Geração de Caixa Livre	123.685	166.785	43.100
Conciliação DFC Gerencial e Contábil (R\$ mil)	2013	2014	Var.
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais (contábil)	224.638	297.688	73.050
Ajuste - Itens Financeiros alocados ao caixa operacional	(28.736)	(34.350)	(5.614)
Variações monetária, cambial e juros não realizados	(1.421)	(1.774)	(353)
Resultado Financeiro	(28.759)	(34.347)	(5.588)
Juros pagos por empréstimos	1.444	1.771	327
DFC - Caixa líquido gerado pelas atividades de Investimento	(72.217)	(96.553)	(24.336)
Geração de Caixa Livre	123.685	166.785	43.100

(*) O DFC Gerencial não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e IFRS. As informações acima são preparadas para gerenciamento da Companhia e não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes.

ENDIVIDAMENTO

Por mais um ano a Cia. Hering encerra o exercício fiscal com caixa líquido. Ao final de 2014 havia R\$ 182,0 milhões em caixa e aplicações financeiras e um caixa líquido de R\$ 158,6 milhões. A elevação do caixa da Companhia esteve alinhada à política conservadora de gestão financeira adotada.

Endividamento (R\$ mil)	2013	Part. (%)	2014	Part. (%)
Curto Prazo	(2.092)	9%	(23.422)	100%
Longo Prazo	(22.339)	91%	-	-
Total da Dívida	(24.431)	100%	(23.422)	100%
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	140.710		182.036	
(=) Caixa Líquido	116.279		158.614	

REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Os proventos referentes ao exercício de 2014 totalizaram R\$ 145,8 milhões, sendo que R\$ 95,8 milhões já foram pagos, conforme demonstrado abaixo:

- Em Reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2014 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no valor total de R\$ 22,9 milhões (R\$ 0,1393 por ação). O pagamento foi realizado em 27 de junho de 2014.

- Em Reunião do Conselho de Administração de 15 de outubro de 2014 foi aprovada a distribuição de dividendos no valor total de R\$ 50,0 milhões (R\$ 0,3037 por ação) com base na posição acionária de 15/10/2014. O pagamento foi realizado em 29 de outubro de 2014.
 - Em Reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2014 foi aprovada a distribuição de juros sobre o capital próprio no valor total de R\$ 22,9 milhões (R\$ 0,1395 por ação) com base na posição acionária de 12/12/2014. O pagamento foi realizado em 22 de dezembro de 2014.
- Foi destinado à conta de dividendos adicionais propostos o montante de R\$ 50,0 milhões, correspondente a destinação do lucro líquido de 2014, a ser apresentado como proposta da Administração sujeito a deliberação em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em abril de 2015.

Proposta de Distribuição de Dividendos	R\$ milhões	R\$ por ação (1)	Declarado em	Pago em
Dividendos totais propostos (2)	145,8	0,8873	-	-
(-) Proventos já pagos	95,8	0,5825	-	-
Juros Sobre o Capital Próprio	22,9	0,1393	21/05/14	27/06/14
Dividendos	50,0	0,3037	15/10/14	29/10/14
Juros Sobre o Capital Próprio	22,9	0,1395	12/12/14	22/12/14
= Dividendos complementares (2)	50,0	0,3048	A definir (2)	A definir (2)
Lucro líquido do exercício - controladora	318,9			
Payout ratio	45,7%			

(1) Valor por ação líquido das ações em tesouraria quando aplicável.
(2) A ser ratificado em Assembleia Geral de Acionistas.

PROGRAMA DE RECOMPRA

Em reunião realizada em 24/07/2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a abertura do Programa de Recomprou de Ações, com vigência até 25/07/2015 e que permite a aquisição de até 5 milhões de ações, correspondendo a 3,88% do total de ações em circulação ("free float"). No 4T14 foram adquiridas 577 mil ações ao preço médio de R\$ 20,59 por ação, totalizando R\$ 11,9 milhões.

RECONHECIMENTOS

Em 2014, a Cia. Hering recebeu importantes premiações que refletem o reconhecimento do mercado à sua atuação:

- 15ª colocada no ranking das Marcas Mais Valiosas do País (Interbrand)
- 2ª Marca que mais se valorizou em 2014 (Interbrand)
- Marcas Mais Amadas do Brasil - Categoria moda feminina para classe média (Revista Novarejo)
- 500 Maiores do Sul (Revista Amanhã)
- As Empresas mais Admiradas do Brasil (Revista Carta Capital)
- As Melhores da Dinheiro 2014 (Revista IstoÉ Dinheiro)
- As Melhores Empresas para o Consumidor (Revista Época)
- Prêmio Valor 1000 (Jornal Valor Econômico)
- Marcas de Quem Decide (Jornal do Comércio e Qualidata Informações Estratégicas)
- Empresas Mais Conscientes do Brasil (Centro de Inteligência Padrão)
- Os RHs mais Admirados do Brasil (Revista Gestão RH)
- Marca Orgulho de Santa Catarina (IMPAR)
- Melhor Profissional RH do setor têxtil (Editora Abril)
- Selo de Excelência em Franchising 2014 (Associação Brasileira de Franchising - ABF)
- Top Of Mind em Santa Catarina (Federação das Indústrias de Santa Catarina - FIESC)

COLABORADORES

Durante o ano de 2014, continuamos a implementação do ciclo de gestão de pessoas, após a reestruturação organizacional ocorrida em 2013, viabilizando maior foco em nossos negócios através de uma estrutura centrada na gestão de marcas, de maneira a aprimorar nossas competências para sustentar nosso crescimento futuro. A Companhia finalizou o ano com 7.768 colaboradores.

ORÇAMENTO DE CAPITAL PROPOSTO PELA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia apresenta na tabela abaixo, o orçamento de capital para o exercício de 2015, em atendimento à Instrução Normativa 480/09, publicada pela CVM na data de 07 de dezembro de 2009.

Orçamento de Capital (R\$ mil)	
Investimentos	101.189
Lojas	29.850
Industrial	25.000
Logística	14.629
Tecnologia da Informação	30.177
Outros	1.533
Total Geral	101.189
Fontes Próprias (Reserva de retenção de lucros)	52.328
Fontes Próprias (Geração de caixa da operação)	48.861

AUDITORES INDEPENDENTES

A política da Cia. Hering junto aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa, está suportada nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios se baseiam no fato de que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais ou ainda advogar por seu cliente. Durante o exercício de 31 de dezembro de 2014, os auditores independentes da Companhia não foram contratados para outros serviços adicionais ao exame das demonstrações financeiras do período.

ADERÊNCIA À CÂMARA DE ARBITRAGEM DO MERCADO

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal (quando instalado), obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei nº 6.041/76, no Estatuto, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

BALANÇOS PATRIMONIAIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013		
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa	5	171.535	135.061	182.036	140.710					
Contas a receber de clientes	7	510.630	478.287	510.630	478.287					
Estoques	9	297.008	295.569	297.008	295.569					
Impostos a recuperar	10	11.960	11.459	11.963	11.466					
Instrumentos financeiros derivativos	8	7.504	3.757	7.504	3.757					
Outras contas a receber	8	2.429	4.656	2.429	4.820					
Despesas antecipadas		583	385	583	385					
		1.001.649	929.174	1.012.153	934.994					
Não circulante										
Partes relacionadas	21	337	298	-	-					
Aplicações financeiras restritas	6	2.199	1.069	2.199	1.069					
Impostos a recuperar	10	5.412	5.406	5.412	5.517					
Impostos diferidos	11	14.338	16.447	14.338	16.447					
Outras contas a receber	8	8.139	8.085	8.140	8.145					
Investimentos										
Empresas controladas	13	12.630	7.773	-	-					
Outros Investimentos		-	-	7	-					
Imobilizado	14	300.882	278.117	300.882	278.117					
Intangível	15	88.908	54.669	88.908	54.669					
		432.845	371.864	419.886	363.964					
		1.434.494	1.301.038	1.432.039	1.298.958					
Passivo										
Circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	23.422	2.092	23.422	2.092					
Fornecedores		171.373	153.138	171.373	153.138					
Salários e encargos sociais		40.354	36.639	40.354	36.641					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	840	3.916	840	3.916					
Imposto de renda e contribuição social a pagar	18	8.178	43.637	8.269	43.717					
Obrigações tributárias	18	21.822	18.974	21.836	18.994					
Provisões para riscos	20	1.445	1.245	1.445	1.245					
Outras provisões	20	20.230	28.673	20.230	28.673					
Obrigações por incentivos fiscais	19	16.038	16.840	16.038	16.840					
Dividendos e juros de capital próprio a pagar		551	500	551	500					
Partes relacionadas	21	4.128	3.651	-	-					
Outras contas a pagar		7.880	5.468	9.309	7.029					
		316.261	314.773	313.667	312.785					
Não circulante										
Empréstimos e financiamentos	16	-	22.339	-	22.339					
Parcelamentos tributários e previdenciários	17	7.758	11.697	7.758	11.697					
Provisões para riscos	20	7.546	6.935	7.546	6.935					
Outras provisões	20	3.030	2.880	3.030	2.880					
Benefícios a empregados	22	10.616	9.507	10.616	9.507					
Obrigações por incentivos fiscais	19	13.215	25.417	13.215	25.417					
Passivo a descoberto	13	-	232	-	-					
Outras contas a pagar		-	-	130	140					
		42.165	79.007	42.295	78.915					
Patrimônio líquido	24									
Capital social		313.086	239.435	313.086	239.435					
Reserva de capital		14.996	10.209	14.996	10.209					
Ações em tesouraria		(11.882)	-	(11.882)	-					
Reservas de lucros		697.538	597.557	697.538	597.557					
Ajuste de avaliação patrimonial		12.332	10.064	12.332	10.064					
Dividendos adicionais propostos		49.998	49.993	49.998	49.993					
Atribuído aos acionistas controladores		1.076.068	907.258	1.076.068	907.258					
Atribuído aos acionistas não controladores		-	-	9	-					
		1.076.068	907.258	1.076.077	907.258					
		1.434.494	1.301.038	1.432.039	1.298.958					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado		Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013		2014	2013	2014	2013
Receita operacional líquida	28	1.674.913	1.676.221	1.678.294	1.679.779					
Custo dos produtos vendidos	29	(944.533)	(921.234)	(944.533)	(921.234)					
Lucro bruto		730.380	754.987	733.761	758.545					
Receitas (despesas) operacionais										
Vendas	30	(292.122)	(261.975)	(292.126)	(261.977)					
Administrativas e gerais	31	(44.634)	(45.598)	(44.965)	(45.626)					
Honorários da Administração	21	(8.293)	(7.527)	(8.315)	(7.546)					
Depreciação e amortização		(17.682)	(15.719)	(17.682)	(15.719)					
Participação nos resultados	26	(668)	(17.125)	(668)	(17.125)					
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	32	(12.700)	(5.549)	(12.739)	(5.549)					
Lucro operacional antes do resultado financeiro, equivalência patrimonial e impostos		354.281	401.494	357.266	405.003					
Receitas financeiras	33	64.291	59.820	64.765	59.941					
Despesas financeiras	33	(31.205)	(31.887)	(30.418)	(31.182)					
Receitas (despesas) financeiras líquidas		33.086	27.933	34.347	28.759					
Equivalência patrimonial	13	5.750	3.921	-	-					
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social		393.117	433.348	391.613	433.762					
Imposto de renda e contribuição social correntes	34	(73.634)	(116.240)	(74.042)	(116.654)					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34	(625)	1.064	1.296	1.064					
Lucro líquido do exercício		318.858	318.172	318.867	318.172					
Atribuível aos:										
Acionistas controladores		318.858	318.172	318.858	318.172					
Acionistas não controladores		-	-	9	-					
Lucro por ação atribuível aos acionistas controladores - R\$										
Básico	35	1,9374	1,9347	1,9374	1,9347					
Diluído	35	1,9163	1,9246	1,9163	1,9246					

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Lucro líquido do exercício		318.858	318.172	318.867	318.172
Outros resultados abrangentes					
Valor justo de instrumento financeiro de hedge de fluxo de caixa	23	2.496	2.121	2.496	2.121
Benefícios a empregados - plano de previdência privada	22	217	1.307	217	1.307
Benefícios a empregados - plano de saúde	22	170	2.984	170	2.984
		2.883	6.412	2.883	6.412
Resultado abrangente do exercício		321.741	324.584	321.750	324.584
Total do resultado abrangente atribuível aos:					
Acionistas controladores		321.741	324.584	321.741	324.584
Acionistas não controladores		-	-	9	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em milhares de Reais)

	Controladora											
	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Participação de acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido	
			Incentivos fiscais	Legal	Retenção de lucros				Outros resultados abrangentes			Total
Saldos em 31 de dezembro de 2012	235.974	6.602	184.841	47.196	181.334	-	119.883	-	8.170	784.000	-	784.000
Aumento de capital (nota explicativa 24.a)	3.461	-	-	-	-	-	-	-	-	3.461	-	3.461
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	1.307	1.307	-	1.307
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	1.307	(1.307)	-	-	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	2.984	2.984	-	2.984
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	2.984	(2.984)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	3.607	-	-	-	-	-	-	-	3.607	-	3.607
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	227	(227)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	2.121	2.121	-	2.121
Dividendos adicionais propostos 2012	-	-	-	-	-	-	(119.883)	-	(119.883)	-	-	(119.883)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	318.172	-	318.172	-	318.172
Destinações:												
Reserva legal	-	-	-	691	-	-	-	(691)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais	-	-	26.417	-	-	-	-	(26.417)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(88.511)	-	(88.511)	-	(88.511)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	49.993	(49.993)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	99.951	-	-	(99.951)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	57.127	-	-	(57.127)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2013	239.435	10.209	211.258	47.887	338.412	-	49.993	-	10.064	907.258	-	907.258
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de previdência privada (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	217	217	-	217
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	217	(217)	-	-	-
Ajuste atuarial benefícios a empregados - plano de saúde (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	-	170	170	-	170
Transferência dos ganhos e perdas atuariais (nota explicativa 22)	-	-	-	-	-	-	-	170	(170)	-	-	-
Plano de remuneração por ações (nota explicativa 27)	-	4.787	-	-	-	-	-	-	-	4.787	-	4.787
Ações em tesouraria adquiridas	-	-	-	-	-	(11.882)	-	-	(11.882)	-	-	(11.882)
Correção monetária imobilizado - realização	-	-	-	-	-	-	-	228	(228)	-	-	-
Ajuste instrumentos financeiros encerrados - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.723)	(1,723)	-	(1,723)
Ajuste instrumentos financeiros em aberto - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	4.219	4,219	-	4,219
Dividendos adicionais propostos 2013	-	-	-	-	-	-	(49.993)	-	(49.993)	-	-	(49.993)
Transferência de reservas de retenção de lucros	57.127	-	-	-	(57.127)	-	-	-	-	-	-	57.127
Transferência de reserva legal	16.305	-	-	(16.305)	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferência de reserva de incentivos fiscais	219	-	(219)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	1.488	-	(1,488)	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	318.858	-	318.858	9	318.867
Destinações:												
Reserva legal (nota explicativa 24.d)	-	-	-	15.943	-	-	-	(15.943)	-	-	-	-
Reserva de incentivos fiscais (nota explicativa 24.d)	-	-	105.361	-	-	-	-	(105.361)	-	-	-	-
Dividendos e juros sobre capital próprio (notas explicativas 24.e e 25)	-	-	-	-	-	-	-	(95.843)	-	(95.843)	-	(95.843)
Dividendos adicionais propostos (nota explicativa 24.e)	-	-	-	-	-	-	49.998	(49.998)	-	-	-	-
Proposição de constituição de reserva de retenção de lucros (nota explicativa 24.d)	-	-	-	-	52.328	-	-	(52.328)	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2014	313.086	14.996	317.888	47.525	332.125	(11.882)	49.998	-	12.332	1.076.068	9	1.076.077

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua...

...continuação

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	318.858	318.172	318.867	318.172
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	625	(1.064)	(1.296)	(1.064)
Variáveis monetária, cambial e juros não realizados	2.260	1.882	1.774	1.421
Depreciação e amortização	38.569	33.991	38.569	33.991
Provisão créditos liquidação duvidosa	5.280	5.519	5.280	5.519
Baixa de ativos imobilizados e intangíveis	973	1.094	973	1.094
Plano de opção de compra de ações	4.787	3.607	4.787	3.607
Provisão para ajuste a valor de realização estoques	2.297	(1.410)	2.297	(1.410)
Provisão para contingências	3.404	3.373	3.404	3.373
Benefícios a empregados	1.365	(3.307)	1.365	(3.307)
Equivalência patrimonial	(5.750)	(3.921)	-	-
Variáveis nos ativos e passivos				
(Aumento) em contas a receber de clientes	(37.623)	(54.621)	(37.623)	(54.324)
(Aumento) nos estoques	(3.736)	(83.163)	(3.736)	(83.163)
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(508)	5.448	(392)	5.447
(Aumento) redução em outros ativos	2.011	(3.100)	2.235	(3.098)
Aumento (redução) em fornecedores	18.235	(1.550)	18.235	(1.550)
Aumento (redução) em contas a pagar e provisões	(4.430)	2.371	(4.576)	2.506
Aumento em IRPJ e CSLL	69.606	113.001	69.957	113.345
IRPJ e CSLL pagos	(105.065)	(99.160)	(105.405)	(99.504)
(Redução) em obrigações tributárias	(17.171)	(14.976)	(15.256)	(14.973)
Juros pagos por empréstimos	(1.771)	(1.444)	(1.771)	(1.444)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	292.216	220.742	297.688	224.638
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	661	4.030	-	-
Aquisições de investimento	-	-	(7)	-
Aquisições de ativo imobilizado	(54.625)	(49.655)	(54.625)	(49.655)
Aquisições de ativo intangível	(41.921)	(22.562)	(41.921)	(22.562)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(95.885)	(68.187)	(96.553)	(72.217)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	-	3.461	-	3.461
Aplicações financeiras	(1.130)	(53)	(1.130)	(53)
Juros sobre capital próprio e dividendos pagos	(145.785)	(208.337)	(145.785)	(208.337)
Empréstimos tomados	964	25.278	964	25.278
Pagamentos de empréstimos	(1.976)	(25.530)	(1.976)	(25.530)
Aquisição de ações para tesouraria	(11.882)	-	(11.882)	-
Partes relacionadas	(48)	(51)	-	-
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(159.857)	(205.232)	(159.809)	(205.181)
Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa	36.474	(52.677)	41.326	(52.760)
Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	135.061	187.738	140.710	193.470
No fim do exercício	171.535	135.061	182.036	140.710
	36.474	(52.677)	41.326	(52.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas				
Vendas de mercadoria (receita bruta)	2.007.440	2.015.662	2.011.023	2.019.433
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.280)	(5.519)	(5.280)	(5.519)
	2.002.160	2.010.143	2.005.743	2.013.914
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Matérias-primas consumidas	(321.457)	(316.879)	(321.659)	(317.092)
Custos das mercadorias vendidas	(360.365)	(345.525)	(360.365)	(345.525)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	(438.378)	(437.134)	(438.772)	(437.185)
	(1.120.200)	(1.099.538)	(1.120.796)	(1.099.802)
Retenções				
Depreciação e amortização	(38.569)	(33.991)	(38.569)	(33.991)
Valor adicionado líquido gerado pela Companhia	843.391	876.614	846.378	880.121
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	5.750	3.921	-	-
Receitas financeiras	64.291	59.820	64.765	59.941
Aluguéis	208	272	208	272
	70.249	64.013	64.973	60.213
Valor adicionado total a distribuir	913.640	940.627	911.351	940.334
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	203.525	198.033	203.525	198.033
Benefícios	14.949	14.043	14.949	14.043
FGTS	14.632	14.126	14.632	14.126
	233.106	226.202	233.106	226.202
Tributos				
Federais	239.569	279.542	238.056	279.955
Estaduais	55.195	56.817	55.195	56.817
Municipais	1.463	1.321	1.463	1.321
	296.227	337.680	294.714	338.093
Remuneração do capital de terceiros				
Juros	1.777	1.625	1.777	1.625
Aluguéis	37.109	31.935	37.109	31.935
Outros	26.563	25.013	25.778	24.307
	65.449	58.573	64.664	57.867
Remuneração de capitais próprios				
Juros sobre capital próprio	45.850	38.518	45.850	38.518
Dividendos	49.993	49.993	49.993	49.993
Dividendos adicionais propostos	49.998	49.993	49.998	49.993
Lucros retidos	173.017	179.668	173.017	179.668
Lucros retidos acionistas não controladores	-	-	9	-
	318.858	318.172	318.867	318.172
Valor adicionado total distribuído	913.640	940.627	911.351	940.334

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cia. Hering com sede em Blumenau, Santa Catarina, e unidades de produção nos Estados de Santa Catarina, Goiás e Rio Grande do Norte, foi fundada em 1880 e tem como atividade preponderante a fabricação e comercialização de produtos da indústria de fiação, tecelagem e malharia e confecção de produtos têxteis em geral. As ações da Companhia são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), sob o código HGTX3.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A autorização para a conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 13 de fevereiro de 2015.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção do ativo ou passivo atuarial de benefício definido que é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido, do plano de pagamentos baseados em ações e instrumentos financeiros.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes as políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas os quais, eventualmente, podem ser distintos dos valores de realização, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 11 - Realização de imposto de renda diferido
- Nota 20 - Provisão para riscos e outras provisões
- Nota 22 - Benefícios a empregados
- Nota 23 - Gerenciamento de risco e instrumentos financeiros
- Nota 27 - Mensuração de pagamento baseado em ações
- Nota 36 - Classificação e contabilização de acordos contendo arrendamento mercantil

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Cia. Hering e suas controladas a seguir relacionadas:

	País	Participação (%)	
		2014	2013
Têxtil Santa Catarina Ltda.	Brasil	100,00	100,00
VH Serviços e Construções S.A.	Brasil	94,16	94,16
Garema Malhas Ltda.	Brasil	100,00	100,00
HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.	Brasil	99,99	99,99
Hering Internacional SAFI	Uruguai	100,00	100,00
Hering Overseas Ltd.	Ilhas Cayman	100,00	100,00

As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as demonstrações financeiras de controladas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações da controladora no patrimônio líquido das entidades controladas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira, mas apenas quando não há evidências de problemas de recuperação dos ativos relacionados; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das demonstrações financeiras consolidadas.

O saldo de investimento da controlada Hering Overseas, está sendo apresentado líquido de itens monetários conforme previsto no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10, parágrafo 15, considerando que a liquidação não está planejada e nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível.

b) Moeda estrangeira

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis (IAS 21), aprovado pela Deliberação CVM nº 640/10.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo, quando este é utilizado.

c) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Investimentos mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Eventual venda ou reclassificação de um valor maior que irrisório de investimentos mantidos até o vencimento que não estejam próximos de seu vencimento poderia resultar na reclassificação de todos os investimentos mantidos até o vencimento como disponíveis para venda e impedir a Companhia de classificar títulos de investimentos como os mantidos até o vencimento para o exercício corrente e os próximos dois exercícios financeiros.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, reduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem clientes e outros créditos. Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras de liquidez imediata.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data de contratação e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge accounting*, nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge*.

A Companhia designa certos instrumentos de para risco nas variações das taxas de câmbio em compromissos firmes, como *hedge* de fluxo de caixa.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge* com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge*, atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio líquido são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica da demonstração do resultado em que tal item é reconhecido. Entretanto, quando uma transação prevista objeto de *hedge* resulta no reconhecimento de um ativo ou passivo não financeiro, os ganhos e as perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são transferidos para a mensuração inicial do custo desse ativo ou passivo.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou executado, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio naquela data permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio líquido são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os derivativos não designados como instrumentos de *hedge* são classificados como ativo ou passivo circulante.

A nota explicativa 23 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversível em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos apurados até a data do balanço, que não excede o valor de mercado.

e) Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente (nota explicativa 7). A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

f) Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

g) Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando existentes.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo. O valor residual dos bens baixados usualmente não é relevante e, por essa razão, não é considerado na determinação do valor depreciável.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente, foram calculadas utilizando a média ponderada da vida útil dos bens de cada grupo, e estão demonstradas abaixo:

Descrição	Vida útil média (em anos)
Edifícios e benfeitorias	29,89
Instalações e equipamentos de produção	10,63
Móveis e utensílios	9,01
Bens de informática	5,23
Veículos	4,43
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,84

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis prospectivamente.

(iii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostos por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

h) Ativo intangível

(i) Reconhecimento e mensuração

A Companhia possui marcas e patentes, fundo de comércio e *software* como ativos intangíveis. Todos possuem vidas úteis definidas e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

(ii) Amortização

Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Marcas e patentes	10 anos
Fundo de comércio	5 anos
<i>Software</i>	5 anos

(iii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados e, que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

A Companhia considera evidência de perda de valor para empréstimos e recebíveis. Todos os empréstimos e recebíveis significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Os recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. A Administração não identificou qualquer indicação que evidenciasse perda de valor recuperável dos ativos não financeiros.

j) Arrendamento mercantil

A Companhia possui contratos de aluguel de lojas, onde atua como arrendatária. A Companhia avaliou esses contratos e os classificou como arrendamento mercantil operacional, já que não há a transferência substancial dos riscos e benefícios do ativo alugado junto ao arrendador.

k) Benefícios a empregados

(i) Planos de benefícios definidos

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A Companhia possui planos de assistência médica e plano de previdência privada para seus funcionários (planos de benefício definido). Para ambos os casos, os cálculos atuariais são realizados anualmente por um atuário qualificado e independente contratado

pela Companhia. A obrigação líquida da Companhia quanto ao benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores, aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. No caso do plano de pensão quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecido no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido (*vested*). Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas atuariais resultantes de planos de benefício definido em outros resultados abrangentes.

(ii) Outros benefícios de longo prazo a empregados

A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão e planos de saúde é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores, aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no exercício em que surgem.

(iii) Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

(iv) Transações de pagamento baseado em ações

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas.

l) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Se o efeito temporal do montante for significativo, provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

m) Ajuste a valor presente

As operações de compras e vendas a prazo, pré-fixadas, foram trazidas ao seu valor presente na data das transações, em função de seus prazos, com base na taxa de 0,64% a.m., que representa o custo médio de captação da Companhia. Não foram utilizadas premissas que levassem em consideração fatores de risco de crédito ou outros aspectos de risco, em função da Companhia adotar um modelo simplificado e tendo em vista as características das suas operações. O prazo médio de recebimentos de contas a receber de clientes é de 88 dias, enquanto o prazo médio de pagamento de fornecedores é de 50 dias. O incentivo fiscal "PRODEC III", para os quais há incidência de juros de 4% a.a. foram ajustados a valor presente pela taxa média de captação da Companhia.

O ajuste a valor presente de compras é registrado nas contas de fornecedores e sua reversão tem como contrapartida a conta de resultado financeiro, pela fruição de prazo no caso de fornecedores. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a conta de clientes e sua realização é registrada no resultado financeiro pela fruição do prazo. O ajuste a valor presente das obrigações por incentivos fiscais e dos impostos a recolher de longo prazo tem como contrapartida as contas que registram seus saldos a pagar e suas reversões são registradas no resultado financeiro.

n) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo, quando aprovados em Assembleia Geral.

(i) Ações em Tesouraria

Instrumentos patrimoniais próprios que são readquiridos (ações de tesouraria) são reconhecidos ao custo e registrados em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia.

o) Receita operacional - Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável.

A receita operacional das lojas próprias é reconhecida após o faturamento e entrega da mercadoria ao cliente. A receita operacional do varejo e da rede de franquias do mercado nacional e internacional é reconhecida após o faturamento e saída da mercadoria do estabelecimento da Companhia. A Companhia monitora ainda o prazo de entrega das mercadorias aos clientes e procede os ajustes na receita operacional quando necessário.

Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

p) Subvenção e assistência governamentais

As subvenções e assistências governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que foram cumpridas as condições estabelecidas pelos governos concedentes e são apuradas e regidas de acordo com os contratos, termos de acordo e legislação aplicáveis a cada benefício, conforme descrito na nota explicativa 19. Os efeitos no resultado são registrados na contabilidade pelo regime de competência, onde os ganhos são contabilizados no grupo das deduções de vendas - impostos incidentes, nos custos dos produtos vendidos tendo como contrapartida os valores que foram financiados, registrados no passivo circulante e não circulante e atualizados conforme os respectivos contratos.

q) Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ajuste a valor presente e outras receitas diversas. Essas receitas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. As distribuições recebidas de investidas registradas por equivalência patrimonial reduzem o valor do investimento.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, encargos financeiros sobre tributos, ajuste a valor presente. Essas despesas de juros são reconhecidas no resultado. A Companhia também possui despesa e receita com variação cambial, a qual é contabilizada, também, diretamente no resultado. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são registradas no resultado através do método de juros efetivos.

r) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado. O imposto diferido referente ao passivo atuarial de benefícios a empregados é reconhecido no resultado abrangente quando refere-se ao passivo referente a ganhos ou perdas atuariais. O imposto diferido referente ao instrumento financeiro derivativo designado como "*hedge accounting*" é reconhecido em outros resultados abrangentes, quando refere-se à parcela designada e qualificada como "*hedge accounting*" reconhecida em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, pelas taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados periodicamente e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT), conforme a Lei nº 11.941/09. O exercício de opção foi manifestado, de forma irrevogável, na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009. O RTT permite, entre outras situações, neutralizar o efeito tributário corrente sobre as contas do resultado que passaram a ter tratamentos diferentes sob a legislação fiscal e a nova legislação societária.

No dia 13 de maio de 2014 foi publicada a Lei nº 12.973 (anteriormente MP nº 627/13), que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências. As disposições previstas na Lei têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 é facultada às empresas. A Administração da Companhia avaliando as disposições contidas na Lei, o

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

cenário de normalizações e controles fiscais alternativos à evidênciação contábil a serem disciplinados pela Receita Federal do Brasil, optou pela não adoção das disposições contidas nos artigos 1º, 2º e 4º a 7º da Lei nº 12.973/14 para o ano calendário de 2014.

s) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

t) Informação por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Direção Executiva da Companhia para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

A Companhia e suas controladas possuem um único segmento de negócio: a produção e comercialização de artigos do vestuário e acessórios, como divulgado na (nota explicativa 37).

u) Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS's.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

v) Adoção das IFRS novas e revisadas

(i) Alterações às IFRS e as novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia avaliou diversas emendas e novas interpretações às IFRS's e aos CPC's emitidas pelo IASB e pelo CPC, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2014. Essas normas não afetaram a Companhia.

(ii) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes - Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2017, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de construção, IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

4. DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

(i) Contas a receber de clientes e outros créditos

O valor justo de contas a receber e outros créditos, é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação.

(ii) Ativos e passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

(iii) Ativos e passivos financeiros derivativos

Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

(iv) Transações de pagamento baseado em ações

O valor justo das opções das ações de empregados e os direitos sobre valorização de ações são mensurados, utilizando-se a fórmula Black-Scholes para o 1º ao 5º programa e Binomial para o 6º ao 8º programa.

Variações de mensuração preço das ações na data de mensuração, o preço de exercício do instrumento, a volatilidade esperada (baseada na média ponderada da volatilidade histórica, ajustada para mudanças esperadas devido à informação disponível publicamente), a vida média ponderada dos instrumentos (baseada na experiência histórica e no comportamento geral do titular de opção), dividendos esperados e taxa de juros livres de risco (baseada em títulos públicos).

Condições de serviço e condições de desempenho fora de mercado inerentes às transações não são levadas em conta na apuração do valor justo.

Os efeitos do plano de remuneração baseado em ações são calculados com base no valor justo e reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração de resultados conforme as condições contratuais sejam atendidas (nota explicativa 27).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Circulante	Rendimentos em 2014	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos		18.541	7.095	22.099	7.436
Caixa e bancos - Moeda estrangeira		2.599	3.083	7.743	7.714
Aplicações financeiras:					
Renda fixa - CDB	100,0% a 102,0% da variação do CDI	63.995	43.772	65.794	44.449
Renda fixa - Operações compromissadas	100,0% a 102,1% da variação do CDI	86.400	81.111	86.400	81.111
		171.535	135.061	182.036	140.710

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valores e, por essa razão, foram consideradas como equivalentes de caixa nas demonstrações dos fluxos de caixa.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS AVALIADAS AO CUSTO AMORTIZADO - TÍTULOS MANTIDOS ATÉ O VENCIMENTO

Refere-se a aplicações em certificados de depósitos bancários - CDB, com rendimento de 99,5% do CDI, que serão mantidas até o vencimento. Essas aplicações estão vinculadas a operações de incentivos fiscais (redução por reinvestimento - IRPJ) realizadas pela Companhia que, uma vez comprovados os investimentos realizados na unidade industrial incentivada (Parnamirim - RN), os valores são liberados para a Companhia.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa 23.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Circulante	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
No país	517.352	484.827
No exterior	11.547	10.504
	528.899	495.331
Ajuste a valor presente	(6.511)	(6.276)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(11.758)	(10.768)
	510.630	478.287

O movimento do valor do ajuste a valor presente durante o ano foi o seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(6.276)	(5.886)
Adições	(36.327)	(38.300)
Baixas	36.092	37.910
Saldo no final do exercício	(6.511)	(6.276)

A realização do valor do ajuste a valor presente ocorrerá de acordo com o prazo de recebimento do contas a receber, cujo prazo médio é de 88 dias.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda relacionados ao contas a receber é divulgada na nota explicativa 23.

8. OUTRAS CONTAS A RECEBER

	Controladora		Circulante Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Adiantamento a fornecedores internos	169	773	169	773
Adiantamento a funcionários	2.049	3.709	2.049	3.709
Contas a receber pela venda de imobilizado	144	144	144	144
Valor justo de instrumentos financeiros de hedge	7.504	3.757	7.504	3.757
Outros	67	30	67	194
	9.933	8.413	9.933	8.577
	Controladora		Não Circulante Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Fomentar - Bolsa Garantia	838	837	838	837
Produzir - Bolsa Universitária	395	1.006	395	1.006
Depósitos Judiciais				
INSS	1.741	1.652	1.741	1.652
IPTU	955	892	955	892
Outros	752	685	752	685
Depósitos trabalhistas				
Garantia para reclamatórias trabalhistas	2.357	1.895	2.357	1.895
Contas a receber pela venda de imobilizado	646	789	646	789
Outros	455	329	456	389
	8.139	8.085	8.140	8.145

9. ESTOQUES

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Produtos acabados	96.594	86.570
Produtos para revenda	71.492	76.850
Produtos em elaboração	45.501	39.060
Estoque em poder de terceiros	21.045	22.787
Matérias-primas e almoxarifado	48.105	38.773
Importações em andamento	16.312	30.431
Adiantamento a fornecedores	1.888	2.730
Provisão para ajuste a valor de realização	(3.929)	(1.632)
	297.008	295.569

O leve aumento nos estoques em dezembro de 2014 deu-se, principalmente, em decorrência do desempenho abaixo do planejado do quarto trimestre de 2014, variação cambial desfavorável na entrada de produtos para revenda e aquisição de matérias-primas para as próximas coleções.

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, bem como sobras de coleções, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização. Durante o exercício, a provisão para ajuste dos estoques ao valor de realização apresentou a seguinte movimentação:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(1.632)	(3.042)
Constituição provisão	(7.707)	(1.602)
Reversão provisão por venda	5.410	3.012
Saldo no final do exercício	(3.929)	(1.632)

A Companhia não possui estoques dados em garantia.

10. IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia e suas controladas possuem créditos fiscais que estão contabilizados no ativo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de sua realização, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora		Circulante Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IPI ^(a)	500	1.139	500	1.139
ICMS a recuperar	6.442	5.666	6.442	5.666
ICMS a recuperar - CIAP	2.341	3.025	2.341	3.025
INSS a recuperar ^(b)	491	911	491	911
Outros	2.186	718	2.189	725
	11.960	11.459	11.963	11.466
	Controladora		Não circulante Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
IPTU ^(c)	1.975	1.855	1.975	1.855
ICMS a recuperar - CIAP	3.437	3.551	3.437	3.551
Outros	-	-	-	111
	5.412	5.406	5.412	5.517

^(a) IPI - origina-se do saldo credor de IPI relativo à aquisição de matérias-primas, materiais intermediários e materiais de embalagem, em função da não tributação do IPI (tributado à alíquota zero) sobre artigos do vestuário. O saldo está sendo utilizado para compensação/quitação de PIS e COFINS. Não há atualização monetária por se tratar de crédito escritural.

^(b) INSS a recuperar - trata-se de ação que questionava o recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre valores pagos a autônomos, avulsos e administradores e que transitou em julgado em favor da Companhia em 8 de julho de 2011, no montante de R\$ 3.705, cujo saldo, atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2014, após as compensações, é de R\$ 145. Em novembro de 2012 transitou em julgado em favor da Companhia a ação que questionava o percentual de recolhimento da contribuição previdenciária destinada ao antigo Seguro Acidente do Trabalho (SAT) e atual Risco de Acidente de Trabalho (RAT), o que resultou em um crédito de R\$ 4.160, cujo saldo atualizado monetariamente em 31 de dezembro de 2014, após as compensações, é de R\$ 346. Durante os exercícios de 2013 e 2014, os montantes foram utilizados para compensação de INSS Contribuição Patronal Parte Empresa.

^(c) Imposto predial e territorial urbano (IPTU) - a Cia. Hering registrou em 2006, o crédito referente ao IPTU, devido ao ganho da Ação Ordinária, visando o reconhecimento da inconstitucionalidade das exigências de IPTU progressivo em relação ao período de 1999 a 2003, com trânsito julgado em 9 de outubro de 2006. Em junho de 2011, a Companhia procedeu o registro da atualização monetária do crédito à taxa de 1% ao mês, a partir da data do reconhecimento do crédito, no montante de R\$ 739, cujo saldo atualizado monetariamente até 31 de dezembro de 2014 corresponde ao montante de R\$ 1.975, montante que está aguardando a ordem de precatórios junto a prefeitura para crédito à Cia. Hering.

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

a) Composição

A Companhia registra impostos diferidos sobre as adições e exclusões temporárias como demonstrado a seguir:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Ativo		
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.494	1.566
Provisão para contingências fiscais	991	934
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.998	3.661
Provisão para despesas administrativas	1.550	1.191
Provisão para PPR	-	2.260
Provisão para despesas comerciais	1.244	2.400
Provisão para despesas variáveis de vendas	4.447	4.059
Provisão para perda estoques obsoletos	1.336	555
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	2.066	1.847
Passivo atuarial benefícios a empregados	3.609	3.233
Tributos com exigibilidade suspensa	532	489
Outras diferenças temporárias	33	132
Total do ativo	21.300	22.327
Passivo		
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(509)	(669)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(3.974)	(4.092)
Tributos s/ hedge accounting	(2.379)	(1.093)
Outras diferenças temporárias	(100)	(26)
Total do passivo	(6.962)	(5.880)
Total líquido	14.338	16.447

O tributo sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados está sendo realizado pelo pagamento das contribuições.

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com lucros tributáveis. As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 31 de dezembro de 2014 são:

2015	11.117
2016	1.020
2017	1.020
2018	938
Acima de 2018	7.205
	21.300

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

As premissas relativas à perspectiva dos negócios, as projeções de resultados operacionais e financeiros e o potencial de crescimento da Companhia, constituem-se em previsões e foram baseadas nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b) Movimentação dos tributos diferidos no exercício

Ativo	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2013	Reconhecido no resultado (1)	Reconhecido em outros resultados abrangentes	Saldo em 2014
Tributos com exigibilidade suspensa	489	43	-	532
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.566	(72)	-	1.494
Passivo atuarial benefícios a empregados	3.233	574	(198)	3.609
Provisões temporárias	17.039	(1.374)	-	15.665
	22.327	(829)	(198)	21.300
Passivo				
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(669)	160	-	(509)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.092)	118	-	(3.974)
Tributos s/ hedge accounting	(1.093)	-	(1.286)	(2.379)
Outras diferenças temporárias	(26)	(74)	-	(100)
	(5.880)	204	(1.286)	(6.962)
Total líquido	16.447	(625)	(1.484)	14.338

(1) Na Demonstração de Resultado Consolidado da Companhia, o montante de IRPJ e CSLL diferidos reconhecido no ano totalizou R\$ 1.296, devido à constituição pelas empresas controladas da receita de R\$ 1.921, referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, conforme descrito na nota explicativa 21 b.

13. INVESTIMENTOS

Abaixo demonstramos um sumário das informações das investidas e o resultado de equivalência patrimonial apurado durante o exercício:

	Têxtil Santa Catarina Ltda.	VH Serviços e Constr. S.A.	Garema Malhas Ltda.	HRG Com. Vest. Intern. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	2014	2013
Total de ativos circulante e não circulante	919	367	606	3.483	9.242	6.498	21.115	15.411
Total de passivos circulante e não circulante	-	239	240	115	7.884	-	8.478	7.872
Patrimônio líquido	919	128	366	3.368	1.358	6.498	12.637	7.539
Receitas líquidas do exercício	-	-	-	3.379	-	-	3.379	3.558
Resultado do exercício	784	160	568	3.108	(38)	279	4.861	3.049
Participação no capital em %	100,00%	94,16%	100,00%	99,99%	100,00%	100,00%	-	-
Saldo no início do exercício	135	(30)	(202)	921	1.233	5.484	7.541	7.650
Dividendos	-	-	-	(661)	-	-	(661)	(4.030)
Equivalência patrimonial	784	151	568	3.108	125	1.014	5.750	3.921
Investimento pela equivalência patrimonial	919	121	366	3.368	1.358	6.498	12.630	7.541

Durante o exercício foram recebidos dividendos da investida HRG. O total dos investimentos com valores negativos em função do passivo a descoberto das controladas somava o montante de R\$ 232 em 2013, foi classificado na rubrica de passivo a descoberto no passivo não circulante.

Conforme orientado pelo CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, parágrafo 15, o investimento mantido na controlada Hering Overseas Ltd. está apresentado pelo valor líquido de um empréstimo devido pela Companhia àquela empresa pois foi considerado, em essência, como parte do investimento líquido. Essa apresentação foi efetuada considerando, principalmente, que a liquidação não está planejada nem há probabilidade de ocorrer no futuro previsível. O valor do patrimônio líquido da Hering Overseas Ltd. em 31 de dezembro de 2014 era de R\$ 302.269, e o valor a receber da Cia. Hering (passivo da Companhia) era de R\$ 295.771.

14. ATIVO IMOBILIZADO

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado			
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Edifícios e benfeitorias	104.434	(24.969)	79.465	81.434
Instalações e equipamentos de produção	203.219	(95.686)	107.533	110.455
Móveis e utensílios	32.101	(13.516)	18.585	14.720
Bens de informática	32.431	(16.923)	15.508	15.934
Veículos	2.149	(1.473)	676	764
Benfeitorias em imóveis de terceiros	41.388	(10.015)	31.373	24.005
Terrenos	29.114	-	29.114	28.624
Imobilização em andamento	18.628	-	18.628	2.181
	463.464	(162.582)	300.882	278.117

b) Movimentação do custo e depreciação

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2013	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2014
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	103.103	216	1.115	-	104.434
Instalações e equipamentos de produção	193.453	11.432	1.452	(3.118)	203.219
Móveis e utensílios	28.477	6.375	59	(810)	32.101
Bens de informática	28.976	4.768	24	(1.337)	32.431
Veículos	2.002	211	-	(64)	2.149
Benfeitorias em imóveis de terceiros	29.365	486	11.550	(13)	41.388
Terrenos	28.624	490	-	-	29.114
Imobilização em andamento	2.181	30.647	(14.200)	-	18.628
	414.181	54.625	-	(5.342)	463.464
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(21.669)	(3.300)	-	-	(24.969)
Instalações e equipamentos de produção	(82.998)	(15.039)	-	2.351	(95.686)
Móveis e utensílios	(11.757)	(2.537)	-	778	(13.516)
Bens de informática	(13.042)	(5.203)	-	1.322	(16.923)
Veículos	(1.238)	(300)	-	65	(1.473)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(5.360)	(4.662)	-	7	(10.015)
	(136.064)	(31.041)	-	4.523	(162.582)
	278.117	23.584	-	(819)	300.882

A movimentação do imobilizado em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado				
	Saldo em 2012	Adições	Transferências	Baixas	Saldo em 2013
Custo:					
Edifícios e benfeitorias	100.510	15	2.593	(15)	103.103
Instalações e equipamentos de produção	165.303	24.304	5.807	(1.961)	193.453
Móveis e utensílios	21.355	4.546	1.232	(656)	26.477
Bens de informática	24.206	5.438	195	(863)	28.976
Veículos	1.826	196	-	(20)	2.002
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.334	117	7.914	-	29.365
Terrenos	28.624	-	-	-	28.624
Imobilização em andamento	4.883	15.039	(17.741)	-	2.181
	368.041	49.655	-	(3.515)	414.181
Depreciação:					
Edifícios e benfeitorias	(18.469)	(3.205)	-	5	(21.669)
Instalações e equipamentos de produção	(70.175)	(14.006)	-	1.183	(82.998)
Móveis e utensílios	(10.248)	(2.005)	-	496	(11.757)
Bens de informática	(9.545)	(4.233)	-	736	(13.042)
Veículos	(951)	(288)	-	1	(1.238)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(2.167)	(3.193)	-	-	(5.360)
	(111.555)	(26.930)	-	2.421	(136.064)
	256.486	22.725	-	(1.094)	278.117

Controladora e Consolidado

Ativo	Reconhecido em outros resultados abrangentes			
	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado	Saldo em 2013	Saldo em 2014
Tributos com exigibilidade suspensa	456	33	-	489
Ajuste a valor presente - clientes e fornecedores	1.339	227	-	1.566
Passivo atuarial benefícios a empregados	6.501	(1.253)	(2.015)	3.233
Provisões temporárias	15.176	1.863	-	17.039
	23.472	870	(2.015)	22.327

Passivo	Reconhecido em outros resultados abrangentes			
	Saldo em 2012	Reconhecido no resultado	Saldo em 2013	Saldo em 2014
Variação cambial ativa e passiva (líquido)	(743)	74	-	(669)
Tributos s/ correção monetária imobilizado	(4.208)	116	-	(4.092)
Tributos s/ hedge accounting	-	-	(1.093)	(1.093)
Outras diferenças temporárias	(30)	4	-	(26)
	(4.981)	194	(1.093)	(5.880)

Total líquido **18.491** **1.064** **(3.108)** **16.447**

12. EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

Em função de ação judicial transitada em julgada, a Companhia, no ano 2000, relativa ao período 1987 a 1994, e em 2001, para o período 1977 a 1986, constituiu créditos decorrentes de diferenças do pagamento de juros e atualização monetária sobre o Empréstimo Compulsório efetuado em favor da Eletrobrás. Os valores incontroversos que a Companhia estimava receber em decorrência da ação judicial foram realizados em abril de 2007 e janeiro de 2010, e dezembro de 2011. A Companhia permanece com a ação de execução judicial contra a Eletrobrás, buscando a realização de valores cujos montantes ainda não foram definidos pela Justiça Federal.

	HRG Com. Vest. Intern. de Serviços Finan. Ltda.	Hering Internac. S.A. - SAFI	Hering Overseas Ltd.	2014	2013
Total de ativos circulante e não circulante	3.483	9.242	6.498	21.115	15.411
Total de passivos circulante e não circulante	115	7.884	-	8.478	7.872
Patrimônio líquido	3.368	1.358	6.498	12.637	7.539
Receitas líquidas do exercício	3.379	-	-	3.379	3.558
Resultado do exercício	3.108	(38)	279	4.861	3.049
Participação no capital em %	99,99%	100,00%	100,00%	-	-
Saldo no início do exercício	921	1.233	5.484	7.541	7.650
Dividendos	(661)	-	-	(661)	(4.030)
Equivalência patrimonial	3.108	125	1.014	5.750	3.921
Investimento pela equivalência patrimonial	3.368	1.358	6.498	12.630	7.541

c) Revisão de vida útil

A vida útil do ativo imobilizado foi revisada para os bens adquiridos a partir do exercício de 2014. Em 2013 não houve necessidade de alteração da vida útil dos ativos imobilizados, mantendo a avaliação efetuada no ano de 2012 e considerando para cálculo de vida útil média as novas aquisições do exercício. Devido a ampla faixa de taxas de depreciação, calculamos a vida útil média ponderada de cada grupo de itens do ativo imobilizado:

Descrição	Vida útil média (em anos) - 2014	Vida útil média (em anos) - 2013
Edifícios e benfeitorias	29,89	29,94
Instalações e equipamentos de produção	10,63	10,63
Móveis e utensílios	9,01	9,56
Bens de informática	5,23	5,28
Veículos	4,43	4,39
Benfeitorias em imóveis de terceiros	8,84	10,34

Não foi possível estimar o efeito da alteração da vida útil ocorrida no ano de 2014 para os períodos subsequentes, tendo em vista que todo ano será efetuada a avaliação da vida útil dos itens do imobilizado, e que nos períodos subsequentes há aquisições e baixas de bens dos ativos imobilizados.

d) Bens dados em garantia e penhora

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía bens do ativo imobilizado dados como garantia de empréstimos e financiamentos e incentivos fiscais, conforme demonstrados na nota explicativa 16 e nota explicativa 19 respectivamente.

e) Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

15. INTANGÍVEL

a) Composição do saldo

	Controladora e Consolidado			
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Vida útil definida				
Marcas e patentes (i)	2.859	(2.212)	647	596
Fundo de comércio (ii)	43.154	(27.844)	15.310	8.685
Software (iii)	37.311	(24.543)	12.768	11.491
Intangível em andamento software (iv)	60.183	-	60.183	33.897
	143.507	(54.599)	88.908	54.669

(i) Refere-se ao registro das marcas da Companhia junto às entidades nacionais e internacionais competentes, os quais são amortizados segundo o prazo de validade dos registros. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

(ii) Trata-se do registro dos pontos comerciais das lojas próprias que são amortizados pelo tempo de vigência dos contratos. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

(iii) Refere-se ao registro dos softwares adquiridos de terceiros que são amortizados pela vida útil definida em laudo de avaliação. A amortização é registrada na rubrica depreciação e amortização no resultado do exercício.

(iv) Refere-se principalmente ao projeto de implantação do sistema SAP.

b) Movimentação do custo e amortização

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2014 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2013	Adições	Baixas	Saldo em 2014
Custo:				
Marcas e patentes	2.689	170	-	2.859
Fundo de comércio	32.527	11.792	(1.165)	43.154
Software	35.052	3.671	(1.412)	37.311
Intangível em andamento software	33.897	26.288	(2)	60.183
	104.165	41.921	(2.579)	143.507
Amortização:				
Marcas e patentes	(2.093)	(119)	-	(2.212)
Fundo de comércio	(23.842)	(5.015)	1.013	(27.844)
Software	(23.561)	(2.394)	1.412	(24.543)
	(49.496)	(7.528)	2.425	(54.599)
	54.669	34.393	(154)	88.908

A movimentação do intangível em 31 de dezembro de 2013 é demonstrada conforme a seguir:

	Controladora e Consolidado			
	Saldo em 2012	Adições	Baixas	Saldo em 2013
Custo:				
Marcas e patentes	2.607	82	-	2.689
Fundo de comércio	31.046	1.481	-	32.527
Software	33.518	1.534	-	35.052
Intangível em andamento software	14.432	19.465	-	33.897
	81.603	22.562	-	104.165
Amortização:				
Marcas e patentes	(1.972)	(121)	-	(2.093)</

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Valor recuperável de ativos

O intangível tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, a Administração não encontrou a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável do ativo.

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os montantes devidos, termos e prazos para cada empréstimo estão apresentados abaixo:

a) Saldos

Modalidade:	Encargos anuais	Ano de vencimento	Moeda	Controladora e Consolidado	
				2014	2013
Capital de giro	Juros de 5,5%	2014	R\$	-	1.734
	Juros de 8%	2015	R\$	22.551	22.546
	Juros de 6,5%	2015	R\$	871	-
Investimentos					
	FNE	Juros de 10%	2014	R\$	-
				<u>23.422</u>	<u>24.431</u>
				<u>23.422</u>	<u>2.092</u>
				-	<u>22.339</u>

FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste

As captações ocorridas durante os exercícios de 2013 e 2014 não continham custos de transação.

b) Garantias

O saldo do empréstimo captado junto ao FNE era garantido por bens do ativo imobilizado, avais de acionistas e certas aplicações financeiras junto ao Banco Nordeste, conforme previsto originalmente em contrato. Em 11 de março de 2014 houve a liquidação do contrato e posterior desvinculação das garantias de avais dos acionistas e aplicações financeiras, permanecendo vinculados os bens do ativo imobilizado, conforme demonstrado abaixo:

Modalidade de empréstimo	Garantia	Controladora e Consolidado	
		2014	2013
Banco Nordeste	Terrenos	157	157
Banco Nordeste	Edifícios e benfeitorias	3.580	3.713
Banco Nordeste	Máquinas	1.229	1.229
		<u>4.966</u>	<u>5.099</u>

c) Cláusulas restritivas (covenants financeiros)

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia não possuem cláusulas restritivas (covenants financeiros) em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

17. PARCELAMENTOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
REFIS IV (a)				
Salário Educação	-	343	-	433
INSS	127	2.909	1.439	4.717
PIS/COFINS/IOF	713	664	6.319	6.547
	<u>840</u>	<u>3.916</u>	<u>7.758</u>	<u>11.697</u>

(a) REFIS IV - A Companhia formalizou pedido de adesão ao REFIS IV em novembro de 2009 na modalidade de parcelamento instituída pela Lei nº 11.941/09 (REFIS IV), beneficiando-se da redução no saldo de multas e juros incidentes sobre os débitos parcelados nas modalidades PAEX e Outros Parcelamentos até aquela data. Também foram incluídos nesta modalidade débitos tributários e previdenciários não parcelados anteriormente, que eram objetos de discussões administrativas e judiciais.

O saldo remanescente do parcelamento é atualizado monetariamente com base na taxa SELIC. No ano de 2014 foi efetuado pagamento no montante de R\$ 7.764 (R\$ 7.759 em 2013) referente aos impostos parcelados REFIS.

Em 31 de dezembro de 2014, as parcelas do não circulante têm a seguinte composição por ano de vencimento:

2015	846
2016	846
2017	846
2018	846
2019	846
2020 a 2024	<u>3.528</u>
	<u>7.758</u>

A manutenção da Companhia nos programas de parcelamentos acima mencionados está condicionada ao atendimento de certas condições, sobretudo do pagamento das parcelas dos débitos, na forma da lei, e do pagamento dos tributos correntes, condições estas, que estão sendo cumpridas pela Companhia.

18. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	2013	Circulante	2013
ICMS sobre vendas	8.446	7.368	8.446	7.368
PIS e COFINS	10.234	8.980	10.244	8.992
Imposto de renda e contribuição social	8.178	43.637	8.269	43.717
Imposto de renda retido na fonte	2.399	2.166	2.399	2.166
Outros	743	460	747	468
	<u>30.000</u>	<u>62.611</u>	<u>30.105</u>	<u>62.711</u>

19. OBRIGAÇÕES POR INCENTIVOS FISCAIS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
PRODEC - SC (a)	13.015	11.547	6.504	18.422
PRODEC III - SC (b)	2.608	4.253	6.221	6.995
PROADI - RN (c)	20	34	-	-
Produzir (d)	395	1.006	-	-
Outros	-	-	490	-
	<u>16.038</u>	<u>16.840</u>	<u>13.215</u>	<u>25.417</u>

Os incentivos fiscais estão demonstrados com os efeitos do ajuste a valor presente, quando aplicável.

(a) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC) - destinado a financiar a modernização de empreendimentos que contribuem para geração de empregos e renda à sociedade catarinense e que incrementem os níveis de tecnologia e competitividade da economia estadual. A principal obrigação da Companhia para fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, sendo que estes foram devidamente cumpridos ao longo do período em que o incentivo foi usufruído.

O valor contratado em julho de 1999 foi de R\$ 67.883, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 120 meses e findou em maio de 2010. A liquidação deste financiamento iniciou-se em julho de 2004 e finda em junho de 2016. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. e atualização monetária de 50% IGP-M-FGV ao mês.

(b) Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense (PRODEC III) - destinado a financiar a expansão das atividades da Companhia. O valor contratado em fevereiro de 2009 foi de R\$ 270.157, sendo que o prazo de fruição do incentivo é de 200 meses e a liberação da primeira parcela ocorreu em novembro de 2009. O montante utilizado até 31 de dezembro de 2014 foi de R\$ 15.376. O prazo de carência para cada parcela liberada é de 48 meses e após este período ocorre a liquidação integral da mesma. Os encargos de financiamento consistem em juros de 4% a.a. A principal obrigação da Companhia pela fruição deste incentivo compreende a realização de investimentos, que estão sendo cumpridos e comprovados junto à Fazenda Estadual.

(c) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Industrial do Rio Grande do Norte - destinado a formação do ativo circulante da unidade situada no município de Parnamirim. Pelo contrato firmado, o prazo de fruição do incentivo é de 240 meses, sendo que iniciou em outubro de 2001 e finda em setembro de 2021. Não há valor limite neste benefício.

O valor da parcela liberada corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) do ICMS devido no mês, e 1% deste montante liberado é quitado integralmente com um prazo de carência de 60 dias. O montante utilizado em 2014 foi de R\$ 9.711 (R\$ 15.009 no mesmo período de 2013) e está registrado no resultado do exercício na rubrica de Deduções sobre Vendas. Os encargos de financiamento consistem em juros de 3% a.a. e atualização monetária conforme variação da TR.

Como principal obrigação pela fruição do benefício a Companhia deve manter em dia o pagamento de todas as suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias. Todas as obrigações estão sendo devidamente cumpridas pela Companhia.

(d) Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (PRODUZIR) - destinado a reforçar o capital de giro para implementação da unidade situada no município de Anápolis. As principais obrigações da Companhia pela utilização do benefício compreendem a realização de investimentos em sua unidade industrial e o pagamento de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias, que estão sendo devidamente cumpridas.

O valor contratado em março de 2009 foi de R\$ 68.573, sendo que o início de utilização do benefício se deu em maio de 2009 e finda em outubro de 2018. Este incentivo não foi utilizado em 2014 (R\$ 2.236 no mesmo período de 2013). A parcela a ser liberada é utilizada por meio de dedução do pagamento do ICMS devido no mês, sendo que do imposto a recolher 27% é pago e 73% é o valor do benefício.

De cada parcela liberada efetua-se um depósito de 10% em uma conta corrente administrada pelo Programa Produzir. A amortização da dívida ocorre anualmente, quando é negociado o benefício em troca da quantia depositada ao longo do ano. Como obrigação pela fruição do benefício a Companhia ofereceu bens do ativo imobilizado como garantias hipotecárias, cujo valor contábil em 31 de dezembro de 2014 é de R\$ 5.526, composto por terrenos, edifícios e benfeitorias.

As subvenções para investimento e custeio decorrentes dos programas Proadi, Produzir, Crédito Outorgado (Lei do Vestuário - GO), Pró-Emprego e Crédito Presumido de ICMS em SC sobre vendas pela internet são reconhecidas no mês de competência e contabilizadas diretamente no resultado do exercício, na rubrica Deduções da Receita (R\$ 113.992 em 2014 e R\$ 114.494 em 2013) e no grupo Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 19.262 em 2014 e R\$ 11.654 em 2013). Os incentivos Prodec e Prodec III são reconhecidos no mês seguinte ao de competência, quando da liberação da parcela usufruída, e contabilizados no passivo não circulante tendo em contrapartida a redução, no passivo circulante do débito corrente de ICMS.

Em agosto de 2014, a Companhia firmou o Termo de Acordo de Regime Especial (TARE) de nº 001-155/2014-GSF com a Secretaria de Estado da Fazenda de Goiás, procedendo à alteração do TARE já firmado de nº 078/2011-GSF, relativo ao incentivo denominado Lei do Vestuário (crédito outorgado), com o objetivo de assegurar a manutenção e captação do referido benefício e doravante os consequentes benefícios de Imposto de Renda e Contribuição Social associados, oferecido como estímulo à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos no Estado de Goiás, até o exercício de 2020, a título de subvenção para investimentos, mediante o estabelecimento de contrapartidas relacionadas a realização de investimentos e geração de atividade econômica no estado de Goiás, a saber:

- adimplência para com as obrigações tributárias estaduais;
- realização de investimentos para ampliação de sua atividade no estado de Goiás que resulte no aumento da capacidade produtiva em 5% (cinco por cento), até 2020, dos estabelecimentos fabris, frente à produção realizada no ano de 2013;
- promoção de treinamento e capacitação de mão de obra prioritariamente local a ser aproveitada nos estabelecimentos fabris;
- manutenção de 1.400 (um mil e quatrocentos) empregos diretos, considerados todos os estabelecimentos da empresa no estado, a partir de 1º de janeiro de 2014.

Os incentivos de Goiás usufruídos de janeiro a dezembro de 2014 foram assim caracterizados como subvenção para investimento e por conseguinte excluídos da base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social, resultando numa redução de R\$ 30.664. O incentivo estadual PROADI (usufruído no Rio Grande do Norte) também configura subvenção para investimento e no mesmo período gerou uma redução de R\$ 3.302 (R\$ 5.103 em 2013). O total da redução do Imposto de Renda e Contribuição Social em 2014, decorrente das subvenções para investimento, foi de R\$ 33.966, demonstrado na nota explicativa 34. Caso a Companhia necessite efetuar investimentos em ativo fixo para cumprimento de obrigações do referido benefício fiscal, esse montante será apropriado ao resultado em função da depreciação ou amortização dos ativos relacionados. A Companhia efetuou o registro contábil dos valores recebidos como subvenção para investimento dos incentivos fiscais (Proadi, Produzir, Fomentar, Pró-Emprego e Lei do Vestuário) caracterizados como subvenção para investimento, no montante de R\$ 99.901 em 2014 (R\$ 17.245 em 2013) na conta "reserva de incentivos fiscais", em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações (nota explicativa 24). Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social.

20. PROVISÕES PARA RISCOS E OUTRAS PROVISÕES

A Companhia possui diversos processos em andamento de natureza trabalhista, civil e tributária, decorrentes do curso normal de seus negócios.

Para as contingências consideradas como perda provável pelos assessores jurídicos da Companhia, foram constituídas provisões para riscos, sendo que a Companhia acredita que as provisões constituídas, conforme apresentado abaixo, são suficientes para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais e custas.

Provisões para riscos:	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2014	2013	2014	2013
Trabalhistas (a)	1.445	1.245	2.539	2.359
Tributárias (b)	-	-	2.915	2.747
Cíveis (c)	-	-	2.092	1.829
	<u>1.445</u>	<u>1.245</u>	<u>7.546</u>	<u>6.935</u>
Outras Provisões:				
Despesas comerciais (d)	16.738	18.999	-	-
Despesas administrativas (e)	3.492	2.525	3.030	2.880
Provisão para participação nos resultados	-	7.149	-	-
	<u>20.230</u>	<u>28.673</u>	<u>3.030</u>	<u>2.880</u>
	<u>21.675</u>	<u>29.918</u>	<u>10.576</u>	<u>9.815</u>

(a) **Trabalhistas** - consistem principalmente nos pedidos de representantes e empregados que reconheçam um possível vínculo empregatício e indenizações por acidente de trabalho. Existem também demandas judiciais reclamando o adicional de insalubridade que supostamente teriam direito alguns empregados além de reclamações por responsabilidade solidária da Companhia. Para estes processos existem depósitos judiciais no montante total de R\$ 2.357 (R\$ 1.895 em 31 de dezembro de 2013).

(b) **Tributárias** - refere-se às discussões judiciais relativas ao IPTU, INSS maternidade, Taxa coleta de lixo e ICMS para os quais há depósitos judiciais no mesmo montante.

(c) **Cíveis** - as principais ações estão relacionadas a reclamações vinculadas às operações normais da Companhia, a qual decidiu, com base na opinião de seus assessores legais externos, manter provisão para aquelas contingências cíveis com probabilidade de perda provável.

(d) **Provisão para despesas comerciais** - trata-se da provisão para o pagamento das comissões a representantes, fretes sobre vendas e provisões referente a campanha de vendas.

(e) **Provisão para despesas administrativas** - consiste principalmente na provisão para pagamentos de honorários advocatícios e provisão para pagamento de INSS Lei nº 12.546.

Perda Possível - Para os valores das contingências consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, não foram constituídas provisões como permitido pelas normas contábeis. Estas contingências estão distribuídas nas áreas tributária, trabalhista e cível, totalizando o montante de R\$ 196.808 em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 156.818 em 31 de dezembro de 2013).

Em relação às contingências possíveis tributárias, a Companhia litiga administrativamente contra as exigências fiscais instauradas pelos processos números 13971.721768.2012-37 e 13971.721769.2012-71, decorrentes de autos de infração de CIDE (Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico), IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido), respectivamente, no montante de R\$ 53.299, cuja opinião dos advogados aponta para perda possível, processo número 13971.723247/2014-76 decorrente de lançamento fiscal exigindo contribuições previdenciárias, no montante de R\$ 23.112, cuja opinião dos advogados aponta para perda possível e contra as exigências da Fazenda do Estado de Goiás, nos processos 4.01.13.015550.41, 4.01.13.015551.22, 4.01.13.019996.08 e 4.01.13.020196.40, decorrentes de Auto de Infração de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal, de Telecomunicações e de Energia Elétrica), no montante de R\$ 48.456, o qual a opinião dos advogados também aponta para perda possível.

Adicionalmente às contingências possíveis tributárias citadas, a Companhia através de sua filial de Natal/RN, baixada em 18 de fevereiro de 2010, foi autuada em 05 de janeiro de 2015 pela SET/RN (Secretaria de Estado de Tributação do Rio Grande do Norte) no montante de R\$ 24.687, pela suposta ausência de escrituração de documentos fiscais e diferenças nos estoques em relação ao ano-calendário de 2009, cuja opinião dos advogados aponta para perda possível.

No que tange às contingências cíveis, a Companhia promove contra a Massa Falida do Banco Santos, processo requerendo a declaração de quitação total de dívidas junto ao Banco Santos. Em contrapartida a Massa Falida do Banco Santos promove quatro processos contra a Cia. Hering, que tratam dos Contratos de Limite de Crédito nº 2336991 e de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim nº 12.205-5. Dois processos pleiteiam a revogação de Cartas de quitação vinculadas a estas operações, o terceiro processo tem por objeto a execução do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito BNDES-Exim nº 12.205-5 (Ação de Execução de Título Extrajudicial nº 583.00.2012.195973-0, em trâmite perante a 4ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital). O processo executivo lastreia-se na suposta não liquidação da obrigação assumida no referido Contrato de Financiamento. O valor executado, à época do ajuizamento da execução perfazia R\$ 50.003.

A Companhia ofertou tempestivamente os embargos à execução, garantindo o juízo com fiança bancária no montante de R\$ 65.006, contratada junto ao Itaú BBA. Em sede de embargos à execução, a Companhia demonstrou que a dívida em questão foi totalmente quitada. Adicionalmente, a Companhia ofertou exceção de pré-executividade arguindo basicamente a ocorrência da prescrição do direito de ação na hipótese. Os embargos à execução ainda não foram processados, aguardando o julgamento definitivo da exceção de pré-executividade. A exceção ofertada foi acolhida pelo juiz da causa, que proferiu sentença extinguindo a execução. A Massa Falida do Banco Santos interpôs recurso contra a sentença. O recurso foi respondido. Por ocasião do julgamento ocorrido em 20 de outubro de 2014, o recurso foi provido pelo Tribunal de São Paulo, que entendeu não ter ocorrido a prescrição. Contra essa decisão a Companhia já interpôs embargos de declaração em 03 de dezembro de 2014, pendente de julgamento, e pretende na sequência interpor recurso especial dirigido ao Superior Tribunal de Justiça. Por último, o quarto processo tem por objeto a condenação da Companhia ao pagamento de dívida advinda do suposto inadimplemento do Contrato de Limite de Crédito n. 2336991 (Ação Monitoria nº 2012.189676-0, em trâmite perante a 28ª Vara Cível da Comarca de São Paulo - Capital), cujo valor cobrado, à época do ajuizamento da ação perfazia R\$ 26.916. Aos 09 de abril de 2013, a Companhia foi citada para apresentar defesa, o que foi feito no prazo legal. Em sentença de 01 de agosto de 2014 o juiz da causa julgou procedente a monitoria em favor da Massa Falida do Banco Santos. Aos 29 de agosto de 2014 a Companhia interpôs recurso de apelação contra a decisão, o qual aguarda processamento e posterior julgamento. Em resumo, a pretensão total da Massa Falida do Banco Santos, atualizada monetariamente até dezembro de 2014 (sem o cômputo dos juros legais) resulta em R\$ 87.624. A probabilidade de perda, pela Companhia, é considerada remota para R\$ 56.891 e possível para R\$ 30.733.

Abaixo demonstramos a movimentação ocorrida no exercício:

Provisões para riscos:	Circulante e não circulante				
	Saldo em 2013	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2014
Trabalhistas	3.604	2.961	-	(2.581)	3.984
Tributárias	2.747	168	-	-	2.915
Cíveis	1.829	315	(40)	(12)	2.092
	<u>8.180</u>	<u>3.444</u>	<u>(40)</u>	<u>(2.593)</u>	<u>8.991</u>
Outras Provisões:					
Despesas comerciais	18.999	65.159	-	(67.420)	16.738
Despesas administrativas	5.405	29.310	-	(28.193)	6.522
Provisão participação nos resultados	7.149	6.638	(5.970)	(7.817)	-
	<u>31.553</u>	<u>101.107</u>	<u>(5.970)</u>	<u>(103.430)</u>	<u>23.260</u>
	<u>39.733</u>	<u>104.551</u>	<u>(6.010)</u>	<u>(106.023)</u>	<u>32.251</u>

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldo em 2012	Adições	Reversões	Utilização	Saldo em 2013
Provisões para riscos:					
Trabalhistas	7.385	1.914	(817)	(4.878)	3.604
Tributárias	496	2.251	-	-	2.747
Cíveis	1.862	138	(113)	(58)	1.829
	9.743	4.303	(930)	(4.936)	8.180
Outras Provisões:					
Despesas comerciais	18.265	56.197	(1.650)	(53.813)	18.999
Despesas administrativas	5.595	18.657	(506)	(18.341)	5.405
Provisão participação nos resultados	177	20.125	(3.000)	(10.153)	7.149
	24.037	94.979	(5.156)	(82.307)	31.553
	33.780	99.282	(6.086)	(87.243)	39.733

21. PARTES RELACIONADAS

As transações financeiras entre as companhias do grupo e a remuneração da Administração foram realizadas conforme a seguir:

a) Operações com pessoal-chave da Administração

A Companhia provê a seus administradores, beneficiários de assistência médica, seguro de vida, previdência privada e auxílio alimentação, apresentado na linha de benefícios de curto prazo abaixo. Os benefícios são parcialmente custeados pelos seus administradores e são registrados como despesas quando incorridos. Os diretores também participam no programa de opção de compra de ações da Companhia, conforme nota explicativa 27.

Os montantes referentes à remuneração e benefícios do pessoal-chave da Administração, representado por seu Conselho de administração e diretores estatutários, estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Honorários da Administração	8.293	7.527	8.315	7.546
Remuneração variável	-	2.277	-	2.277
Benefícios de curto prazo	901	892	901	892
Outros (INSS)	1.659	1.960	1.659	1.960
Remuneração com base em ações	4.162	3.607	4.162	3.607
	15.015	16.263	15.037	16.282

A Companhia é administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva, ambos, eleitos para mandatos de dois anos, admitida a reeleição.

b) Outras transações com partes relacionadas

As transações referem-se aos contratos de mútuos sobre os quais não há incidência de juros. O prazo de validade destes contratos é indeterminado.

	Controladora		Passivo circulante	
	2014	2013	2014	2013
VH Serviços e Construções S.A.	239	226	-	-
Têxtil Santa Catarina Ltda.	-	-	7	16
Garema Malhas Ltda.	98	72	-	-
Hering Internacional SAFI	-	-	4.121	3.635
	337	298	4.128	3.651

Em 25 de maio de 2011 a Cia. Hering passou a operar com um escritório de representação na cidade de Nanjing na China. Esse escritório tem como objeto a inspeção da qualidade dos produtos importados, bem como a prospecção de novos fornecedores. No ano de 2014, o montante gasto com esta operação foi de R\$ 2.428 (R\$ 2.129 em 31 de dezembro de 2013), reconhecido no resultado no grupo de custos.

Em 24 de novembro de 2014, a Cia. Hering realizou a compra dos créditos referente IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL respectivamente, no montante de R\$ 1.921, de suas empresas controladas (Garema Indústria e Comércio Ltda., VH Serviços e Construções S.A., Têxtil Santa Catarina Ltda. e HRG Comércio do Vestuário e Intermediação de Serviços Financeiros Ltda.), conforme avençado em Contrato de Cessão de Créditos entre as partes, para serem utilizados na quitação integral da modalidade de parcelamento previsto no art. 3º da Lei nº 11.941/09, com amparo no artigo 33 da Lei nº 13.043/14, observadas as condições ali previstas. A cessão dos referidos créditos ocorreu de forma onerosa, pelo montante registrado contabilmente nas empresas controladas.

Em 31 de dezembro de 2014, não há avais e fianças prestados pela Companhia para partes relacionadas.

c) Vendas para partes relacionadas

A Companhia realizou operações de vendas para empresas franqueadas relacionadas a alguns Administradores da Companhia. Em 31 de dezembro de 2014 estas operações comerciais totalizaram o montante de R\$ 25.751 (R\$ 24.442 em 31 de dezembro de 2013), do qual R\$ 6.952 está registrado no balanço em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 5.006 em 31 de dezembro de 2013). São fornecidos avais pessoais dos sócios das empresas relacionadas, no montante de R\$ 14.750, como forma de garantir os créditos da Companhia. As operações comerciais com estas empresas relacionadas são realizadas nas mesmas condições e termos de mercado praticados com os demais clientes franqueados da Companhia.

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Plano de Previdência Privada	-	-
Plano de Assistência Médica	(10.616)	(9.507)
	(10.616)	(9.507)

Plano de Previdência Privada

O Bradesco Multi Pensions é uma entidade fechada de previdência privada, que tem como objetivo principal a concessão de benefícios suplementares aos da previdência social, principalmente a planos de aposentadoria, atendendo a todos os funcionários do grupo Hering, que aderirem ao plano. Os planos de previdência complementar oferecidos aos funcionários são de benefício definido e contribuição definida.

As contribuições mensais da patrocinadora são calculadas com base no salário e contribuição dos participantes, contribuintes ou não. O plano concede aos funcionários contribuintes do plano o direito de receber renda mensal vitalícia (com ou sem período garantido de 5 anos) e aos funcionários não contribuintes é garantido o valor correspondente a até três salários pago em parcela única.

O número de participantes contribuintes do plano de previdência privada (benefício definido) em 31 de dezembro de 2014 era de 256 pessoas, tendo contribuído no exercício com o montante de R\$ 1.051 e a patrocinadora contribuiu com o mesmo montante. Os participantes do plano de previdência privada que não são contribuintes totalizam, em 31 de dezembro de 2014, 8.845 pessoas, cujo valor contribuído pela patrocinadora referente ao benefício mínimo desses participantes no exercício totalizou R\$ 52.

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial calculada em 31 de dezembro de 2014, cujos efeitos estão apresentados a seguir:

a) Saldos do plano de pensão - Benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	22.182	21.492
Valor justo dos ativos do plano	(23.079)	(21.733)
Efeito do teto de reconhecimento de ativo (<i>asset ceiling</i>)	897	241
Déficit (superávit) para planos cobertos	-	-

A movimentação do passivo atuarial de pensão líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	-	(1.295)
Reconhecido no resultado	(328)	(490)
Reconhecido em outros resultados abrangentes	328	1.785
Saldo em 31 de dezembro	-	-

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	21.492	23.041
Custos do serviço corrente e juros	328	387
Juros sobre obrigação atuarial	2.515	1.938
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	(313)	(1.933)
Benefícios pagos no ano	(1.840)	(1.941)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	22.182	21.492

c) Movimentação no valor presente dos ativos do plano

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Valor justo dos ativos do plano em 1º de janeiro	21.733	21.746
Retorno esperado dos ativos do plano	2.544	1.835
Ganho/(perda) atuariais nos ativos do plano	285	93
Contribuições de empregados	357	-
Benefícios pagos pelo plano	(1.840)	(1.941)
Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro	23.079	21.733

Os ativos do plano estão representados por quotas de participação em fundos.

d) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custo do serviço corrente	328	387
Juros sobre as obrigações atuariais	2.515	1.938
Rendimento esperado dos ativos do plano	(2.544)	(1.835)
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	29	-
Total da despesa reconhecida	328	490

e) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Montante acumulado em 1º de janeiro	638	2.423
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(328)	(1.785)
Montante acumulado em 31 de dezembro	310	638

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de Lucros Acumulados, conforme permitido pelo CPC 33(R1) e IAS19.

f) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	348	328
Juros sobre obrigação atuarial	2.516	2.515
Rendimento esperado dos ativos	(2.646)	(2.544)
Juros sobre efeito do teto de reconhecimento de ativo/passivo oneroso	108	29
Remensuração do plano	56	(271)
	382	57

g) Ativos do plano e taxa de retorno

	Controladora e Consolidado	
	Retorno Esperado Ativos do Plano	
	2014	2013
Instrumentos de patrimônio	23.079	21.733
Retorno médio ponderado esperado	2.544	1.835

A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O retorno dos ativos do plano foi de R\$ 2.515 em 2014.

h) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado				
	2014	2013	2012	2011	2010
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	22.182	21.492	23.041	19.909	17.129
Valor justo dos ativos do plano	(23.079)	(21.733)	(21.746)	(19.616)	(18.902)
Efeito do <i>asset ceiling</i>	897	241	-	-	-
Déficit (superávit) para planos cobertos	-	-	1.295	293	(1.773)
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	313	(1.933)	2.017	2.162	1.203
Ajustes pela experiência nos ativos do plano	284	93	907	(235)	(892)

A Companhia espera contribuir com aproximadamente R\$ 310 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

i) Premissas atuariais

(i) Média ponderada das hipóteses usadas para determinar a obrigação atuarial

	2014	2013
Taxa de desconto nominal	12,04%	12,36%
Taxa de aumento nominal do salário	6,92%	6,92%
Taxa estimada de inflação	5,50%	5,50%
Taxa de aumento de pensões	5,50%	5,50%

(ii) Hipóteses usadas para determinar a despesa/(receita) a ser reconhecida

	2014	2013
Taxa de desconto nominal	12,36%	8,68%
Taxa de aumento nominal do salário	6,92%	6,59%
Taxa estimada de inflação	5,50%	4,50%
Taxa de aumento de pensões	5,50%	4,50%
Tábua de mortalidade pós-aposentadoria	AT-2000	AT-2000

(iii) Expectativas de vida presumidas na aposentadoria aos 65 anos

	2014	2013
Aposentados hoje (membro com idade de 65 anos)	19,6	19,6
Aposentados em 25 anos (membro com idade hoje de 40 anos)	19,6	19,6

Premissas sobre mortalidade futura são baseadas em estatísticas publicadas e tabelas de mortalidade. As tabelas de mortalidade utilizadas foram AT-2000 Male, RRB-1944(MI) e RRB-1944(EI). A idade na data de aposentadoria considerada é de 55 anos, e que 100% se aposentam na 1ª elegibilidade a aposentadoria antecipada.

j) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2014 que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos previdenciários.

	Cenário Base	Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Sensibilidade da taxa de descontos			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	22.182	20.516	24.113
Premissa	12,04%	12,54%	11,54%
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	19,60	15,93	17,04
Sensibilidade da taxa de inflação			
Impactos nas obrigações do programa previdenciário	22.182	22.182	22.182
Premissa	5,50%	6,00%	5,00%
Sensibilidade da tabela de mortalidade			
Impacto nas obrigações do programa previdenciário	22.182	22.561	21.791
Premissa de expectativa de vida aos 65 anos	19,60	+ 1	- 1

Plano de Assistência Médica

A Companhia possui os planos de assistência médica, Unimed e Sul América para seus funcionários (planos de benefício definido). Os participantes dos planos em 31 de dezembro de 2014 estavam assim apresentados:

	Planos	
	Unimed	Sul América
Empregados ativos	1.997	321
Empregados aposentados	18	10
Empregados desligados	10	9

Em 31 de dezembro de 2011 a Companhia efetuou a primeira avaliação atuarial do plano de assistência médica e contabilizou um passivo, correspondente à estimativa do incremento futuro no custo dos planos de saúde oferecidos aos seus funcionários em decorrência da possibilidade desses funcionários ao se aposentarem ou forem desligados, fazerem a opção por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos. Esta possibilidade está amparada pela Lei nº 9.656/98. No período pós emprego, o valor da mensalidade é integralmente custeado pelos beneficiários.

a) Saldos do plano de assistência médica - Benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Valor presente das obrigações atuariais a descoberto	10.616	9.507
Déficit (superávit)	10.616	9.507

A Companhia teve a sua última avaliação atuarial em 31 de dezembro de 2014 conforme informações abaixo. A movimentação líquida do passivo atuarial do plano de assistência médica no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 foi a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Saldo em 1º de janeiro	(9.507)	(17.826)
Reconhecido no resultado	(1.364)	3.797
Reconhecido em outros resultados abrangentes	255	4.522
Saldo em 31 de dezembro	(10.616)	(9.507)

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

b) Movimentação no valor presente das obrigações do benefício definido

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Obrigações do benefício definido em 1º de janeiro	9.507	17.826
Custos do serviço corrente e juros	197	722
Juros sobre obrigação atuarial	1.167	1.547
Custos do serviço passado	-	(6.066)
(Ganho)/perda atuarial reconhecido em outros resultados abrangentes	(208)	(4.288)
Benefícios pagos no ano	(47)	(234)
Obrigações do benefício definido em 31 de dezembro	10.616	9.507

c) Despesa/(Receita) reconhecida no resultado

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	197	722
Juros sobre obrigação atuarial	1.167	1.547
Custos do serviço passado	-	(6.066)
Total de (receita) ou despesa reconhecida	1.364	(3.797)

d) Ganhos e perdas atuariais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Montante acumulado em 1º de janeiro	(1.366)	3.156
(Ganhos)/perdas atuariais imediatamente reconhecidos	(255)	(4.522)
Montante acumulado em 31 de dezembro	(1.621)	(1.366)

Os valores acima são imediatamente incorporados à conta de Lucros Acumulados, conforme permitido pelo CPC 33(R1) e IAS19.

e) Componentes da despesa/(receita) do plano projetada

	Controladora e Consolidado	
	2015	2014
Custo do serviço corrente bruto (com juros)	203	197
Juros sobre obrigação atuarial	1.272	1.167
	1.475	1.364

f) Histórico dos ajustes pela experiência

	Controladora e Consolidado			
	2014	2013	2012	2011
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	10.616	9.507	17.826	12.862
Déficit (superávit)	10.616	9.507	17.826	12.862
Ajustes pela experiência nos passivos do plano	(208)	(4.288)	2.505	-

g) Premissas atuariais

A apuração do passivo foi efetuada por meio de cálculos atuariais efetuados por atuário independente seguindo as premissas identificadas a seguir:

	2014	2013
Financeiras		
Taxa de desconto da obrigação atuarial	12,04 % a.a.	12,36 % a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Não Aplicável	Não Aplicável
Health Care Cost Trend Rate	3 % a.a.	3 % a.a.
Fator de Idade (Aging Factor)		
0 até 24 anos: 0,05%	0 até 24 anos: 0,05%	0 até 24 anos: 0,05%
25 até 54 anos: 2,0%	25 até 54 anos: 2,0%	25 até 54 anos: 2,0%
55 até 79 anos: 4,5%	55 até 79 anos: 4,5%	55 até 79 anos: 4,5%
80 para cima: 3,0%	80 para cima: 3,0%	80 para cima: 3,0%

Biométricas

Tábua de mortalidade geral	AT - 2000 Male	AT - 2000 Male
Tábua de mortalidade de inválidos	RRB - 1944 (MI)	RRB - 1944 (MI)
Tábua de entrada em invalidez	RRB - 1944 (EI)	RRB - 1944 (EI)

h) Análise de sensibilidade

As tabelas a seguir apresentam a análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2014 que demonstram o efeito de um aumento ou uma redução de meio ponto percentual nas taxas presumidas de variação dos custos assistenciais sobre o agregado dos componentes de custo de serviço e custo de juros de custos assistenciais líquidos periódicos pós-emprego e a obrigação de benefícios assistenciais acumulada pós-emprego.

	Cenário Base	Cenários Projetados	
		Aumento de 0,5%	Redução de 0,5%
Sensibilidade da taxa de descontos			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	10.616	9.671	11.497
Premissa	12,04%	12,54%	11,54%
Média ponderada de obrigação de benefício definido (em anos)	19,60	18,65	15,95
Sensibilidade da taxa de inflação			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	10.616	10.616	10.616
Premissa	5,50%	5,00%	6,00%
Sensibilidade da tabela de mortalidade			
Impactos nas obrigações do programa de saúde	10.616	11.105	10.136
Premissa de expectativa de vida aos 65 anos	19,60	+ 1	- 1

23. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros e etc.). A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, ou outros instrumentos financeiros de risco.

As operações com instrumentos financeiros derivativos são aprovadas e monitoradas pelo Conselho de Administração da Companhia.

Os valores dos instrumentos financeiros ativos e passivos constantes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014 foram determinados de acordo com os critérios e as práticas contábeis divulgadas em notas explicativas específicas.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

• Risco de crédito
Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros.

Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

A Companhia possui ainda, a provisão para crédito de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 11.758 (R\$ 10.768 em 31 de dezembro de 2013) representativos de 2,22% do saldo de contas a receber em aberto (2,17% em 31 de dezembro de 2013), para fazer face ao risco de crédito.

Conforme requerido pelo CPC 40, a Companhia divulga a seguir a exposição máxima de risco do contas a receber, sem considerar as garantias recebidas ou outros instrumentos que poderiam melhorar o nível de recuperação do crédito, análise do contas a receber por vencimento e as garantias.

(i) Exposição a riscos de créditos

O valor contábil dos ativos financeiros, representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado	
	2014	2013
Caixa e equivalentes de caixa	182.036	140.710
Aplicações financeiras	2.199	1.069
Contas a receber de clientes	528.899	495.331
Outras contas a receber	10.569	12.965
Instrumentos financeiros derivativos	7.504	3.757

(ii) Perdas por redução no valor recuperável

O vencimento do contas a receber na data das demonstrações financeiras era:

	Consolidado	
	2014	2013
Contas a receber		
A vencer	511.042	482.863
Vencidos:		
De 0 a 30 dias	5.425	4.746
De 31 a 90 dias	3.448	2.084
De 91 a 180 dias	2.826	1.977
De 181 a 360 dias	4.163	2.480
Acima de 360 dias	1.995	1.181
	528.899	495.331

O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	Consolidado	
	2014	2013
Saldo no início do exercício	(10.768)	(9.610)
Adições	(5.280)	(5.519)
Baixas	4.290	4.361
Saldo no final do exercício	(11.758)	(10.768)

A Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas sobre o contas a receber.

A Companhia avalia também a necessidade de provisão para o contas a receber a vencer, considerando a curva de crescimento do faturamento e o incremento de novos clientes.

A despesa com a constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica "Despesas com vendas" na demonstração do resultado. Quando não existe expectativa de recuperação de numerário adicional, os valores creditados na rubrica "Provisão para créditos de liquidação duvidosa" são em geral revertidos contra a baixa definitiva do título contra o resultado do exercício.

(iii) Garantias

A Companhia não mantém nenhuma garantia para os títulos em atraso.

• Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos, e em determinadas circunstâncias, são efetuadas operações de proteção para reduzir o custo financeiro das operações.

	Consolidado	
	2014	2013
Instrumentos de taxa variável		
Ativos financeiros	154.393	126.629
	154.393	126.629

Instrumentos de taxa fixa

	Consolidado	
	2014	2013
Passivos financeiros	(23.422)	(24.431)
	(23.422)	(24.431)

• Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados no processo de produção, principalmente dos fios de algodão. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nos custos da Companhia, não sendo possível à Companhia assegurar possibilidade de repasse, parcial ou mesmo total, desses custos no preço de venda de seus produtos. Para mitigar esses riscos, a Companhia gerencia os estoques pela formação de estoques reguladores desta matéria-prima.

• Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas.

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Adicionalmente, a Companhia mantém saldos em aplicações financeiras passíveis de resgate a qualquer momento para cobrir eventuais descasamentos entre a data de maturidade de suas obrigações contratuais e sua geração de caixa.

A Companhia investe o excedente de caixa em ativos financeiros com incidência de juros (nota explicativa 5) escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem de segurança conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

Em 31 de dezembro de 2014, os equivalentes de caixa mantido pela Companhia possuem liquidez imediata e são considerados suficientes para administrar o risco de liquidez.

A tabela a seguir, demonstra o prazo de vencimento esperado para os ativos e passivos financeiros, contratados pela Companhia, onde os valores apresentados incluem o valor do principal e dos juros estimados incidentes nas operações, calculados utilizando-se as taxas e índices vigentes na data de 31 de dezembro de 2014:

	Taxa média de juros	Consolidado					Superior a 3 anos	Total
		Até 1 mês	1 a 3 meses	4 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 3 anos		
Caixa e equivalentes de caixa	-	182.036	-	-	-	-	-	182.036
Clientes e outras contas a receber	0,64%	164.304	248.574	105.187	952	195	359	519.571
Empréstimos e financiamentos	0,64%	-	(12.752)	(11.284)	-	-	-	(24.036)
Incentivos fiscais	0,64%	(1.097)	(2.207)	(13.276)	(11.407)	(1.535)	(1.608)	(31.130)
Fornecedores e outras contas a pagar	0,64%	(107.547)	(49.305)	(25.947)	-	-	(130)	(182.929)
Instrumentos financeiros derivativos	1,00%	1.901	5.687	-	-	-	-	7.588
		239.597	189.997	54.680	(10.455)	(1.340)	(1.379)	471.100

• Risco de taxa de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano (USD), utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos, além de outros valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras. As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são USD e Euro (€). A Companhia entende que sua exposição líquida é mantida a um nível aceitável, e avalia constantemente a contratação de operações de proteção para mitigar esses riscos.

A exposição cambial da Companhia está assim representada:

	Consolidado	
	2014	2013
Caixa em moeda estrangeira (nota explicativa 5)	7.743	7.714
Contas a receber (nota explicativa 7)	11.547	10.504
Fornecedores	(34.653)	(31.889)
Instrumentos financeiros derivativos (nominal value)	74.374	104.714
	59.011	91.043

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos referentes a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações de matéria-prima, produto acabado e tecidos. Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia mantém o montante de USD 59.638 mil em cartas de crédito referentes à importações contratadas junto aos fornecedores.

• Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, como riscos de crédito, mercado e liquidez, assim como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais.

b) Instrumentos financeiros - valor justo

O quadro a seguir apresenta as principais operações de instrumentos financeiros contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia.

Para fins de divulgação, os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

	Consolidado			
	Valor contábil	2014 Valor justo	2013 Valor contábil	2013 Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	182.036	182.036	140.710	140.710
Custo amortizado:				
Aplicações financeiras restritas - Títulos mantidos até o vencimento	2.199	2.199	1.069	1.069
Clientes e outras contas a receber	513.059	513.059	483.107	483.107
Empréstimos e financiamentos	(23.422)	(23.422)	(24.431)	(24.431)
Fornecedores e outras contas a pagar	(180.812)	(180.812)	(160.307)	(160.307)
Instrumentos financeiros derivativos designados ao valor justo por meio do resultado	508	508	543	543
Instrumentos financeiros derivativos designados em relações de contabilização de hedge	6.996	6.996	3.214	3.214

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

• Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são similares ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI.

• Clientes e outras contas a receber, fornecedores e outras contas a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia e controladas, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

• Empréstimos e financiamentos - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são similares aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

• Instrumentos financeiros derivativos - Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2.

c) Gestão de capital

A Companhia administra seu capital com o objetivo de salvaguardar a continuidade do retorno aos seus acionistas e beneficiar às demais partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para investir em seu crescimento. Dentre as estratégias adotadas pela Companhia, destacam-se:

Gestão da Dívida: a Companhia tem como meta a não renovação de empréstimos bancários com juros elevados, focando em operações de financiamento no longo prazo atreladas a investimentos produtivos que apresentem condições de prazo e taxas de juros mais atrativas.

Os indicadores de gestão da dívida em 31 de dezembro de 2014 estão abaixo apresentados:

Indicadores de Gestão de Capital	Consolidado 2014
Dívida Curto Prazo	(23.422)
(-) Caixa e equivalentes de caixa	182.036
(=) (Endivid. Líquido) Caixa Líquido	158.614

Em linha com as estratégias de capital de giro e gestão da dívida, a Companhia segue a meta de não renovar empréstimos bancários com juros elevados, o que lhe permite reduzir a dívida e incrementar sua geração de caixa livre.

d) Análise de sensibilidade

(i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI.

Em 31 de dezembro de 2014, a Administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 11,57% (taxa anualizada para o período referência). A taxa provável foi então desvalorizada em 25% e 50% para as aplicações financeiras, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente, e o rendimento das aplicações financeiras foi projetado para os próximos 12 meses.

Operação	Valores	Risco	Consolidado					
			Provável	Possível	Remoto	Remoto		
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações financeiras	R\$ 154.393 ⁽¹⁾	Baixa CDI	11,57	17.863	8,68	13.401	5,79	8.939

⁽¹⁾ Saldo em 31 de dezembro de 2014 de aplicações em CDB e Operações compromissadas sujeitas à variação do CDI.

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia suas aplicações financeiras considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" da tabela acima.

(ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2014 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas

demonstrações financeiras. A taxa provável foi então corrigida em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

Operação	Saldo 2014	Provável		Possível		Consolidado Remoto	
		Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)
Caixa em moeda estrangeira	7.743	2,6562	-	3,3203	1,936	3,9843	3,872
Contas a receber	11.547	2,6562	-	3,3203	2,887	3,9843	5,774
Fornecedores	(34.653)	2,6562	-	3,3203	(8,663)	3,9843	(17,327)
Exposição e ganhos e perdas líquidos	(15.363)	-	-	-	(3,840)	-	(7,681)

Operação	Saldo 2014 R\$	Valor Ncional 2014 USD	Strike	Provável		Possível		Consolidado Remoto	
				Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)	Taxa	Ganho (Perda)
Instrumentos financeiros derivativos	7.504	28.000	2,3548	2,6562	935	3,3203	11,089	3,9843	29,683
Exposição e ganhos e perdas líquidos	7.504	28.000	-	-	935	-	11,089	-	29,683

Além da análise de sensibilidade exigida pela Instrução CVM nº 475/08, a Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração da Companhia na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial em aberto em 31 de dezembro de 2014, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de risco "provável" da tabela acima.

e) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia tem por política efetuar operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação, referente a contratos futuros de compra de dólares que são utilizados, principalmente, como instrumentos para hedge dos fluxos financeiros decorrentes de importações.

A Administração da Companhia mantém monitoramento permanente sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados por meio dos seus controles internos.

A Companhia mantém operações de "compra" de moeda a termo (NDF - *Non Deliverable Forward*), em dólares, designadas como *hedge accounting* a partir de 01 de novembro de 2013, cujo objeto de *hedge* refere-se às importações e compras futuras de mercadorias para revenda em moeda estrangeira altamente prováveis. A contabilização adotada pela Companhia foi o *hedge* de fluxo de caixa ("*cashflow hedge*"). Essas operações de derivativos são contabilizadas no balanço da Companhia pelo seu valor justo e a parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido, sendo reclassificada para o resultado no momento em que o item objeto de *hedge* afeta o resultado, na mesma rubrica em que tal item é reconhecido. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte inefetiva ou não designada são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro.

Em 31 de dezembro de 2014 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo em Aberto	Valor Justo Líquido	Outros resultados abrangentes		Reconhecido em	
						Outros resultados abrangentes	Outros resultados abrangentes (repassado) ⁽¹⁾	Resultado operacional	Resultado financeiro
24/06/2014	01/12/2014	4.000	2,3406	-	955	-	603	153	199
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	771	-	-	179
24/06/2014	02/01/2015	3.000	2,3590	950	-	835	-	-	115
24/06/2014	02/02/2015	2.000	2,6680	614	-	611	-	-	3
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	372	-	358	202
20/08/2014	02/02/2015	3.000	2,3327	932	-	678	-	131	123
20/08/2014	02/03/2015	3.000	2,3496	936	-	936	-	-	-
20/08/2014	02/03/2015	4.000	2,3496	1.248	-	1.248	-	-	-
20/08/2014	01/04/2015	3.000	2,3676	942	-	942	-	-	-
		28.000		7.504	955	6.393	603	642	821

⁽¹⁾ O valor reconhecido em Outros resultados abrangentes repassado, será realizado contra rubrica de Resultado operacional no momento em que o item objeto de *hedge* afetar o resultado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia tinha um nomenclador de instrumentos derivativos em aberto de US\$ 28.000 e, essas operações acumulavam um saldo credor referente à variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações de valor justo de R\$ 7.504 registrado na rubrica de instrumentos financeiros derivativos no ativo circulante. Como contrapartida, foram registrados os seguintes valores nas seguintes rubricas: R\$ 6.393 em Ajuste de Avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 4.219 Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R\$ 622 como Receita Financeira e R\$ 489 como receita em Resultado Operacional. Adicionalmente, o montante de R\$ 955 foi liquidado gerando ganho de R\$ 603 (398 Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos) repassado em Outros Resultados Abrangentes, R\$ 153 reconhecido em Resultado Operacional e R\$ 199 como Resultado Financeiro.

As liquidações das operações de NDF's no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 somaram um Nomenclador de USD 96.200, gerando um valor que representou uma perda de R\$ 6.253 para a Companhia, dos quais, R\$ 407 como Despesa Financeira (R\$ 752 em despesa em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 345 em receita no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013), e R\$ 5.846 como despesa em Resultado Operacional (R\$ 6.043 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 e R\$ 198 no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2013 as operações de derivativos mantidas pela Companhia foram contratadas junto aos bancos Santander e HSBC, nos seguintes montantes e condições:

Data da contratação	Data de vencimento	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média	Valor Justo	Outros resultados abrangentes		Reconhecido em	
					Outros resultados abrangentes	Resultado operacional	Resultado financeiro	
24/09/2013	02/01/2014	5.000	2,2600	413	145	-	70	
25/09/2013	02/01/2014	5.000	2,2775	326	386	(60)	-	
24/09/2013	03/02/2014	5.000	2,2629	587	472	-	115	
30/09/2013	03/02/2014	5.000	2,3015	396	490	-	18	
02/10/2013	03/02/2014	5.000	2,2600	602	490	-	60	
02/10/2013	03/02/2014	2.500	2,2587	304	245	-	47	
02/10/2013	05/03/2014	2.500	2,2779	275	227	-	95	
02/10/2013	05/03/2014	5.000	2,2779	549	454	-	-	
16/12/2013	05/03/2014	2.000	2,3675	43	43	-	-	
27/11/2013	01/04/2014	2.300	2,3725	55	55	-	-	
27/11/2013	02/05/2014	5.400	2,3885	207	207	-	-	
		44.700		3.757	3.214	198	345	

Em 31 de dezembro de 2013, a variação entre os valores de referência dos derivativos contratados e as respectivas apurações do valor justo foram registradas nas seguintes rubricas: R\$ 3.214 em Ajuste de avaliação Patrimonial - Outros Resultados Abrangentes (R\$ 2.121 Líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos), R\$ 345 em receita financeira, e R\$ 198 em resultado operacional, à contrapartida de Instrumentos Financeiros Derivativos no ativo circulante no montante de R\$ 3.757. As liquidações das operações de NDF's ocorridas no ano de 2013 foram no montante de USD 4.000, cujo valor justo representou um ganho de R\$ 363 para a Companhia, dos quais R\$ 257 foram reconhecidos como receita financeira, e R\$ 106 em resultado operacional.

24. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital social

O capital social autorizado é composto por 350.000 mil ações ordinárias, todas sem valor nominal, sendo que, em 31 de dezembro de 2014, o capital subscrito e integralizado é composto por 164.611.187 ações ordinárias (incluindo as 577.000 ações mantidas em tesouraria) distribuídas entre os seguintes acionistas (acima de 5%):

	2014	2013
Coronation Fund Managers Ltd. ⁽¹⁾	24.697.759	15,0%
Investimento e Participação INPASA S.A.	11.964.724	7,3%
Ivo Hering	11.768.370	7,1%
Arx Investimentos Ltda.	8.345.256	5,1%
MFS Investment Management ⁽²⁾	8.122.117	4,9%
UBS Global Asset Management ⁽²⁾	7.752.487	4,7%
Outros	91.960.474	55,9%
	164.611.187	100%

⁽¹⁾ Gestor com sede na África do Sul.

⁽²⁾ Gestor com sede nos Estados Unidos.

Em 2013 foi realizada integralização de capital no montante de R\$ 3.461, pelos detentores de *stock options*, quando de sua decisão de exercer suas opções.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 07 de maio de 2014, foi aprovado o aumento de capital social de R\$ 239.435, para R\$ 313.086, sem emissão de novas ações, mediante a: (i) capitalização da reserva de incentivos fiscais de reinvestimento de Imposto de Renda, do ano-calendário 2008 no valor de R\$ 219; (ii) capitalização da parcela de lucro retido no exercício de 2013 no montante de R\$ 57.127 oriundo da reserva de retenção de lucros; (iii) capitalização de parte do saldo de Reserva Legal no montante de R\$ 16.305.

b) Ações em tesouraria

Em 24 de julho de 2014, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a criação de um Programa de Recompra de Ações Ordinárias de Emissão da Companhia, para permanência em tesouraria e posterior alienação e/ou cancelamento e/ou para fazer frente ao "Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia", aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2008.

A quantidade a recomprar estará limitada a 5.000.000 (cinco milhões) de ações ordinárias da Companhia, que corresponde a 3,88% do total de 128.854.790 das ações ordinárias em circulação. As operações de aquisição serão realizadas a preço de mercado no pregão da BM&FBOVESPA. O prazo máximo para a aquisição das ações da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações Ordinárias será de 365 dias, contados a partir de 24 de julho de 2014, encerrando-se em 25 de julho de 2015, cabendo a Diretoria definir as datas em que a recompra será efetivamente executada. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram adquiridas 577.000 ações ao custo médio de R\$ 20,59 por ação, totalizando o montante de R\$ 11.882.

c) Reserva de capital

Opções de compra de ações outorgadas conforme descritas na nota explicativa 27 são registradas como reservas de capital.

d) Reservas de lucros

• Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no exercício, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Lucro líquido do exercício 318.858

Reserva legal 5% 15.943

• Retenção de lucros

Refere-se à destinação do saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após a constituição de reserva legal, da proposta de distribuição de dividendos e de juros sobre o capital próprio, constituída para realização de investimentos, expansão e reforço do capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2014, o montante constituído de reserva de retenção de lucros de R\$ 52.328, destina-se para fazer face a novos investimentos em função do orçamento de capital proposto pela Administração para o exercício de 2015.

• Outras reservas de lucros

Incentivos fiscais

Referem-se aos montantes apurados de subvenções recebidas para investimentos (nota explicativa 19) e incentivos de redução do IRPJ conforme segue:

	2014	2013
Lei do Vestuário - GO	90.190	-
Pró-Emprego - SC	87.084	87.084
Proadi - RN	71.236	61.525
Fomentar - GO	31.750	31.750
Produzir - GO	6.562	6.562
Lucro Exploração IRPJ	29.461	24.337
Redução Reinvestimento IRPJ	1.605	-
	317.888	211.258

Em 2014, constitui-se Reserva de Incentivos Fiscais no montante de R\$ 105.361, referente: (i) Subvenção para Investimentos no montante de R\$ 99.901 (Lei do Vestuário - GO e Proadi - GO); (ii) Lucro Exploração IRPJ no montante de R\$ 5.124 e (iii) Redução Reinvestimento no montante de R\$ 336. Adicionalmente, referente à Redução Reinvestimento houve a realocação do montante de R\$ 1.488 de exercícios anteriores de Reserva de Retenção de Lucros para Reserva de Incentivos Fiscais e capitalização do montante de R\$ 219.

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

e) Remuneração aos acionistas

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

Lucro líquido do exercício	318.858
(-) Reserva de lucro - incentivos fiscais	(105.361)
(-) Reserva legal	(15.943)
Base de cálculo	197.554
Dividendos obrigatórios (25%) - pagos antecipadamente	49.389
Dividendos adicionais e Juros sobre Capital Próprio deliberados pelo Conselho de Administração e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras	46.454
	95.843

Dividendos adicionais propostos pela Administração sujeitos a aprovação da AGO

Durante o exercício de 2014 foi pago o montante de R\$ 95.843, correspondente aos dividendos obrigatórios de R\$ 49.389 e dividendos e juros sobre capital próprio deliberados e pagos antes do encerramento das demonstrações financeiras de R\$ 46.454. Do montante total pago, R\$ 49.993 referem-se a dividendos deliberados em reunião do Conselho de 15 de outubro de 2014 para pagamento em 29 de outubro de 2014, e R\$ 45.850 referem-se a juros sobre capital próprio conforme descrito na (nota explicativa 25). A deliberação dos dividendos e juros sobre capital próprio é efetuada pelo Conselho de Administração, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014, adicionalmente ao montante já pago de R\$ 95.843, a Administração propõe o montante de R\$ 49.998 de dividendos adicionais que representam a proposta da Administração para ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária.

Os dividendos e juros sobre capital próprio, calculados por ação, estão apresentados como segue:

Valor total proposto	Quantidade de ações na data (em milhares)	Montante por ação (R\$)
22.930	164.611	0,1393
49.993	164.611	0,3037
22.920	164.304 (*)	0,1395
49.998	164.034 (*)	0,3048 (**)
145.841		0,8873

(*) A quantidade de ações considerada para cálculo está líquida das ações em tesouraria.

(**) O valor do dividendo por ação poderá ser modificado em razão do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia e por eventual aquisição de ações dentro do Plano de Recompra de Ações da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2014 o saldo das reservas de lucros (exceto reservas de incentivos fiscais) excede o capital social em R\$ 66.564, após feitas todas as destinações previstas na legislação societária. Conforme previsto no Art. 199 da Lei nº 6.404/76 a Administração irá propor à Assembleia a utilização do montante de R\$ 33.282 para aumento de capital, de parte do saldo da reserva de retenção de lucros.

f) Outros resultados abrangentes

O saldo é representado pelo efeito da contabilização de benefícios a empregados do Plano de Previdência Privada HeringPrev, Plano de Saúde (nota explicativa 22) e instrumentos financeiros derivativos designados como *Hedge Accounting* (nota explicativa 23).

25. JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calcula juros sobre o capital próprio, sendo que no período findo em 31 de dezembro de 2014 foi destinado aos acionistas o montante de: (i) R\$ 19.845 (líquido do IRRF no montante de R\$ 3.085) correspondente ao ano de 2014, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 21 de maio de 2014; (ii) R\$ 19.941 (líquido do IRRF no montante de R\$ 2.979) correspondente ao ano de 2014, aprovado em reunião do Conselho de Administração de 12 de dezembro de 2014.

26. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia concede a todos os empregados, um bônus relacionado ao plano de participação nos resultados, o qual está vinculado ao alcance de objetivos específicos, baseado no cumprimento de metas individuais e corporativas, estabelecido e acordado no início de cada ano. Em 31 de dezembro de 2014, o montante correspondente a participação nos resultados reconhecido como despesa totalizou R\$ 668 (R\$ 17.125 em 31 de dezembro de 2013), tendo sido pago no exercício o montante de R\$ 832 como antecipação aos colaboradores em agosto de 2014.

27. PAGAMENTOS BASEADOS EM AÇÕES

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui os seguintes acordos de pagamentos baseados em ações:

a) Primeiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 29 de maio de 2008, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do primeiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 9,61 (nove reais e sessenta e um centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 28 de maio de 2009 foi cancelado o equivalente a 58.000 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

b) Segundo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 28 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do segundo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 304.048 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 7,18 (sete reais e dezoito centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

c) Terceiro programa de opção de ações

Em reunião realizada em 27 de maio de 2010, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do terceiro programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 184.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 36,67 (trinta e seis reais e

sessenta e sete centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 25 de julho de 2013 foi cancelado o equivalente a 13.500 opções de compra de ações (pós-desdobramento), em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

d) Quarto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 04 de maio de 2011, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quarto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 265.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 31,84 (trinta e um reais e oitenta e quatro centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 25 de julho de 2013 foi cancelado o equivalente a 12.500 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

e) Quinto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 08 de maio de 2012, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do quinto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 246.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 45,83 (quarenta e cinco reais e oitenta e três centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A. Em 25 de julho de 2013 foi cancelado o equivalente a 21.600 opções de compra de ações, em função de mudanças no quadro dos Diretores da Companhia.

f) Sexto programa de opção de ações

Em reunião realizada em 21 de maio de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do sexto programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 264.000 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 38,61 (trinta e oito reais e sessenta e um centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

g) Sétimo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 25 de julho de 2013, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do sétimo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 72.872 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 34,24 (trinta e quatro reais e vinte e quatro centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

h) Oitavo programa de opção de ações

Em reunião realizada em 21 de maio de 2014, o Conselho de Administração aprovou a proposta de implementação do oitavo programa de opção de compra de ações, instituído no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 10 de abril de 2008, outorgando opções de compra de 953.850 ações aos administradores e executivos beneficiados pelo programa ao preço de exercício de R\$ 25,05 (vinte e cinco reais e cinco centavos) por ação, atualizadas pela variação do IPC-A.

O número de ações mencionados nos tópicos (a), (b) e (c), refere-se à quantidade de ações antes do desdobramento ocorrido em 29 de outubro de 2010.

Os programas preveem que as opções outorgadas aos beneficiários eleitos somente poderão ser exercidas se observados os seguintes prazos e condições: (a) até 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações objeto da opção a partir do primeiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (b) até 50% (cinquenta por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do segundo ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; (c) até 75% (setenta e cinco por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do terceiro ano contado da assinatura do respectivo Contrato de adesão entre a Companhia e cada beneficiário; e (d) até 100% (cem por cento) do total das ações objeto da opção, descontadas as já exercidas, a partir do final do quarto ano contado da assinatura do respectivo Contrato de Adesão entre a Companhia e cada beneficiário.

Os programas preveem também o direito ao exercício, em caso de falecimento, aposentadoria ou invalidez permanente do participante. Após uma opção ter se tornado exercível, o beneficiário poderá exercê-la a qualquer tempo, até o término do prazo de sete anos contados da data de outorga de tal opção. Cada opção corresponde ao direito de subscrever uma ação da Companhia.

Para fins comparativos, estamos considerando o desdobramento das ações para o 1º, 2º e 3º programas, para as opções de ações outorgadas, exercidas e canceladas desde o início dos programas de opções.

Do número total de 4.861.866 (1º, 2º e 3º programas após o desdobramento e 4º, 5º, 6º, 7º e 8º programas) opções de ações outorgadas nos programas, 306.000 opções de ações foram exercidas e convertidas em ações durante o exercício de 2009, 633.036 durante o exercício de 2010, 708.035 durante o exercício de 2011, 793.785 durante o exercício de 2012, 387.288 durante o exercício de 2013 e 174.000 foram canceladas no exercício de 2009 e 47.600 durante o exercício de 2013. Considerando a hipótese de que todas as opções que estivessem disponíveis fossem exercidas em 31 de dezembro de 2014, a diluição do capital dos atuais acionistas seria de 1,10% (0,52% em 31 de dezembro de 2013).

O exercício de opções garante aos beneficiários os mesmos direitos concedidos aos demais acionistas da Companhia. A administração desse plano foi atribuída a um comitê designado pelo Conselho de Administração.

Conforme determina o Pronunciamento Técnico CPC 10 - Pagamento baseado em ações, a Companhia apurou o valor justo das opções. O valor foi calculado por empresa terceirizada especializada neste tipo de cálculo que utilizou o modelo Black & Scholes para o 1º, 2º, 3º, 4º e 5º programas, e o modelo Binominal para o 6º, 7º e 8º programas. O valor justo das opções na data da outorga representou um montante de R\$ 3.065 para a 1ª opção, R\$ 2.520 para a 2ª opção, R\$ 4.559 para a 3ª opção, R\$ 3.946 para a 4ª opção, R\$ 4.183 para a 5ª opção, R\$ 3.134 para a 6ª opção, R\$ 641 para a 7ª opção e R\$ 5.128 para a 8ª opção. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014 a Companhia reconheceu no resultado um montante de R\$ 4.787 (R\$ 3.607 em 31 de dezembro de 2013).

A partir de 2013 para a definição do valor justo do 6º, 7º e 8º programas, utilizou-se o método Binominal, pois esse método permite adequadamente a inclusão de premissas como exercício antecipado, expiração por perda do vínculo e outras características.

As apurações do valor justo das opções de ações, efetuadas sob o método Black & Scholes para o 1º ao 5º programa e Binominal para o 6º ao 8º programa, consideram as seguintes premissas para sua precificação:

	1º Programa	2º Programa	3º Programa	4º Programa	5º Programa	6º Programa	7º Programa	8º Programa	
Data da avaliação	29/mar/08	28/mar/09	27/mar/10	04/mar/11	08/mar/12	21/mar/13	25/jul/13	21/mar/14	
Quantidade de ações	532.000	304.048	184.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	
Preço de exercício	9,61	7,18	36,67	31,84	45,83	38,61	34,24	25,05	R\$/ação
Preço de fechamento	10,42	11,04	41,50	33,50	45,91	43,50	30,56	21,79	R\$/ação
Volatilidade ao dia	2,67%	4,27%	3,07%	2,13%	2,34%	1,83%	2,36%	2,19%	
Volatilidade ao ano	42,46%	67,84%	48,73%	33,76%	37,21%	29,01%	37,46%	34,63%	
Dividendos esperados	2,00%	2,47%	1,88%	2,76%	4,00%	4,00%	4,00%	5,10%	a.a.
Taxa de desligamento (Exit rate)	-	-	-	-	-	1,01%	1,01%	1,10%	a.a.
MSR (Market to Strike Ratio)	-	-	-	-	-	2,33	2,33	2,25	
Cupom de IPCA (*)	7,34%	6,57%	6,77%	6,35%	3,65%	3,83%	4,89%	6,16%	a.a.
Prazo total	7	7	7	7	7	7	7	7	anos
Preço unitário da opção	5,76	8,29	24,78	14,89	17,00	11,87	8,80	5,38	R\$/ação
Preço total	3.065	2.520	4.559	3.946	4.183	3.134	641	5.128	R\$ mil
Quantidade de ações após o desdobramento (**)	1.596.000	912.144	552.000	265.000	246.000	264.000	72.872	953.850	

(*) Taxa de juros livre de risco

(**) Em 29 de outubro de 2010, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o desdobramento das ações de emissão da Companhia, na proporção de duas novas ações para cada ação ordinária possuía, passando cada uma ação ordinária a ser representada por três novas ações após o desdobramento. Esse desdobramento está refletido na quantidade de ações outorgadas no 1º, 2º e 3º programas.

A taxa de fechamento do preço por ação da Cia. Hering, sob o código HGTX3, relativa à data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, 25 de julho de 2013 para o 7º programa e 21 de maio de 2014 para o 8º programa foi obtida diretamente do serviço Bloomberg para os 1º, 2º, 3º, 5º, 6º, 7º e 8º programas, e para o 4º programa de 04 de maio de 2011, foi retirada diretamente do serviço Economática. O preço do fechamento para a data específica é de R\$ 10,42 por ação para o 1º programa, R\$ 11,04 por ação para o 2º programa, R\$ 41,50 para o 3º programa, R\$ 33,50 para o 4º programa, R\$ 45,91 para o 5º programa, R\$ 43,50 para o 6º programa, R\$ 30,56 para o 7º programa e R\$ 21,79 para o 8º programa. A curva de cupom de IPCA foi obtida do site da Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) no campo Boletim, Cotações e Volumes, Ajustes do Pregão para a data de 29 de maio de 2008 para o 1º programa, 28 de maio de 2009 para o 2º programa, 27 de maio de 2010 para o 3º programa, 04 de maio de 2011, para o 4º programa, 08 de maio de 2012 para o 5º programa, 21 de maio de 2013 para o 6º programa, 25 de julho de 2013 para o 7º programa e 21 de maio de 2014 para o 8º programa. O contrato de cupom de IPCA é negociado com o código DAP. Para a taxa de volatilidade, foi retirada uma série de preços de fechamento da ação da Companhia, sob o código HGTX3, do período de 30 de maio de 2007 a 29 de maio de 2008 para o 1º programa, do período de 29 de maio de 2008 a 28 de maio de 2009 para o 2º programa, do período de 28 de maio de 2009 a 27 de maio de 2010 para o 3º programa, do período de 09 de maio de 2011 a 08 de maio de 2012 para o 5º programa, do período de 30 de setembro de 2010 a 21 de maio de 2013 para o 6º programa, do período de 31 de agosto de 2010 a 25 de julho de 2013 para o 7º programa, do período de 23 de maio de 2011 a 21 de maio de 2014 para o 8º programa, do serviço Bloomberg e do período de 31 de maio de 2010 a 04 de maio de 2011 para o 4º programa, do serviço Economática, e sobre ela foi calculada a volatilidade histórica diária, que posteriormente foi anualizada para uso no cálculo do valor de mercado das *Stock Options*.

O preço médio de exercício das opções de ações, apresentado conforme as movimentações das opções está demonstrado a seguir:

	2014		2013	
	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
Opções em circulação no início do exercício	858.272	37,97	956.288	24,52
Opções outorgadas	953.850	25,05	336.872	37,61
Opções exercidas	-	-	(387.288)	8,94
Opções canceladas	-	-	(47.600)	39,56
Opções em circulação no final do exercício	1.812.122	32,73	858.272	37,97
Opções exercíveis no final do exercício	433.418	35,08	108.600	43,82

28. RECEITA OPERACIONAL

A receita líquida da Companhia possui a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receita de venda mercado interno	1.740.446	1.761.043	1.744.029	1.764.814
Receita de venda em lojas próprias	274.257	259.293	274.257	259.293
Receita de venda mercado externo	35.063	31.791	35.063	31.791
Receita de royalties	21.421	22.018	21.421	22.018
Devoluções	(63.747)	(58.483)	(63.747)	(58.483)
Receita bruta de vendas	2.007.440	2.015.662	2.011.023	2.019.433

continua...

...continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Ajuste a valor presente - Receita	(36.328)	(38.299)	(36.328)	(38.299)
Ajuste a valor presente - ICMS	197	190	197	190
Abatimentos e Repasse IBCC	(7.919)	(5.869)	(7.919)	(5.869)
Impostos sobre as vendas	(288.477)	(295.463)	(288.679)	(295.676)
Deduções da receita	(332.527)	(339.441)	(332.729)	(339.654)
Receita líquida	1.674.913	1.676.221	1.678.294	1.679.779

29. CUSTOS DOS BENS OU SERVIÇOS VENDIDOS

	Controladora e Consolidado	
	2014	2013
Custos dos bens ou serviços vendidos:		
Matéria prima e material de revenda	580.179	563.119
Salários, encargos e benefícios	161.816	153.226
Depreciação	20.887	18.272
Mão-de-obra	141.910	148.549
Energia	6.865	7.683
Outros Custos	32.876	30.385
	944.533	921.234

30. DESPESAS COM VENDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas comissões s/ vendas	66.390	63.435	66.390	63.435
Despesas fretes s/ vendas	39.969	42.161	39.969	42.161
Despesas com pessoal	69.925	61.334	69.925	61.334
Despesas com propaganda e publicidade	43.157	35.437	43.157	35.437
Despesas com locação de imóveis	28.641	24.384	28.641	24.384
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5.280	5.519	5.280	5.519
Despesas com amostras e desenv. de produtos	12.855	11.311	12.855	11.311
Despesas com viagens e estadias	7.173	5.812	7.173	5.812
Despesas com serviços de terceiros	15.771	8.838	15.771	8.838
Outras despesas	2.961	3.744	2.965	3.746
	292.122	261.975	292.126	261.977

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Despesas com pessoal	20.678	17.380	20.678	17.380
Despesas com serviços de terceiros	9.222	12.762	9.222	12.762
Despesas com propaganda institucional	1.771	2.542	1.771	2.542
Despesas com serviços de TI	3.399	3.418	3.399	3.418
Despesas com doações	3.196	3.202	3.196	3.202
Despesas com viagens	1.408	1.174	1.408	1.174
Despesas com locação	2.253	1.639	2.253	1.639
Curso de especialização	490	1.414	490	1.414
Outras despesas	2.217	2.067	2.548	2.095
	44.634	45.598	44.965	45.626

32. OUTRAS (DESPESAS) E RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Outras receitas operacionais				
Créditos tributários	168	765	168	765
Indenização recebida de sinistro	2.264	2.516	2.264	2.516
Reversão outras despesas	-	569	-	569
Receita venda de imobilizado, intangível e bens destinados à venda	551	580	551	580
Outras	573	944	573	944
	3.556	5.374	3.556	5.374
Outras despesas operacionais				
Constituições e reversões provisões trabalhistas e cíveis	(2.770)	(646)	(2.770)	(646)
Plano de ações	(4.787)	(3.607)	(4.787)	(3.607)
Avaliação atuarial plano de saúde e previdência	(1.692)	3.307	(1.692)	3.307
Custo referente baixa de imobilizado/intangível	(766)	(1.675)	(766)	(1.675)
Multa Indedutível Auto Infração	-	(6.542)	-	(6.542)
Indenizações trabalhistas ^(a)	(3.768)	-	(3.768)	-
Outras	(2.473)	(1.760)	(2.473)	(1.760)
	(16.256)	(10.923)	(16.295)	(10.923)
Outras (despesas) e receitas operacionais líquidas	(12.700)	(5.549)	(12.739)	(5.549)

^(a) Indenização trabalhista referente à reorganização da estrutura industrial.

33. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	20.063	15.300	20.063	15.421
Juros sobre tributos recuperados	717	421	717	421
Ajuste a valor presente	36.092	37.910	36.092	37.910
Receita com derivativos	69	603	69	603
Outras receitas	7.350	5.586	7.824	5.586
	64.291	59.820	64.765	59.941
Despesas financeiras				
Juros sobre operações financeiras	(1.779)	(1.625)	(1.779)	(1.625)
Encargos financeiros sobre tributos	(3.849)	(4.590)	(3.849)	(4.590)
Ajuste a valor presente	(16.421)	(17.987)	(16.421)	(17.987)
Outras despesas	(5.899)	(6.739)	(5.112)	(6.034)
Varição cambial passiva líquida	(3.257)	(946)	(3.257)	(946)
	(31.205)	(31.887)	(30.418)	(31.182)
Resultado financeiro líquido	33.086	27.933	34.347	28.759

34. DESPESA COM IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Composição do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Impostos correntes:				
Contribuição social	(21.794)	(34.408)	(22.088)	(34.524)
Imposto de renda	(51.840)	(81.832)	(51.954)	(82.130)
	(73.634)	(116.240)	(74.042)	(116.654)
Impostos diferidos:				
Contribuição social	(166)	282	331	282
Imposto de renda	(459)	782	965	782
	(625)	1.064	1.296	1.064

b) Reconciliação da alíquota efetiva do imposto

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Lucro líquido antes de impostos	393.117	433.348	391.613	433.762
Alíquota vigente:	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de acordo com a alíquota vigente	(133.660)	(147.338)	(133.148)	(147.479)
Efeito fiscal sobre as adições e exclusões:				
Resultado de participação em controladas	1.955	1.333	-	-
Subvenção para investimento ⁽ⁱ⁾	33.966	5.886	33.966	5.886
Juros sobre capital próprio	15.589	13.096	15.589	13.096
Incentivos PAT, Lei Rouanet e FIA	4.109	3.879	4.109	3.879
Redução IRPJ Lucro da Exploração	5.527	9.106	5.527	9.106
Outras adições (exclusões) permanentes	(1.745)	(1.138)	(1.211)	(78)
Imposto de renda e contribuição social	(74.259)	(115.176)	(72.746)	(115.590)
Imposto de renda e contribuição social corrente	(73.634)	(116.240)	(74.042)	(116.654)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(625)	1.064	1.296	1.064
Alíquota efetiva	19%	27%	19%	27%

⁽ⁱ⁾ Refere-se aos benefícios fiscais PRODUZIR, PROADI, Pró-Emprego e Crédito Outorgado (Lei do Vestuário), mencionados na nota explicativa 19.

c) Composição dos impostos diferidos no resultado do exercício

	Controladora		Consolidado	
	2014	2013	2014	2013
Constituição (reversão) sobre adições temporárias	(906)	870	(906)	870
Constituição sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa ⁽ⁱ⁾	-	-	1.921	-
Reversão sobre exclusões temporárias	163	78	163	78
Realização da correção monetária do ativo próprio	118	116	118	116
	(625)	1.064	1.296	1.064

⁽ⁱ⁾ Refere-se à IRPJ e CSLL diferidos sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa de CSLL constituído pelas empresas controladas, e comprados pela Cia. Hering para serem utilizados na quitação integral de parcelamento conforme citado na nota explicativa 21b.

35. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a) Lucro básico por ação
O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

	Controladora	
	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	318.858	318.172
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias - milhares	164.611	164.456
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em tesouraria - milhares	(29)	-
	164.582	164.456
	1.9374	1.9347

b) Lucro diluído por ação
O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais dilutivas. A Companhia possui uma categoria de ações ordinárias potenciais dilutivas que refere-se à opção de compra de ações.

Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados as opções de compra de ações em circulação. A quantidade de ações calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações emitidas, pressupondo-se o exercício das opções de compra de ações.

	Controladora	
	2014	2013
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	318.858	318.172
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação - milhares	164.582	164.456
Ajuste por opções de compra de ações - milhares	1.812	858
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para o lucro diluído por ação - milhares	166.394	165.314
Lucro diluído por ação - R\$	1.9163	1.9246

36. ARRENDAMENTOS MERCANTIS OPERACIONAIS

Em 31 de dezembro de 2014 a Companhia possuía 87 (80 em 31 de dezembro de 2013) contratos de locação para suas unidades comerciais, industriais e administrativas. Em atendimento à Deliberação CVM nº 554/08 e a norma internacional IAS 17, a Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que se enquadraram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os contratos de locação das unidades comerciais (lojas), em sua maioria, preveem uma despesa de aluguel variável, incidente sobre as vendas, ou um valor mínimo, sendo a obrigação mensal da Companhia, pagar o maior valor entre ambos. Além disso, alguns contratos preveem o pagamento adicional relativo ao mês de dezembro.

Os valores mínimos a pagar dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e alguns contratos preveem reajustes escalonáveis durante o prazo de vigência do contrato.

Os contratos, em sua maioria, possuem prazos de duração de cinco anos com a opção de renovação após essa data.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis, considerando os pagamentos adicionais e os reajustes escalonáveis, estão segregados da seguinte forma:

	Consolidado	
	2014	2013
Até um ano	18.875	17.568
Acima de um ano e até cinco anos	33.960	38.016
Acima de cinco anos	1.650	1.113
	54.485	56.697

A Companhia reconheceu os seguintes valores com operações de arrendamento mercantil operacional em despesas de vendas, administrativas e custos:

	2014	2013
Despesas com arrendamento mercantil operacional	36.091	30.866

37. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como têxtil, o qual abrange a produção e a comercialização de artigos de vestuário. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos. Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, mercados ou canais de venda;
- as suas unidades fabris operam para todas as suas linhas de produtos, mercados e canais de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas e canais diferentes (Marca: Hering, Hering Kids, PUC e DZARM. e Canal: Varejo, Franquias e Lojas Próprias), no entanto, são controlados e gerenciados pela administração como único segmento, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta mercado interno consolidada por marca e canal de distribuição, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	2014	2013
Marca		
Hering	1.482.569	1.495.701
Hering Kids	213.268	199.083
PUC	155.832	156.875
DZARM.	99.543	101.816
Outras	24.748	34.167
Receita bruta mercado interno	1.975.960	1.987.642
Receita bruta mercado externo	35.063	31.791
Receita bruta total	2.011.023	2.019.433

	Consolidado	
	2014	2013
Canal		
Varejo	933.326	930.828
Franquias	745.551	767.452
Webstore	25.381	22.728
Lojas próprias	246.954	232.467
Outras	24.748	34.167
Receita bruta mercado interno	1.975.960	1.987.642
Receita bruta mercado externo	35.063	31.791
Receita bruta total	2.011.023	2.019.433

As receitas líquidas no mercado interno e externo estão apresentadas abaixo:

	Consolidado	
	2014	2013
Receita bruta mercado interno	1.975.960	1.987.642
Receita bruta mercado externo	35.063	31.791
Receita bruta	2.011.023	2.019.433
Deduções da receita	(332.729)	(339.654)
Receita líquida	1.678.294	1.679.779

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2014 apenas 2,09% (1,89% em 31 de dezembro de 2013) do total da receita líquida (saldos da controladora e consolidado). Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 10% das vendas no mercado interno e externo.

38. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de

...continuação

DIRETORIA

Fábio Hering	- Diretor Presidente
Carlos Tavares D'Amaral	- Diretor Administrativo
Frederico de Aguiar Oldani	- Diretor de Finanças e de Relações com Investidores
Ronaldo Loos	- Diretor Comercial
Edgar de Oliveira Filho	- Diretor Industrial
Moacyr José Matheussi	- Diretor de Suprimentos
Alessandra Cristina da Costa Morrison	- Diretora de Gestão de Pessoas e de Organização
Edson Amaro	- Diretor de Marcas Hering Kids, PUC e DZARM.
Luis Renato Bueno	- Diretor de Marca Hering Adulto

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Ivo Hering	- Presidente
Fábio Hering	- Conselheiro
Nei Schilling Zelmanovits	- Conselheiro
Patrick Charles Morin Junior	- Conselheiro
Arthur Eduardo Sá de Villemor Negri	- Conselheiro
Marcio Guedes Pereira Junior	- Conselheiro
Anderson Lemos Birman	- Conselheiro

Charles Marold - Contador CRC-SC nº 22.744/O-7

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da

**Cia. Hering
Blumenau - SC**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cia. Hering ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cia. Hering em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Outros assuntos**Demonstrações do valor adicionado**

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Joinville, 13 de fevereiro de 2015

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
CRC nº 2 SP-011.809/O-8 F-SC
Fernando de Souza Leite
Contador
CRC nº 1 PR-050.422/O-3

Deloitte.www.ciahering.com.br

Rua Hermann Hering, 1790 - Bom Retiro - CEP: 89010-900 - Blumenau - Santa Catarina - Telefone: +55 (47) 3321-3544